

CHARITAS

PUBLICAÇÃO RESERVADA AOS SERVOS DA CARIDADE

VIVER A ALEGRIA DA POBREZA EVANGÉLICA

A HISTÓRIA DA APROVAÇÃO DA CONGREGAÇÃO

HIPÓTESE PARA UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O NOME SERVOS
DA CARIDADE E SOBRE O BRASÃO DA CONGREGAÇÃO

HÁ 150 ANOS DO NASCIMENTO DO PE. PRIMO LUCCHINETTI,
AMIGO E DISCÍPULO DO PE. GUANELLA

COMUNICAZIONI

DECRETI

CONFRATELLI DEFUNTI

Redação: Casa Geral - Vicolo Clementi, 41 - 00148 Roma

EDIÇÃO PORTUGUESA

Ano XCIII - Abril de 2015 - N. 231

CHARITAS n. 231

RESERVADO AOS SERVOS DA CARIDADE

ANO XCIII - ABRIL DE 2015

Índice

CARTA DO SUPERIOR GERAL

Viver a alegria da pobreza evangélica	5
---------------------------------------	---

APROFUNDAMENTOS

A história da aprovação da Congregação	11
Hipótese para uma investigação sobre o nome Servos da Caridade e sobre o brasão da Congregação	34
Há 150 anos do nascimento do Pe. Primo Lucchinetti, amigo e discípulo do Pe. Guanella	50

COMUNICAZIONI

A. Confratelli	62
B. Eventi di consacrazione	68

DECRETI

1. Decreto di soppressione del Noviziato di Chelsea	72
2. Nomine	73
3. “Nulla osta” per nomine	73
4. “Nulla osta” per assumere Parrocchie, Opere, Noviziati	75
5. “Nulla osta” per l’alienazione di beni immobili e per progetti che richiedono l’autorizzazione del Superiore generale	75
6. Passaggio di Provincia	76
7. Uscite - Assenze - Rientri	76

CONFRATELLI DEFUNTI

1. Cantoni Sac. Giuseppe	78
2. Invernizzi Sac. Antonio	85
3. Checchinato Sac. Livio	87
4. Bruletti Sac. Pietro Antonio	89
5. Fogliamanzillo Fr. Salvatore	91
6. Rizziero Sac. Giuliano	93

CARTA DO SUPERIOR GERAL

VIVER A ALEGRIA DA POBREZA EVANGÉLICA

A Congregação dos Religiosos, em data 2 de agosto de 2014, certamente por solicitação do Papa, publicou uma Carta Circular com o título: “Linhas orientadoras para a gestão dos bens dos Institutos de vida consagrada e das Sociedades de vida apostólica”, e nós bem conhecemos como a marca ‘franciscana’ do Papa Francisco estimule a Igreja a uma correta e transparente gestão econômica, na qual venham à luz escândalos de tipo financeiro ou de corrupção, também nós religiosos devemos vigiar para que o dinheiro dos pobres seja bem administrado a serviço da missão.

Podemos recolher as principais indicações que nos são dadas no Documento sob três pontos principais: a) a gestão dos bens; b) a colaboração com a Igreja local; c) a formação.

a. Por quanto concerne à gestão dos bens pede-se a cada Congregação que seja fiel ao carisma, que planifique o uso dos recursos, pon-do atenção à sustentabilidade das obras. Convida-se a realizar estruturas fáceis de gerir e que o uso do balanço e do orçamento torne-se um instrumento normal não só para as obras, mas também para as Comunidades religiosas «para o crescimento de uma consciência comum no âmbito da economia e a verificação do grau real de pobreza pessoal e comunitária».

*Um ponto crucial evidenciado pelo Documento é o da **transparência**. «O testemunho evangélico exige que as obras sejam geridas em plena transparência, no respeito das leis canônicas e civis, e postas a serviço da missão e dos pobres».*

b. A respeito da colaboração eclesial sublinha-se a necessidade do diálogo com a Igreja local e com as outras instituições religiosas no território, especialmente quando se pensa em fechar casas ou em alienar imóveis, para assim manter uma presença harmoniosa da vida religiosa nas Dioceses. A colaboração depois não deve concernir só aos religiosos do território, mas comprometer também os leigos, para que as obras, nascidas e sustentadas por um carisma religioso, dêem um verdadeiro testemunho evangélico, além do consecução da eficácia técnica do serviço com uma gestão sagaz.

c. O Documento detém-se a apresentar a figura do ecônomo que, por um lado, precisa de uma formação específica para responder à complexidade técnica da gestão das obras e, por outro, não se pode reduzir somente à competência técnica, enquanto também as escolhas econômicas devem ser coerentes e em ajuda a viver os valores espirituais e apostólicos da Comunidade. E precisamente por isto não convém que o ecônomo tenha quase a exclusiva nas decisões econômicas, mas é necessário que todos os membros do Instituto sentam-se co-responsáveis a respeito da economia da casa.

Gostaria de partir deste último ponto para recolher e comentar aqui algumas linhas de atuação sobre este argumento que nos são dadas pela nossa tradição.

Creio que todos concordamos se afirmamos que o tema econômico tem grande repercussão sobre a nossa mesma vida religiosa, sobre como realizamos a nossa missão e sobre como a gente percebe o nosso testemunho de consagrados ao Senhor e aos pobres. O mesmo Documento que estamos comentando afirma-o com decisão: «... é oportuno afirmar que não se pode empreender um processo de revitalização de um Instituto religioso sem prestar uma particular atenção ao uso evangélico dos bens». «O Evangelho convida-nos claramente à gratuidade no uso dos bens e à generosidade no partilhá-los...».

A primeira pergunta, portanto, que deveríamos fazer-nos a nível de Congregação é: «Como estamos administrando os bens da Providência em função da nossa missão?».

Para responder a esta pergunta, quis fazer repassar os últimos Capítulos gerais e recolher as indicações que eles nos dão a respeito da economia e da administração dos bens.

Normalmente os nossos Capítulos, quando tratam os temas concernentes à economia tendem a dar normas concretas para uma correta contabilidade ou, no máximo, para realizar uma boa comunhão dos bens, através das contribuições para sustentar o Governo geral ou provincial; só raramente os Capítulos realizam uma reflexão sobre a política econômica da Congregação e sobre a relação entre economia e estilo de vida das nossas Comunidades, ou então entre economia e modalidades de realizar a nossa missão de caridade. Eis algumas passagens:

No XV Capítulo insiste-se sobre estes pontos:

- uniformizar a contabilidade para conseguir controles e prestações de contas precisas;*
- a correta conservação dos documentos;*
- a necessidade de redigir orçamentos e balanços;*
- distinguir a administração da Comunidade religiosa daquela da Paróquia ou da atividade;*
- a nível de Congregação pede-se uma programação econômica de sustento às Províncias e Comunidades mais pobres, especialmente às Casas de formação.*

O XVI Capítulo, além de reafirmar as normas dadas pelo Capítulo anterior, especialmente a respeito da programação econômica da Congregação, acena ao nexó entre economia e pobreza religiosa, convidando a viver mais radicalmente o nosso testemunho de pobreza tanto a nível individual, como comunitário.

*Também o Capítulo XVII limita-se a dar normas práticas que concernem à administração dos bens até estabelecer a necessidade para toda a Congregação de um **Diretório administrativo** que, sucessivamente, deverá ser aplicado por cada Província à própria particular situação. É este também o momento de utilizar as novas tecnologias para obter uma organização administrativa eficaz e eficiente.*

No XVIII Capítulo trata-se mais explicitamente do testemunho de pobreza, mas reenvia às Províncias o dever de «estabelecerem linhas prá-

ticas e simples para ajudarem os coirmãos a viverem o voto de pobreza tanto a nível pessoal como comunitário e convidando as Comunidades locais a integrarem tais linhas no próprio Projeto comunitário anual».

Além disso, a partir do XVIII Capítulo, parece que a preocupação da Congregação a nível econômico se desloque sobre o problema da consecução dos recursos necessários, para vir ao encontro da maior complexidade e necessidade das nossas obras, onde foi necessário assumir muito pessoal leigo e reestruturar várias nossas Casas para responder aos novos padrões impostos pelas exigências e pelo desenvolvimento da sociedade. E chega-se a estabelecer a validade de empregar também alguns nossos imóveis como renda fixa para sustentar as nossas obras. Preocupa o fato de assegurar a sustentabilidade econômica das mesmas e, portanto, entre as normas emanadas pelos últimos Capítulos há também aquela de assegurar ou pelo menos de tender à autonomia econômica das Casas, também daquelas de recente abertura.

A mesma complexidade de gestão das nossas obras torna necessário assegurar uma preparação mais adequada tanto dos coirmãos responsáveis pela administração dos nossos bens, como dos leigos que já se tornam uma ajuda necessária para gerir as nossas obras.

Com o XIX Capítulo o discurso da administração dos bens é visto numa perspectiva mais ampla, seja em função do compromisso da nova Evangelização requerida pela Igreja neste período de grandes mudanças sociais, seja como compromisso para tornar mais visível o nosso testemunho de religiosos que vivem e propõem a cultura do dom, da gratuidade e da comunhão: «A fim de tornar mais transparente o testemunho do voto de pobreza, o Capítulo geral pede que em cada comunidade religiosa aplique-se a prestação de contas da contabilidade de forma distinta e separada daquela da atividade...». Parece esta uma mensagem óbvia por razões de transparência fiscal ou de eficiência do nosso serviço, mas efetivamente esta norma abre a possibilidade às Comunidades de fazerem uma séria verificação sobre como nas Comunidade vive-se aquela admoestação aflita do Fundador a sermos “pobres de congregação mais pobre”. Se, com efeito, não devemos poupar-nos no oferecer aos nossos pobres um serviço também custoso, não podemos nós viver além dos padrões dos pobres da sociedade na qual vivemos.

Também a crise econômica que já desde vários anos criou maior pobreza social, especialmente nas classes mais pobres e que seguramente teve também um peso a respeito dos recursos à disposição para as

nossas atividades caritativas, talvez não incidiu muito na vida das nossas Comunidades.

Certamente nas nossas Constituições nós condensamos uma série de princípios e de exortações muito belos, mas depois na prática nem sempre somos capazes de torná-los eficazes e vividos com partilha como autêntica profecia em ordem à nova Evangelização, no estilo que o Papa Francisco propõe.

Às vezes ouvem-se coirmãos perguntarem-se, por exemplo, se estamos usando os meios de comunicação social com aquela sobriedade requerida pela nossa vocação religiosa; ou então se não estamos exagerando no empreender viagens ou ausências da Comunidade para eventos familiares com demasiada facilidade...

É bom que, também sobre estes aspectos, faça-se, de vez em quando, uma revisão de vida nas Comunidades. Não é justo que também nestas decisões que poderiam parecer totalmente confiadas à responsabilidade pessoal não exista a contribuição do discernimento comunitário.

Maravilhou-me muito o fato que o decreto emanado pelo Conselho geral sobre as férias, que pede maior sobriedade no programar as viagens para a visita à família de quem está vivendo uma missão no exterior, tenha encontrado uma forte resistência para ser aplicado. Ao mesmo tempo, noto com maravilha a fadiga de coirmãos para respeitarem algumas consequências de voto de pobreza que o mesmo Código de Direito Canônico fixou como dever de todos os religiosos. Confrontar, por exemplo o número 668,2 e 668,3 a respeito do testamento que todo religioso deve fazer e a respeito dos bens que o religioso possa adquirir por própria indústria ou em razão do Instituto. Quanta dificuldade, às vezes, para entregar com generosidade a própria aposentadoria ou o ganho do próprio apostolado!

Para viver com convicção a pobreza como característica própria que o fundador quis pra a nossa Congregação, é bom retomar quanto indica a Exortação apostólica Vita Consecrata, no nº 90: «Na verdade, a pobreza evangélica, ainda antes de ser um serviço em favor dos pobres, é um valor em si mesma, enquanto faz lembrar a primeira das bem-aventuranças na imitação de Cristo pobre. Com efeito, o seu primeiro significado é testemunhar Deus como verdadeira riqueza do coração humano (...), propondo-se como apelo profético lançado a uma sociedade que, em tantos lugares do mundo abastado, se arrisca de perder o sentido da medida e o próprio significado das coisas (...). Deste modo,

às pessoas é pedido um renovado e vigoroso testemunho evangélico de abnegação e sobriedade, num estilo de vida fraterna inspirada por critérios de simplicidade e de hospitalidade, como exemplo mesmo para quantos permanecem indiferentes perante as necessidades do próximo. Tal testemunho há de ser naturalmente acompanhado pelo amor preferencial pelos pobres e manifestar-se-á, de modo especial, na partilha das condições de vida dos mais desfavorecidos».

Neste ano de graça, acolhamos com generosidade o convite de uma Igreja que, no estilo do Papa, quer redescobrir o valor e a beleza da pobreza evangélica, «para contrastar em nós e no mundo a sede do poder e das riquezas e para responder ao apelo dos pobres, que esperam ser reconhecidos como dignos membros da família humana», como indicam-nos as nossas Constituições.

Fraternamente

Pe. ALFONSO CRIPPA
Superior geral

Roma, 24 de março de 2015

I APROFUNDAMENTOS

A HISTÓRIA DA APROVAÇÃO DA CONGREGAÇÃO

Neste ano, dedicado à vida Consagrada, pareceu-nos obrigatório repropor aos coirmãos o compromisso que viveu o Fundador para obter a aprovação do nosso Instituto pela Santa Sé.

Em março de 1978, era publicado no “Charitas” (pp. 34-78) um estudo aprofundado e bem documentado sobre este tema, aos cuidados do Pe. Nino Minetti, que retomei, resumindo as passagens mais significativas e que proponho à reflexão dos coirmãos para que, fazendo memória da perseverança com a qual o Fundador soube alcançar o objetivo tão desejado, também nós possamos apreciar o dom da nossa vocação e, particularmente neste anos de celebração jubilar, agradecer ao Senhor per ter-nos chamado a seguir as pegadas de quem é para nós mestre e pai.

Pe. ALFONSO CRIPPA

A PREPARAÇÃO

Por sentido de família, é sempre belo conhecer a nossa história, captar os seus aspectos mais significativos.

Uma das passagens mais importantes para uma Congregação religiosa é certamente aquela do seu reconhecimento por parte da Igreja, que dá aos seus membros a possibilidade de atuar em nome da mesma santa Igreja.

Se pegamos o quarto volume da *Opera Omnia* dos escritos do Fundador, percebemos logo a quantidade de textos dirigidos aos membros das duas Con-

gregações (o volume é de bem 1426 páginas!) e principalmente aqueles que fazem referência a Estatutos, Constituições e Regulamentos em vista, precisamente, de conseguir a aprovação por parte da Santa Sé.

Pensando no fato que foram necessários bem 34 anos (de 1894 a 1928) para a aprovação definitiva do nosso Instituto, a gente se pergunta: «Mas, como chegou-se a esta meta?».

Quando o Pe. Guanella iniciou a cultivar a ideia de transformar as suas Instituições num autêntico organismo jurídico, com precisa estrutura canônica, tal que pudesse ser aprovada pela Igreja?

É difícil poder estabelecer exatamente este início. Sabemos com certeza que ele, pouquíssimo tempo depois da sua chegada em Como (1886), com o fim de dar estrutura ao grupo de religiosas de votos privados que colaboravam com ele, começou a recolher notícias sobre algumas congregações, de caráter prevalentemente caritativo, surgidas entre 1600 e 1800, pondo particular atenção à sua abordagem jurídica. Testemunha-o um seu escrito, com data entre 1888 e 1891.

Este precioso documento revela com clareza a vontade do Pe. Guanella sobre a sua Congregação feminina.

Ocorre, ao invés, esperar até 1894 para ter notícias sobre as perspectivas que o Pe. Guanella cultiva para a Congregação masculina. Com efeito, é deste ano o primeiro esboço de natureza jurídica para os seus futuros colaboradores: “Estatuto orgânico dos Filhos do Sagrado Coração”. (Note-se que naquele ano são só três os seus colaboradores masculinos).

Aquele breve Estatuto contém em embrião os elementos principais para uma comunidade religiosa. Estes são os títulos nos quais se divide o livrinho: fim, membros, admissão, noviciado, profissão religiosa, ecônomo, confessor, votos religiosos.

Assim inicia este Estatuto: «Na Pequena Casa, além das Filhas da Providência, estão os filhos do Sagrado Coração, os quais estão divididos em três famílias: dos sacerdotes, dos enfermeiros leigos e dos chefes de ofício.

Quais sacerdotes e quais leigos são admitidos entre os Filhos do Sagrado Coração?

Admitem-se aqueles sacerdotes que, criados no seminário da Casa, ou então vindos de fora, têm especial vocação para conduzirem vida religiosa e ocuparem-se com zelo dos vários encargos da Pequena Casa.

Aqueles bons leigos aos quais agrada viver a vida religiosa e têm vocação para ela podem também entrar a fazer parte desta família religiosa, na qual atenderão à salvação da alma e à educação dos pobres órfãos recolhidos na Pequena Casa. Serão enfermeiros, carpinteiros, alfaiates, agricultores, tipógrafos e semelhantes.

Condições:

Os sacerdotes devem sentir-se especialmente chamados aos ofícios das várias obras de misericórdia que na Pequena Casa devem exercer-se.

Vêm com o consentimentos do próprio ordinário e com os atestados em uso.

Quanto aos leigos, estes são aqueles homens de boa saúde e de boa vontade que conhecem um ofício e são admitidos entre os Filhos do Sagrado Coração, apresentando os certificados do batismo, da crisma e de bons costumes das respectivas paróquias e reconhecidos pelas respectivas cúrias.

Tanto os sacerdotes como os leigos levarão para a Casa quanto possuem em bens móveis e imóveis, além da firme vontade de sacrificarem-se pelo bem da Casa»... (*Depois prossegue com os outros títulos que deve conter o Estatuto*).

A PRIMEIRA TENTATIVA (1896-1898)

Passam dois anos e, em 1896, o Pe. Guanella amadurece a ideia da necessidade de uma aprovação pontifícia das suas regras, como garantia de “*vida e prosperidade*” da sua instituição.

E então escreve ao seu bispo Dom Teodoro Valfrè e envia-lhe uma cópia das regras, rogando-lhe que se faça solícito intermediário junto à Santa Sé para que «promova-se a aprovação das Regra, de modo que as mínimas obras da Pequena Casa desenvolvam-se e sejam especialmente abençoadas por Deus» (*Carta de 19 de setembro de 1896*).

O texto chega às mãos da Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares que, em 07 de fevereiro de 1898, comunica ao Pe. Guanella, através do Bispo, uma série de observações a propósito deste Estatuto. Este era criticado porque insuficiente e não respondente às linhas estabelecidas pela Santa Sé para os institutos de nova fundação.

O Pe. Guanella, então, elabora um novo texto: “O Estatuto dos Filhos do Sagrado Coração” (1898), e envia o novo texto, com o apoio do Bispo de Como, para Roma, à S. Congregação dos Bispos e Regulares.

A S. Sé responde ainda negativamente, pondo em evidência algumas lacunas do texto, particularmente, pedindo a separação jurídica dos dois Institutos (aquele masculino daquele feminino), mas ao mesmo tempo «louva muito o zelo do Pe. Guanella e auspícia bênçãos celestiais».

Deste texto é interessante ler a introdução ao Estatuto, intitulada “Acenos históricos do Instituto dos Filhos do Sagrado Coração”, com a qual o Pe. Guanella deixou-nos um importante documento que nos faz conhecer a situação do Instituto naqueles anos iniciais das fundações.

A SEGUNDA TENTATIVA (1899-1901)

A ideia de assegurar-se a aprovação pontifícia, longe de cair, depois desta tentativa fracassada, faz-se mais insistente, especialmente agora que se teve um certo incremento numérico, mesmo se ainda de dimensão reduzida, dos seus colaboradores e pelo desenvolvimento das obras.

Precisava de sacerdotes nas suas casas, mas frequentemente surgiam dificuldades para a ordenação daqueles que eram preparados para o sacerdócio, resistindo alguns Bispos a concederem as cartas dimissórias.

Este período, portanto, é caracterizado por duas atitudes previsíveis:

- um desvelo e diligência grandes do Pe. Guanella em preparar toda a documentação necessária para a prática para enviar para Roma;
- uma frequente e insistente correspondência com o seu bispo Dom Valfré, ao qual apresentava aos poucos a documentação, para ter o seu apoio.

Desta correspondência nós viemos a conhecer alguma hesitação por parte do Bispo e da outra parte admira-se a perseverança e insistência até ao lamento, do Pe. Guanella em querer alcançar os seus objetivos.

Preparação de um novo texto normativo

Depois da resposta negativa da Santa Sé, o primeiro trabalho foi o de redigir um novo texto constitucional que, presumivelmente, o Pe. Guanella escreveu nos últimos meses de 1898 e que fez imprimir nos primeiros meses de 1899.

Trata-se de uma ampliação e re-elaboração do precedente Estatuto (1898), segundo as diretrizes tidas de Roma com a carta da Sagrada Congregação acima referida.

Pela importância que este texto tem para o nosso tema, transcreve-se o capítulo sobre o fim (I) e aquele sobre o vínculo de caridade (III).

Constituição dos Filhos do Sagrado Coração, Como, 1899

O fim. «A Congregação dos Filhos do Sagrado Coração chama-se assim pela primeira Igreja da sua fundação, em Como, dedicada ao Divino Coração.

É uma pia união de Sacerdotes e de Leigos que vivem juntos pelo vínculo da caridade e pelos vínculos dos votos religiosos simples.

O seu fim é a santificação própria na observância dos Conselhos Evangélicos e no exercício das obras de caridade em geral.

Em particular, depois, dedicam-se às obras de misericórdia em hospedar as crianças abandonadas, os idosos desprezados, os crônicos, os órfãos, os idiotas.

Aplicam-se, como em obras secundárias, à instrução e educação da juventude nas escolas e nos oratórios festivos. Abrem casas e dentro delas recebem os necessitados, confiando sobretudo na ajuda da Divina Providência.

Não cuidam de aumentar patrimônios, mas quando a Providência lhes envia, eles os empregam a serviço dos pobres, confiando sempre nos ensinamentos do Senhor que diz: Dai-nos o pão cotidiano... procurar antes de tudo o Reino de Deus, e as coisas temporais vos serão dadas em acréscimo.

As circunstâncias excepcionais dos tempos requerem especiais exercícios de caridade para com o próximo, e a esta aplicam-se igualmente com intensidade os filhos da Congregação. O seu ponto de referência para fazer um pouco de bem é o exemplo do Divino Coração que ensina: Aprendei de mim que sou manso e humilde de coração.

Do vínculo da caridade. Os membros da Congregação do Sagrado Coração são os membros da Cabeça suprema Jesus Cristo.

Deve claramente aparecer que todo membro da Congregação seja chamado pelo Senhor.

Mas os inscritos devem levar os sinais da própria vocação num amor fervoroso e constante a Deus e ao bem-estar da pia sociedade, devem levar o sinal de terem sabido combater e vencer contra os inimigos próprios e do mundo, contra as tentações do sangue e do demônio, para viverem e reinarem com Cristo.

O melhor bem temporal e espiritual é o bem da caridade, conforme o dito do Senhor: Oh, como é bom, como é agradável para os irmãos unidos viverem juntos!

Os coirmãos devem dedicar-se com tal amor porque o Senhor ama tanto quem a ele se doa inteiramente.

O fervoroso amor de Deus produz um caloroso afeto de caridade para com o próximo, porque o amor de Deus não se distingue do amor do próximo.

Um amor pelo próximo doce e suave é o mais belo dom que se poder ter de Deus aqui na terra.

Com a caridade tudo se oferece e com a caridade tudo se vence. Os Coirmãos exercem o bem animados especialmente por este puro afeto de caridade.

Encorajados, assim, por sentimentos superiores de fé e de caridade, dispor-se-ão para serem abraçados pelas correntes áureas dos três votos simples, da pobreza, da castidade, da obediência: votos que constituem uma fortaleza impenetrável pelos assaltos inimigos e são o mais querido sinal de uma especial benevolência de Deus».

Pe. Guanella, em 03 de março de 1899, envia o novo texto ao seu Bispo Dom Valfré, acompanhando-o com uma carta na qual recorda ao Bispo que prometeu apoiar o pedido junto à Santa Sé.

É deste período o escrito “Novos acenos históricos sobre a origem da Congregação” (05 de abril de 1899) que provavelmente não é do Pe. Guanella e amplia as notícias que o mesmo Pe. Guanella tinha exposto como introdução do Estatuto de 1898. Este texto novo apresenta um acréscimo precioso: o elenco nominal dos membros que naquele ano faziam parte da Congregação nascente.

Também este escrito devia servir, junto com o texto normativo, para dar à autoridade competente uma ideia suficientemente completa da nova Instituição.

Dom Valfrè assim respondia ao Pe. Guanella, em 07 de abril de 1899, a respeito destes dois documentos:

«Muito Reverendo Senhor,

Sabe muito bem que os Filhos do Sagrado Coração e as Filhas de S. Maria da Providência, santamente intencionados, fazem certamente o bem e muito, e atendem com boa vontade e com louvável compromisso para a santificação da própria alma e do próximo...

No entanto, recordo também que eu não deixei de levar toda a minha atenção e de examinar muito bem os dois regulamentos que o senhor me fez ter e ainda que sobre algum artigo seria necessário fazer observações e modificações, no máximo, porém, asseguro que os encontrei inspirados nos verdadeiros princípios da perfeição cristã.

Mas já que o senhor deve transmiti-los à Sagrada Congregação, eu não posso nem pretendo prevenir o juízo que a este respeito dará o sacro Tribunal de Roma.

De boa vontade e sem alguma hesitação, teria aprovado os “Acenos Históricos”, anexos, mas depois da leitura destes parece-me que, enquanto são bem feitos e suficientemente difundidos os dados das Filhas de S. Maria, aqueles dos Filhos do S. Coração deixam um pouco a desejar, resolvendo-se mais numa biografia do bom Fundador, que não numa verdadeira história da Instituição e talvez não respondem às exigências da S. Congregação porque dizem demasiado pouco sobre o fim e os meios de subsistência das pias Instituições. Não poderia certamente duvidar da veracidade das quantias que refletem o ativo e o passivo das diversas casas, mas eu não posso verificá-lo, pelo qual não posso nem sequer dar a aprovação...

O meu parecer seria que o senhor espere ainda alguns dias, assim eu poderei submeter tudo aos Ex.mos Bispos em cujas Dioceses o senhor tem Casas, para pôr juntos uma aprovação de comum acordo.

Com os sentidos da minha sincera consideração, mando-lhe a minha bênção com efusão de coração.

Com afeto, Coirmão em J. C. ✠ TEODORO, Bispo

Como, dia 7 de abril de 1899».

O Pe. Guanella acolhe o implícito convite a fazer clareza sobre a situação material e moral do Instituto e, em junho de 1899, de acordo com o Bispo, aceita um controle administrativo sobre a Casa de Como, e faz uma relação sobre o estado geral do Instituto: «O Instituto dos Filhos do Sagrado Coração, que tem sede no bairro de S. Vitale em Como, tem ramificações na Itália em Milão e em Nuova Olonio (colônia agrícola no assim chamado Pian di Spagna, e além disso em Roveredo, Splügen e Valle Bregaglia no Cantão Grigioni (Suíça)»... (*E de cada uma destas obras dá uma relação detalhada enumerando os edifícios e os hóspedes presentes*).

Acrescenta depois que os sacerdotes Filhos do Sagrado Coração exercem também a função de Capelães em algumas casas das Filhas de Santa Maria da Providência.

Esta relação é enviada ao Bispo que ainda permanece hesitante. Assim como o Pe. Guanella acostumava acompanhar tais práticas com uma carta, aproveita a ocasião para lamentar-se com o Bispo, enquanto acena indiretamente às dificuldades que este estado de coisas põe, sobretudo para a ordenação dos seus sacerdotes. Eis algumas passagens da carta, depois que o Pe. Guanella expôs ao Bispo as dificuldades tidas para a ordenação de um coirmão.

«Excelência Reverendíssima,

..... Afim ao caso do Clérigo... é a causa da aprovação das nossas regras. Prometem-nos continuamente a aprovação das nossas Regras e depois estas Excelências e as Eminências, no momento mais importante, abandonam-nos. Quer dizer que nós temos como boa guia a Divina Providência. A esta procuramos ater-nos com força e, se as Excelências e as Eminências Reverendíssimas nos aprovem ou tardem em aprovar-nos, nós estamos em boas mãos, e depois de termos feito o nosso dever com as Excelências e com as Eminências Reverendíssimas, nós ficamos tranquilos, mesmo que certas vezes o Senhor permite que nos façam atribular um pouco.

O Sr. Cav. Dr. Paulo Zerboni, com zelo, desempenhou o ofício de investigador das nossas economias e ele terá referido plenamente por meio de uma carta do Sr. Contador Cugnasca que o Pe. Giuseppe Roncoroni lhe terá feito ter. E assim o Senhor poderá ter em mãos quanto se refere da situação material e moral da nossa Casa, e se sente de podê-lo fazer, recomendar as nossas Regras à Santa Sé.

Não posso ir pessoalmente, porque estou curando-me da gripe; não estou, porém, mal. Vossa Excelência tenha no coração as necessidades do pobre e do indigente e ofereça-nos em tudo uma válida ajuda.

Tenha-me depois em consideração no beijo do Sagrado Anel.

Obrigadíssimo servo Sac. Luís Guanella

Milão, 03-02-1900».

O pedido oficial à S. Congregação (10 de fevereiro de 1900)

Passa apenas uma semana, o Pe. Guanella, tendo voltado para Como, encontra as cartas comendatícias dos Bispos de Pavia e de Coira. Escreve logo ao seu Bispo, ao qual envia os dois “importantes documentos”, dizendo-se confiante que a mesma coisa obterá também dele.

Coisa importante: o Pe. Guanella faz chegar ao Bispo o último documento necessário para enviar a prática de aprovação para Roma, isto é, o pedido oficial à Santa Sé.

E assim escreve novamente ao seu bispo:

Excelência Rev.ma,

Vivo na boa confiança que o senhor, em Roma, obtenha-me bons favores para as nossas duas Congregações. Encontrei aqui documentos importantes seus e dos Bispos de Pavia e de Coira em apoio das duas instituições.

Envio-os para o senhor por meio do Rev.mo Arcipreste de S. Agostinho e a ele anexo o pedido regular à Sagrada Congregação dos Bispos e dos Religiosos e para melhor regularidade anexo a impressão das Regras.

Encontrando-se com Sua Eminência o Sr. Cardeal Ferrari e com Sua Excelência o Sr. Bispo de Pavia, ofereça-lhes os meus obséquios e recomendações em propósito.

Rogo ao Anjo Rafael que o acompanhe bem e lhe sou grato no beijo do Sagrado Anel,

Obrigadíssimo Sac. Luís Guanella

Como 10-2-1900

E este é o texto do pedido:

AOS REVERENDÍSSIMOS PADRES
DA SAGRADA CONGREGAÇÃO
BISPOS E REGULARES

O Sacerdote Luís Guanella, filho de Lorenzo di Capodoldino, Diocese de Como, há cerca de trinta anos, procura instituir e dirigir uma fundação de Sacerdotes e de leigos, chamados Filhos do Sagrado Coração que têm por finalidade a santificação própria e o abrigo dos deserdados.

Os agregados ao Pio Instituto crescem em número e a messe multiplica-se sob as suas mãos.

Muitos aspiram também ao Sacerdócio. Mas são, na maioria, pobres de bens de fortuna: certas vezes avançados na idade, e às vezes escassos de inteligência, ainda que ricos de boa vontade e dificilmente encontram Bispos que lhes imponham as mãos.

E todavia, as obras do Instituto requerem pessoal pelo menos suficiente: pessoal do qual, por sua vez, os Bispos servem-se dele em caso de necessidade.

Os Filhos do Sagrado Coração seguem o Estatuto de Regra que se anexa à presente; a ele acrescenta-se também *ad abundantiam* o regulamento interno, ainda que incompleto, do Instituto. Unem-se os “Acenos de história dos Filhos do Sagrado Coração” que encontram complemento maior nos “Acenos das Filhas de Santa Maria da Providência” que se anexam.

O Sacerdote Luís Guanella, encorajado também pelo conselho de Bispos Ilustríssimos e de Sua Eminência o Senhor Arcebispo de Milão, humildemente apresenta instância para que por estes Padres Reverendíssimos seja aprovada a Regra dos Filhos do Sagrado Coração.

Que se tal favor por acaso ainda não possa ser concedido, suplica para que pelo menos lhe seja concedido um benévolo Decreto, para que assim os Aspirantes ao Sacerdócio e necessários à finalidade e ao desenvolvimento da Obra, possam ser promovidos às Sagradas Ordens.

Na espera de tanta graça, prostra-se para o beijo da Sagrada Púrpura e declara-se

Com muito obséquio, servo Sac. Luís Guanella

Em 16 de fevereiro de 1900, ao Pe. Guanella chega a notícia que o Bispo de Como exprimira a vontade de apoiar as práticas de aprovação.

Felicita-se logo por isto com o seu Superior, com a carta de 16 de fevereiro de 1900:

«Excelência Rev.ma, ...

Vossa Excelência deu-nos o bom conforto de querer apoiar a aprovação. Temos toda confiança de que o senhor tenha também podido conferir com Sua Eminência o Sr. Cardeal e assim avantajá-lo o seu bom sucesso.

Nós rogamos vivamente ao Senhor para tal intento e rezamos por V. E. ... Sou-lhe no beijo do Sagrado Anel,

Obrigadíssimo servo Sac. Luís Guanella»

Agora tudo está pronto. Não resta senão esperar e rezar!

Mas a carta do Bispo Dom Valfré à Sagrada Congregação, de 28 de fevereiro de 1900, podia certamente suscitar dúvidas para a aprovação. Eis o seu texto:

Eminência Ilma. e Rev.ma,

O Sacerdote Pe. Luís Guanella, fundador da Pia Casa da Providência em Como, erigiu nesta minha Diocese uma pia União chamada dos Filhos do S. Coração, composta por padres, clérigos e leigos, com regras formuladas por

ele mesmo e que quereria reconhecida como verdadeira Congregação, com Estatuto aprovado pela S. Sé. Pede-me, portanto, uma comendatícia junto à S. Congregação. Como já exprimi com a minha carta de 6 de junho de 1899, consta-me e sou feliz em testemunhá-lo uma segunda vez, que estes Filhos fazem o bem e muito, ocupando-se em benefício especialmente de tantos pobres infelizes, abrigados e socorridos pela caridade do louvado Pe. Guanella, e vivem uma vida edificante. Não me consta, todavia, como e quanto sejam observadas atualmente as regras, quais normas seguras adotem-se na aceitação dos Clérigos, que provêm quase sempre dos seminários da Lombardia, onde não puderam, por uma causa ou por outra, prosseguir os seus estudos, e não me consta quais estudos seguem e qual seja a sua vida eclesiástica clerical.

Considero, portanto, importante, chamar sobre estes pontos a atenção da S. Congregação na aprovação dos Estatutos da pia Associação. Quando se terá providenciado no tempo indicado e sejam realmente observadas as regras ou estatutos propostos pelo Pe. Guanella, eu não teria nenhuma dificuldade em dar o meu voto favorável.

Beijo com obséquio a S. Púrpura e professo-me de S. Eminência Rev.ma

Humilíssimo Devotíssimo Obrigadíssimo
em J. C. ✠ TEODORO, Bispo de Como

Roma, 26 de fevereiro de 1900

Dois meses depois (28 de abril de 1900), numa segunda carta comendatícia, Mons. Valfré assim exprimia-se:

Eminência Reverendíssima,

Dando seguimento à minha carta de 26 de fevereiro passado, na qual apresentava a esta S. Congregação as Regras que o Fundador da Casa da Providência, Sac. Luís Guanella, compilava tanto para as Filhas de S. Maria da Providência quanto para os Filhos do Sagrado Coração e que ele deseja sejam reconhecidas como verdadeiras Congregações, com Estatutos aprovados pela Santa Sé, apresento agora a Relação sobre o estado material, moral, econômico, tanto para uma como para a outra congregação, que me transmitiu o mencionado Sacerdote.

Não é minha tarefa entrar para julgar em mérito à Relação que submeto ao juízo desta S. Congregação e dado que o Bispo não tem na fundação do Pe. Guanella senão uma ingerência mais do que limitada, em mérito a quanto ali se expõe devo ater-me a quanto ele declara. A relação, por outro lado, da qual acompanho aquela redigida pelo mesmo Pe. Guanella, como também aquela que foi feita por uma pessoa experta em fato de administração, evidenciaria muitas lacunas, às quais se deveria prover para dar uma ordem mais estável, também material, àquelas duas pias Uniões.

Chamadas, tanto uma como a outra, a fazerem um grande bem, poderão facilmente terem sucesso no intento que se propõem quando sejam bem disciplinadas e de maneira que o Ordinário diocesano possa ver mais claro que não agora, e é isto que particularmente se pede à Congregação. A qual poderia aconselhar o Sacerdote fundador a querer consolidar bem as obras empreendidas antes de dirigir o seu zelo a novas obras e, ao mesmo tempo, conceder a aprovação requerida não ainda de maneira definitiva, mas temporária. Deste modo teria-se a possibilidade de melhorar quanto até agora realizado e satisfaria o desejo de todas as boas pessoas, as quais se desejam o reconhecimento das fundações do zelante sacerdote, desejam, ao mesmo tempo, a sua consolidação antes que vê-las expostas a flutuações que poderiam ameaçar a sua existência.

Prostrado para o beijo da S. Púrpura com o mais venerado obséquio, reafirmo-me da Excelência Vossa Reverendíssima

Humilíssimo Devotíssimo Obrigadíssimo
em J. C. ✠ P. TEODORO, Bispo de Como

Assim, depois de bem dois anos e meio de preparativos, chegou-se ao porto, mas não certo felizmente. Pela segunda vez, a S. Congregação, desde Roma, dará o voto desfavorável (27 de agosto de 1901).

Em 20 de setembro de 1901, o relator da Comissão para o exame dos novos Institutos, Pe. Antonio de Jesus, carmelita, escreve confidencialmente ao Pe. Guanella, comunicando-lhe a resposta negativa do seu pedido.

«Rev.mo Senhor,

A Rev.ma Comissão ocupou-se, em 25 de julho, dos dois Institutos pelo senhor fundados.

Embora fossem muito admiradas as suas obras de zelo, no entanto, devendo-se submeter a certas normas, não foi possível propor o Decreto de louvor.

Todavia, foi proposta uma carta de encorajamento e a proposta foi aceita.

Esta manhã fui à S. Congregação para ver se a carta fora mandada, e o Arquivista disse-me que a carta estava pronta (e mostrou-a) e que chamara o Agente para uma pequena taxa que se deve pagar. Suponho que o agente tenha já escrito para o senhor e, conseqüentemente, não pode ser por muito retardada a expedição de tal carta que a consolará muito.

Estão imprimindo-se certas normas, aprovadas ultimamente, que servirão para a redação das Constituições dos modernos Institutos religiosos. Serão sumamente úteis para o senhor. Deverá, segundo as mesmas, ordenar e consolidar os dois Institutos, deverá reduzir as Constituições.

Tanto um como o outro Instituto, na Constituição e na vida, devem ser inteiramente independentes. Mas, como disse, sem fazer-lhe outras sugestões, com a leitura que fará das normas emanadas, conhecerá como deverão ser os

dois Institutos e como deverão mais tarde apresentar-se à Sagrada Congregação para terem o desejado decreto, por primeiro de louvor e depois de aprovação, tanto do Instituto como da Constituição. Se a S.V. virá a Roma (não tendo eu ocasião de ir a Milão) e quererá favorecer-me de uma visita, poderemos entender-nos e aplanar aquelas dificuldades que o senhor poderá encontrar na execução de quanto acenei.

Queira aceitar os meus humildes obséquios e crer-me,
Seu devotíssimo Servo

Padre Antonio di Gesù, C.S.».

A GRANDE INCERTEZA

Sofrimento e perplexidade: são estes os sentimentos que suscitou nele a decisão negativa da S. Sé.

A perplexidade ficou por algum tempo: continuar pela via jurídica da aprovação ou dar à Congregação uma estrutura menos institucional, mas no entanto compacta em redor de um vínculo prevalentemente evangélico-espiritual?

Talvez este é um dos períodos mais difíceis que o Pe. Guanella e a história da sua Congregação atravessou.

Houve um momento, neste clima de incerteza, no qual o Pe. Guanella «pensou que fosse conveniente estreitar entre si os associados... com o só vínculo da caridade» (*Pe. Mazzucchi*).

«E isto parece por diversos motivos:

- 1) O exemplo de outras instituições religiosas, como os oratorianos de S. Felipe Neri. O Pe. Guanella olhava com simpatia para esta obra e inspirava-se naquele clima de alegria familiar que regula as relações entre os membros deste Instituto. Os Missionários de S. Vicente de Paula, já que eram para ele um exemplo claro de quanto bem podem ser promotoras as almas entusiastas, ligadas não por votos públicos, mas unidos em vida comum e animados pelo zelo apostólico.
- 2) O perigo de perseguições políticas e fiscais, atual naqueles tempos. O exemplo de quanto acontecia na vizinha França fazia temer também para a Itália, regida por governos não certamente demasiado ternos para com a Igreja.

Diante destes perigos, o Pe. Guanella pensava que uma sociedade religiosa, sem votos, e sem a forma jurídica própria das congregações religiosas aprovadas, teria sido menos sujeita ao alvo dos inimigos da Igreja e mais ligeira na sua ação caritativa.

- 3) Não se deve esquecer um terceiro motivo – talvez fundamental – que neste período mantinha incerto o Pe. Guanella sobre a forma jurídica para dar à sua instituição: a gestão econômica. Temia que “a aprovação suprema, vinculando a sua iniciativa, pudesse contradizer o espírito e o endereço e sobretudo o seu caráter próprio de confiança e de abandono na Providência sem as demasiadas preocupações e limitações da prudência humana”. Enquanto persistia esta incerteza sobre a forma para dar à sua instituição, não perdia tempo no desenvolvimento das obras» (*Tito Credaro*).

A TERCEIRA TENTATIVA (1905-1906)

Escreve o Pe. Leonardo Mazzucchi: «A sua hesitação foi vencida pelo desvanecer-se dos temores políticos, pelo conselho de pessoas competentes, pela benévola confiança na estima e na proteção de Pio X».

Acrescente-se a consideração dos inconvenientes de ver a sua obra submetida à discricção das várias autoridades das dioceses onde tinha-se alargada e as vantagens espirituais e morais derivantes da aprovação pontifícia (*Martino Cugnasca*).

O impulso imediato para retomar a prática veio precisamente de Pio X, na Audiência de 11 de fevereiro de 1905.

Assim escrevia o Pe. Guanella: «Sua Santidade Pio X dignava-se recomendar ao abaixo assinado... para que solicitasse junto à Sua Eminência o Sr. Cardeal Ferrata, o exame das Regras para a aprovação dos dois Institutos..., já encorajados pela S. Congregação dos Bispos com rescritos de 7 de fevereiro de 1898 e de 27 de agosto de 1901».

A prática esta vez foi aprontada com rapidez surpreendente. Foram estas, provavelmente, as razões:

- Re-abraçada a antiga ideia, o Pe. Guanella pensou em dirigir-se diretamente a Roma: aqui podia ser ajudado, bem aconselhado e mostrar o grande bem que a sua Obra fazia.
- Existem já normas bem precisas, emanadas pela S. Sé (*Conditae a Christo* de 1900 e *Normae in approbandis novis institutis* de 1901). Em obediência a elas, o Pe. Guanella já em 1904 tinha mudado o nome da sua Congregação, para evitar que se confundisse com os Filhos do S. Coração, fundados pelo Mons. Comboni. Agora os seus filhos teriam sido chamados: Servos da Caridade.
- Acrescente-se a experiência que já o Pe. Guanella fizera em mérito.

A resposta, porém, será ainda desfavorável.

Em 1905 provê logo a redigir novas “Regras”.

Dirá em seguida que com estas “Regras dos Servos da Caridade” (1905) ele se atém perfeitamente às normas postas pelo Cardeal Gotti, quase transcrevendo até as suas palavras.

Escreve o Pe. Credaro, analisando-as:

«Estas assinalam um destaque notável daquelas até aqui publicadas e constituem a base de todas as outras que virão em seguida, das quais se diferenciarão só em certas partes relativas ao direito comum...

Nota-se, na redação destas “Regras”, o empenho do Fundador em estar de acordo com as “Normae”, que segue passo a passo, de acordo com o exemplo de muitos outros Institutos, contendo em breves conceitos, de forma possivelmente jurídica, o seu espírito que teria querido transfundir aos seus filhos.

A parte estritamente ascética será desenvolvida com o Regulamento, sem dever submeter-se a normas taxativas.

A forma é nitidamente mais jurídica que nos precedentes Estatutos dos Filhos do S. Coração, nos quais prevalecia, junto com algumas normas basilares relativas ao governo, o elemento exortativo para os valores religiosos e caritativos».

Para obter a Aprovação da S. Sé ocorriam, além disso, as cartas de recomendação dos Bispos diocesanos onde estava presente a sua obra. Esta vez o Pe. Guanella escreve-lhes uma carta circular, breve mas preciosa pelos particulares que nos oferece.

Estas são algumas passagens da carta:

A Sua Excelência Ilma. e Rev.ma Mons. Bispo de

Na audiência privada de onze de fevereiro passado, Sua Santidade Pio X dignava-se recomendar ao abaixo assinado Sacerdote Luís Guanella para que solicitasse junto a Sua Eminência o Sr. Cardeal Ferrata o exame das Regras para a aprovação dos dois Institutos chamados das Filhas de Santa Maria da Providência e dos Servos da Caridade, já encorajados pela S. Congregação dos Bispos com rescritos de 7 de fevereiro de 1898 e de 27 de agosto de 1901...

Ocorreria agora que, para um exame mais definitivo da S. Congregação, Vossa Excelência possa e queira confirmar o seu juízo sobre este argumento.

Com profundo obséquio prostram-se ao beijo do sagrado Pé os escritores,
Devotíssimos

Pe. Luís Guanella Co-fundadora Marcelina Bosatta

Como, Patrocínio de S. José 1905

Em 26 de maio de 1905, o Pe. Guanella vive um duplice acontecimento: festeja o aniversário da sua Ordenação, e envia, pela terceira vez, o pedido formal de aprovação à Santa Sé, do qual extraem-se estas passagens:

À SUA EMINÊNCIA REVENDÍSSIMA, O SERENÍSSIMO
PRÍNCIPE CARDEAL FERRATA - ROMA.

«O abaixo assinado, prostrado ao beijo da Sagrada Púrpura, apresenta humilde pedido para o exame e a aprovação das regras do próprio Instituto dito dos Servos da Caridade. Para tal fim envia os documentos como segue (*seguem então vários documentos, entre os quais aqueles dos Bispos dos quais pedira o apoio*)...

Sua Santidade, em audiência privada de 11 de fevereiro passado, expõe o desejo que Vossa Eminência tenha em consideração o exame e a aprovação do Instituto dos Servos da Caridade.

Conforta-me a esperança que Vossa Eminência queira com todo o coração considerar isto e assim com obséquio profundo declara-se,

Humilíssimo servo Sac. Luís Guanella

Como, 26 de maio de 1905».

Em 14 de março de 1906, a Comissão para o exame dos novos institutos reúne-se, discute e exprime ainda parecer desfavorável.

São estas as atas:

«Na reunião da Rev.ma Comissão, que se teve em 12 de março sob a Presidência do Rev.mo e Ilmo. Mons. Auditor da S. Congregação, presentes... (*nomeiam-se os presentes*) tratou-se dos dois Institutos gêmeos do sacerdote Guanella, com esta conclusão:

Não tendo sido executado pelo Fundador quanto lhe foi imposto mediante devida carta no ano de 1901, seja-lhe repetida esta carta, exprimindo-lhe o desgosto da Sagrada Congregação pelo seu não cuidado e desobediência e inculcando-lhe a sua exata observância. Pelo qual se desaprova o assim chamado “Regulamento”».

Em 5 de maio de 1906, o Pe. Guanella, indo pessoalmente à S. Congregação dos Bispos e Regulares, apreende do Mons. Giorgi, pessoalmente e por escrito, que o voto da Comissão examinadora fora mais uma vez de parecer negativo. A razão determinante fora: o Pe. Guanella não se ateu às sugestões contidas na carta da Comissão examinadora de 1901.

Em 6 de maio de 1906, o Pe. Guanella explica a sua atuação.
Assim dirige-se ao Monsenhor Giorgi:

«Reverendíssimo Monsenhor Giorgi,

À nota de ontem, que V. Ex.cia Rev.ma comunicou-me oralmente e por escrito sobre o voto negativo ao Decreto de louvor e à aprovação das Constituições dos Servos da Caridade e das Filhas de S. Maria da Providência porque não se obtemperou à carta de 1901 da Rev.ma Comissão, o Sacerdote Luís Guanella para a própria tranquilidade, por honra da verdade e pela obrigação para com os dois Institutos, sente-se de expor quanto segue:

1. A carta não lhe foi comunicada literalmente, mas em resumo, e foi interpretada quase como decreto de louvor...
2. No entanto, empreendeu-se a separação sempre mais exata dos dois Institutos, aplicando as normas em uso nos Seminários e nos Pios Institutos do norte da Itália, normas que, no nosso caso, referem-se a dois Institutos que se dedicam especialmente ao abrigo de doentes e de crônicos.
3. A direção persuadiu-se a preparar as Regras depois que Sua Santidade aconselhou-nos a fazê-lo, sem querer faltar ao respeito devido à Rev.ma Comissão.

A este respeito, depois da facilidade nas aceitações de membros dos dois Institutos, convém distinguir entre os dois Institutos.

a. O Instituto feminino tem cerca de quarenta anos e sustentou as suas provas com constância e perseverança e não raras vezes com firmeza heróica e disto é penhor o difundir-se rápido do Instituto em tantas Casas em cerca de 48 localidades da Itália e da Suíça, e são penhor disto os pedidos contínuos dirigidos às Filhas de S. Maria da Providência e os louvores que a elas prodigalizaram os Bispos reverendíssimos que as chamaram.

Às Filhas de S. Maria até agora supriu a fé e a abnegação àquela falta de cultura que ainda não se pôde assegurar, mas quem escreve presta testemunho que desde alguns anos seriamente atende-se também àquela cultura que pode pretender-se dos tempos e se fará ainda melhor no futuro.

b. O Instituto masculino depois é de recente fundação, e foi reunido pessoalmente pelo escrevente com as normas estudadas por três anos pelo Venerável Dom Bosco. E sabe-se que Dom Bosco procurava reunir falanges de soldados quase improvisadas para vir mais solícito em socorro da sociedade cristã em perigo. Com estes critérios e como a Divina Providência colocou os seus meios, começou-se o Instituto masculino que esperamos que o Senhor igualmente queira e abençoe, e sobre o qual igualmente exprima-se o voto favorável dos Reverendíssimos Bispos.

O Instituto masculino compõe-se também de membros aptos para as direções e de outros membros aptos para os simples serviços dos abrigos e das várias obras que a eles estão anexas.

A respeito do defeito de unidade da finalidade na instituição, parece-me poder humildemente observar:

a. O Instituto feminino abraça o cuidado de todas as idades, mas está dividido e distinto em repartições bem ordenadas.

Cuida-se das pessoas enfermas de corpo e de mente, ou de corpo e de mente juntos, mas exclui-se absolutamente as pessoas de conduta suspeita, as pessoas afetadas por doença contagiosa, e sob este ponto o total das obras das Filhas de S. Maria resume-se no cuidado de gente necessitada de simples abrigo. Sob este aspecto parece que não falte a unidade da finalidade querida pela carta de 1901.

Tomou-se também exemplo da grandiosa Instituição da Pequena Casa da Divina Providência de Turim, que bem se sabe quanto seja complexa e no entanto quanto seja ordenada.

b. O Instituto masculino abraça também em substância as obras de simples abrigo, e além disso aplica-se a obras de colônia agrícola ou então da assistência no exterior dos nossos operários italianos. E depois o Instituto masculino está no princípio da sua formação, nem se pode prever exatamente o seu desenvolvimento, se bem que se terá cuidado para que cresça na finalidade traçada pela citada carta de 1901.

c. Acerca do voto negativo expresso sobre o Regulamento dos mencionados Institutos, observa-se que nada escreveu-se que na prática não se tenha tornado de utilidade.

Devo ainda observar que na compilação das Regras dos dois Institutos, o Sacerdote Guanella acreditou ater-se perfeitamente às normas postas pelo Eminentíssimo Cardeal Gotti, quase transcrevendo as suas mesmas palavras. Mas se ainda não se alcançou plenamente o objetivo, continuar-se-á a estudá-las e o escrevente será bem feliz em receber instruções mais detalhadas para sabê-las mais diligentemente observar.

No entanto, parece colocar fora de dúvidas a retidão de intenção de quem dedicou-se à fundação dos dois Institutos, e a confiança de ser quase conduzido pelas mãos pela Providência. Com esta íntima persuasão, nada perturba o ânimo do escrevente, que se declara reconhecido sempre à Rev.ma Comissão por qualquer conselho que sugira e tem confiança de ser pela mesma benignamente compadecido e ajudado.

Em ordem a tais sentimentos inclina-se a esta Reverendíssima Comissão, e declara-se

Humilíssimo e obedientíssimo servo

Sac. Luís Guanella

Roma, 6-5-1906».

A QUARTA TENTATIVA (1907...)

Pe. Guanella escrevera: «...Mas se ainda não se alcançou plenamente o sentido, continuar-se-á a estudá-las (*as normas emanadas*) e o escrevente será bem feliz em receber instruções mais detalhadas para sabê-las mais diligentemente observar».

Mesmo se o desgosto, também esta vez, foi grande, o Pe. Guanella cumpriu esta promessa e recomeçou logo.

Assim o Pe. Guanella teve que refazer pacientemente a prática segundo a praxe que já conhecemos.

Se foi fadigosa para ele, tornou-se muito vantajosa para nós, porque a documentação que encontramos em nossas mãos, supera por valor histórico aquela das tentativas precedentes.

A S. Congregação, seguindo a sugestão do Cardeal Ferrata, confia o Pe. Guanella à guia do Pe. Cláudio Benedetti, redentorista, consultor da mesma S. Congregação para a aprovação dos novos Institutos religiosos.

Pe. Guanella neste homem não encontrará somente o representante da S. Sé, mas sobretudo um amigo. Pela ajuda que dele receberá em todo sentido, foi o homem da Providência, que chegou no momento justo.

OS PRIMEIROS VOTOS PÚBLICOS PERPÉTUOS (1908)

A história que vamos documentando não acaba de causar estupor pelas surpresas e contratempos dos quais é rica.

O Pe. Guanella espera por 20 anos (1866-1886) *a hora da Providência* para iniciar a sua missão.

Uma vez iniciada a missão, acrescentam-se outros 20 anos (1886-1907) de tentativas falidas para obter, para a sua Congregação, cidadania na Igreja.

Agora verifica-se um acontecimento surpreendente precisamente num momento delicadíssimo para o Fundador e para a Congregação. Pe. Guanella apenas recebeu pela terceira vez a resposta negativa ao pedido de aprovação e já emite, com os seus colaboradores, a profissão pública perpétua, como a dizer que, mesmo sem ter obtido um reconhecimento oficial, ele encontra-se imediatamente no coração da Igreja.

História curiosa, mas no entanto verdadeira!

É bom contemporizar sobre este último acontecimento, para dar a sua explicação histórica e para descrever a sua celebração.

1) A explicação histórica

Antes de tudo perguntamo-nos: Com qual autorização e por qual razão o Pe. Guanella decidiu-se a emitir os votos públicos perpétuos?

Temos a explicação na deposição do Pe. Cláudio Benedetti:

«Em seguida ao voto negativo dado pela Comissão da Sagrada Congregação, em 12 de março de 1906, o Pe. Guanella não se desanimou mas, forte também do apoio do Cardeal Ferrari, que o tinha favorecido com uma carta de recomendação junto à Santa Sé, enquanto multiplicava as suas visitas em Roma, para dar desenvolvimento às obras empreendidas, continuava com apreensão e constância a bater na porta dos Dicastérios romanos para alcançar o fim desejado. Foi numa destas suas vindas para Roma que se apresentou ao Congresso da Congregação dos Bispos e Religiosos (então composta pelo Prefeito Cardeal Ferrata, pelo Secretário Mons. Giustini, depois Cardeal, e pelo auditor Mons. Giorgi) para saber qual caminho deveria percorrer para conseguir o decreto que desejava.

Estes prelados, que já o admiravam pelo seu tanto zelo, disseram-no a mim, para que eu o guiasse segundo as normas que já tinham sido compiladas e impressas. Veio a mim com um bilhete do Cardeal Ferrata, que mo recomendava. Foi naquele dia que eu o conhecia pela primeira vez pessoalmente; e daquele dia sempre vinha a tratar comigo todas as vezes que vinha a Roma para informações sobre o andamento dos seus Institutos, e informava-me disto também por carta».

Naquela primeira conversa o Pe. Benedetti, depois de ter-lhe explicado que a S. Sé faz distinção entre as Obras pias e os Institutos que as dirigem, continua:

«foi estabelecido que ele se dedicasse: 1) a corrigir as Constituições para conformá-las plenamente às normas da S. Congregação; 2) a fazer uma separação mais precisa e mais completa das casas habitadas pelas Irmãs daquelas habitadas pelos Servos da Caridade; 3) a emitir e fazer emitir os votos que estavam já em projeto; 4) a estabelecer o governo geral que fosse segundo as mencionadas normas; 5) a abrir uma casa de noviciado que fosse mais normal do que aquela existente.

Enquanto às Constituições, depois de poucos meses estavam já corrigidas e conformadas às normas da Sagrada Congregação. Em 6 de agosto de 1907, mandou-me uma sua cópia, para que fizesse sobre elas as minhas observações; mas não tinha nada para observar...

Enquanto aos votos e ao governo geral, no dia 30 de março de 1908, escreveu-me de Milão: Em conformidade com as suas instruções e o desejo da Sagrada Congregação, sábado passado, 28 deste mês, depois de ter emitido os votos perpétuos por parte de vinte Sacerdotes, os trienais por parte de alguns, formou-se o primeiro Conselho e Capítulo Superior e tudo sucedeu com edificação».

Para entender o sentido desta deposição do Pe. Benedetti, feita também por escrito e por próprio conhecimento, é necessário pôr em evidência alguns pontos:

1) Pe. Benedetti representava a S. Sé e agia em nome e por autoridade da S. Congregação dos Religiosos. Com efeito, o próprio Cardeal Ferrata tinha-lhe confiado isto, com a precisa finalidade de guiá-lo no caminho para seguir a fim de obter a aprovação pontifícia. Não só o guiava, mas transmitia-lhe a vontade mesma da S. Congregação.

2) Normalmente a Comissão encarregada do exame das novas Congregações corrigia-as, sem porém aprová-las imediatamente, mas assim corrigidas as impusesse aos religiosos para a observância.

É natural que para colocá-las em prática, dado que era prevista, fosse necessária também a profissão perpétua. Profissão, portanto, querida por Roma.

3) O mesmo Padre, conforme com a precisa vontade da Sagrada Congregação, estabeleceu que o Pe. Guanella e companheiros emitissem os votos; votos que, segundo as Constituições corrigidas, deviam ser perpétuos pelo menos para os coirmãos que podiam ser eleitos para os cargos gerais.

4) Devia constituir-se, depois da profissão, um governo geral, segundo as normas das Constituições: Governo que pressupõe uma autoridade juridicamente válida.

Disto deriva que aqueles primeiros votos perpétuos, de 24 de março de 1908, foram votos públicos, porque tinham sido queridos pela S. Sé como fundamento de uma regular comunidade religiosa, governada em base às Constituições por ela mesma impostas e corrigidas.

Os Servos da Caridade, depois dos primeiros votos perpétuos, podem ser considerados verdadeiros religiosos, pertencentes a um novo Instituto na Igreja.

2) A celebração: terça-feira, 24 de março de 1908

O 24 de março de 1908 é um ponto de chegada de grande relevância.

Com efeito, a emissão dos votos públicos perpétuos pode bem considerar-se o ato de nascimento jurídico da Congregação dos Servos da Caridade. A Igreja reconhece, mesmo se ainda de maneira informal, a nova Família religiosa e a põe a serviço da sua missão de salvação.

Temos uma sua descrição sóbria, quase lapidária, feita pelo próprio Pe. Guanella. Está contida num volumoso caderno (12 x 17,5 cm.) com capa preta mas bem grossa, à qual está aplicada uma pequena fechadura, que permite podê-lo fechar com uma chavinha. Pode bem chamar-se o *Registro das profissões* porque são anotadas, de vez em vez, pelo Pe. Guanella ou por outros, e em todo caso sempre por ele assinadas, as profissões acontecidas até a sua morte.

Ali se lê nas primeiras cinco páginas:

Nesta noite, precedida por um Tríduo de pregação preparatória, em obséquio aos desejos da Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares, em satisfação do desejo desde muito tempo exprimido e cultivado, os abaixo assinados celebraram a profissão dos votos simples perpétuos no Instituto dos Servos da Caridade com a seguinte ordem.

O Sacerdote Luís Guanella, em qualidade de fundador, emitiu votos perpétuos de pobreza, de castidade, de obediência segundo as Constituições recebidas e reordenadas pelo Rev.mo Consultor Pe. Cláudio Benedetti dos Redentoristas e impressas em 1907, na Tipografia da Casa da D. Providência. Depois o mencionado recebeu a profissão dos votos simples perpétuos dos seguintes, na presença das testemunhas abaixo referidas... (*Seguem as assinaturas dos Professos Servos da Caridade*).

As testemunhas apresentaram-se mutuamente uns aos outros e o sacerdote Guanella, como Superior Geral, testemunha sobre as assinaturas e dos próprios coirmãos».

Sac. Luís Guanella

Como, 24/3/1908

A primeira cerimônia aconteceu de portas fechadas, como lembra a Ir. Marcelina Bosatta na deposição nos Processos de Beatificação: “Sei da emissão dos votos feita pelo Servo de Deus Pe. Luís Guanella que aconteceu nesta Igreja do S. Coração, de portas fechadas, no dia 24 de março de 1908 e dela participaram também outros Servos da Caridade; estas coisas nós não as sabemos logo, eu porém conhecia sobre a cerimônia que se devia fazer, também antes, mas não me lembro de quem”.

Os motivos de tal circunspeção é difícil estabelecê-los: pode-se supor que o Pe. Guanella o tenha querido para fugir da atenção daqueles que, não nutrin-do, por ele e pelos seus, excessiva simpatia, teriam podido acentuar ulteriormente a sua oposição pela Congregação nascente.

O rito da profissão, segundo o testemunho do Pe. Mazzucchi, foi aquele descrito nas Constituições dos Filhos da Sagrado Coração, em Como, de 1899, no capítulo VIII. Um rito simples, diria-se austero, de forma dialógica, rico de doutrina. Vale a pena citá-lo por inteiro:

«O formulário para o rito de profissão é o seguinte:

O sacerdote encarregado pelo Superior Geral, vestido de sobrepeliz e de estola, apresenta-se ao noviço que está de joelhos diante do altar, no meio de dois religiosos professos e faz as seguintes interrogações:

- Que coisa pedes?
- Peço para ser admitido à profissão dos Filhos do Sagrado Coração.
- Conheces a sua Regra e a praticaste?
- Comprometi-me em conhecê-la e praticá-la e tenho confiança em poder conhecê-la e praticá-la também melhor no futuro para maior vantagem da minha alma.
- Conheceste de modo especial a importância dos votos religiosos de castidade, de pobreza, de obediência e praticaste bem estes votos?
- Confio em ter conhecido e praticado a substância dos santos votos religiosos; confio, com a ajuda divina, em renunciar sempre mais com todo o coração às vaidades do século, às tentações da carne e do sangue, para servir mais de perto os conselhos de perfeição ensinados por Jesus Cristo Nosso Senhor.
- Pretendes, portanto, emitir os votos simples religiosos e observar as regras dos Filhos do Sagrado Coração?
- O meu firme desejo é de dedicar-me por toda a vida ao serviço de Deus na Congregação dos Filhos do Sagrado Coração, portanto eu, por quanto permite a fragilidade humana, quero pôr em prática exatamente todas as regras da Congregação, e sou feliz em emitir os votos religiosos de pobreza, de castidade, de obediência diante de Deus e diante do Superior Geral desta Congregação.
- O Senhor abençoe os teus santos propósitos, te dê a graça da perseverança até quando vindo Ele Juiz supremo, te adorne com a gloriosa coroa no Paraíso.

Agora, portanto, estando na presença divina, profere a fórmula dos votos de castidade, de pobreza, de obediência diante de Deus e diante do Superior Geral desta Congregação.

Eu N.N. prostrado na Divina Presença, reconheço-me indigno de tanta misericórdia do Senhor, mas confiando plenamente na bondade do Senhor, humilho-me diante de Deus onipotente e da Beata Virgem Maria, e faço voto de pobreza, de castidade e de obediência a Deus onipotente e ao Superior Geral da nossa Congregação segundo as regras em uso na instituição dos Filhos do Sagrado Coração.

- *Os presentes respondem:* Amém.
- Abençoe Deus as vossas promessas e vos mantenha fiéis até o fim. Lembrai frequentemente a bondade e a potência do Coração de Jesus Cristo que vos chamou para o seu especial serviço. Quando depois, no exercício da Regra, encontrareis dificuldades, então lembrai o dito de S. Paulo: Em proporção ao prêmio futuro são um peso leve os males desta terra; e invocai com mais viva fé a misericórdia do Coração Santíssimo de Jesus Cristo... (*Segue o elenco dos “Atores”*)...».

O número daqueles que se ligaram de maneira já oficial à Congregação e ao seu Fundador, foi, naquele ano, considerável. Começou-se em 24 de março de 1908, com os 12 coirmãos de Como, e continuou-se até 26 de junho em diversas localidades.

Que coisa significou para todos estes coirmãos (25 de profissão perpétua e 11 de votos trienais) um acontecimento tão determinante para a vida de cada um e para os destinos da jovem congregação?

No comentário do Pe. Leonardo Mazzucchi, pode-se perceber o seu eco:

«... Pareceu-nos a nós, reunidos com a mais viva trepidação da alma, presenciar uma importância gloriosa e solene: sentíamos a presença de Deus que, presente, recolhia os nossos sentimentos e os nossos propósitos exprimidos naqueles votos sacros e, diante do mundo, de sermos aquele pequeno rebanho, os “infirmi mundi”, os instrumentos desprezíveis que Deus, generoso de confortos e de promessas, chamava ao campo público da Igreja e da sociedade no início providencial de uma ação perene e gloriosa, se fiéis aos intentos e aos planos divinos, de saneamento do mundo, reconduzido a Cristo em nome e com as obras de caridade.

Naquela hora noturna, enquanto o silêncio misterioso da noite fazia bater com insólita força os nossos corações e os Anjos do céu amontoavam-se no templo rezando e jubilando, o Pe. Luís Guanella abriu os lábios com a sua palavra humilde, boa, simples: mas não falava a sua boca, o seu coração grande e a sua alma santa dirigia a nós acentos de rara sublimidade de pensamento e de afeto.

Quando o ouvimos agradecer-nos comovido, ele, o mártir de tantas fadigas e de tantas dores passadas e futuras... pelo bem nosso, o pai sempre generoso de compadecimento e inestimável no seu amor refinado e terníssimo por nós, culpáveis de relutância e de indolências espirituais graves em confronto com a ânsia dos seus eleitos desejos; quando o ouvimos agradecer-nos por ter-lhe dado modo, acolhendo o seu convite e pondo-nos no seu seguimento, de abraçar diante de Deus aqueles vínculos abençoados e de poder assim encerrar os seus cansados dias no esquecimento, na pobreza e a tranquilidade santa da vida religiosa, ó, então o nosso coração não aguentou mais e derramamos lágrimas de amor, de tripúdio santo, de arrependimento, de reconhecimento, que marcaram na nossa alma um sulco que não se cancelará nunca mais».

HIPÓTESE PARA UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O NOME SERVOS DA CARIDADE E SOBRE O BRASÃO DA CONGREGAÇÃO

Diversos estímulos, neste ano particular sobre a Vida Consagrada, impeliram-nos a ir às nossas origens. Propomo-vos uma reflexão sobre o nosso nome e sobre o brasão da nossa congregação.

Ambos significam todo um programa encerrado num nome, numa simbologia heráldica e, portanto, uma riqueza que nutre o nosso sermos religiosos guanellianos. Agradecemos o Pe. Gastón Aquino, do qual publicamos em parte a sua cuidadosa pesquisa sobre o significado no nosso brasão.

Pe. GUSTAVO DE BONIS

ALGUNS VESTÍGIOS SOBRE O NOME SERVOS DA CARIDADE

Serve-nos muito a explicação que o Pe. Attilio Beria apresenta ao Capítulo Geral de 1969¹:

«Por isto também o nome da congregação vinha investido pelo Pe. Guanella de valor admoestador: com efeito, se é verdade que a ocasião que lhe sugeriu o nome *Servos da Caridade* foi completamente fortuita, permanece o fato que tê-lo assumido está perfeitamente de acordo com as *Normae* dadas em 1911 para as novas congregações; para a sua denominação, diziam: “O título de uma nova congregação pode deduzir-se ou de um atributo de Deus, ou dos mistérios da nossa santa religião, ou das festas do Senhor ou da beatíssima Virgem Maria, ou dos santos ou do fim especial do mesmo instituto”.

No nosso caso o nome inspira-se no fim especial. Com efeito, a escolha do nome é de 1904, e o ano depois, apresentando o novo regulamento, o Pe. Luís escrevia no prefácio: *Somos Servos da Caridade, porque a caridade de Jesus Cristo atraiu-nos. Exercitamos com fervor as obras de misericórdia no nosso instituto [...] A paz e a caridade que Jesus Cristo trouxe do céu para a terra torne-se sempre mais copiosa nos corações e na nossa pia sociedade*».

O Pe. Beria não explica de nenhum modo esta ocasião “fortuita” da qual o Pe. Guanella hauriu o nome definitivo para a sua congregação, mesmo se su-

¹ BERIA ATTILIO, *Il Beato Fondatore Don Luigi Guanella*, Roma 2014, pag. 131.

blinhando o valor programático e o estar de acordo com quanto requerido com a normativa vigente a este respeito.

Ao invés, o Pe. Tito Credaro na sua tese sobre as Constituições dos Servos da Caridade, expõe:

«O nome de Filhos do S. Coração fora escolhido pelo Fundador pela sua grande devoção pelo Coração de Jesus que considerava exemplo e fonte de caridade para com o próximo necessitado ao qual deviam dedicar-se os seus filhos».

Em sua honra, como vimos, construíra, junto à Casa Mãe de Como, um Santuário.

Agora que pretendia, decisivamente, dar uma ordem jurídica de verdadeira congregação à sua instituição, era necessário estar de acordo com as normas da S. Sé, relativas também ao nome.

E por isto teve que escolher um outro, para não se confundir com congregações já existentes.

«Podem-se recordar: os Missionários do S. Coração, fundado em 1854 pelo Pe. G. Chevalier; os Sacerdotes do S. Coração, fundados em 1878 pelo Pe. Leon Deon; e sobretudo os Filhos do S. Coração, fundados pelo Mons. Comboni».

Assim, em 1904, escolheu o de SERVOS DA CARIDADE, à imitação do nome dado por S. Jerônimo Emiliani aos seus seguidores na assistência aos órfãos.

«S. Jerônimo Emiliani, que é enumerado entre os Santos protetores da Congregação, chamou os seus primeiros colaboradores na assistência aos órfãos Companhia dos Servos dos Pobres (Cf. M. ESCOBAR, *o.c.*, val. I, pag. 612)».

Este nome, como era sugerido pelas *Normae*, indica o fim especial ao qual se dedicam os religiosos que fazem parte dele, e o espírito com o qual se devem a ele dedicar.

«O título de uma nova congregação pode deduzir-se ou de um atributo de Deus, ou dos mistérios da nossa santa religião, ou das festas do Senhor ou da beatíssima Virgem Maria, ou dos santos ou do fim especial do mesmo instituto» (*Normae 1901, 39*)

Com efeito, o Pe. Guanella, entregando-lhes em mãos o Regulamento de 1905, escrevia:

«Somos Servos da Caridade, porque a caridade de Jesus Cristo atraiu-nos. Exercitamos com fervor as obras de misericórdia no nosso instituto [...] A paz e a caridade que Jesus Cristo trouxe do céu para a terra torne-se sempre mais copiosa nos corações e na nossa pia sociedade»².

² CREDARO TITO, Quaderni del Charitas N. 2, *Le Costituzioni dei Servi della Carità*, Arti Grafiche Schena, Fasano 1969, pp. 68-69.

Esta hipótese do Pe. Tito Credaro, que em parte é igual àquela do Pe. Beria, faz derivar, porém, o nome de Servos da Caridade pela influência dos Padres Somascos que, como bem se sabe, eram vizinhos na mente e no coração do Pe. Guanella, seguindo quanto é expresso na biografia de Tamborini-Preatoni³.

Uma outra hipótese é avançada pelo historiador Mario Casella, na sua conferência tida no Congresso de estudos históricos em Roma, de 20 a 23 de março de 2003, o qual deriva o nosso nome da Sociedade Primária Romana para os Interesses Católicos, em particular a uma repartição denominada dos “Servos da Caridade”, fundada na capital nos primeiros meses de 1874⁴.

A chegada do Pe. Guanella na capital italiana e no centro da cristandade torna-o entusiasta em tantos aspectos. Entre outras coisas o nome que dará à sua congregação feminina ele o hauriu do conhecimento de Nossa Senhora da Divina Providência, venerada pelos Padres Barnabitas na Igreja de São Carlos “ai Catinari” em Roma.

Ainda não possuímos nenhuma constatação nem pelo mesmo Pe. Guanella nem pelos primeiros coirmãos a respeito da afirmação da origem do nosso nome. É óbvio que a ausência do mesmo está precisamente no «valor admoestador» e programático que ele encerra, como também sobre o estilo espiritual que qualifica o nosso apostolado na Igreja. Façamos com que este pequeno vestígio contribua a despertar em cada um de nós o sentido de pertença e a aprofundar a identidade contidos num nome tão particular em fidelidade às intuições do fundador.

SOBRE O BRASÃO DA CONGREGAÇÃO

Forma original e data no qual foi realizado

Não podemos saber com certeza o ano no qual foi desenhado, mas encontra-se pela primeira vez no ano de 1906⁵, nos cabeçalhos das cartas escritas pelo mesmo Pe. Guanella.

Se observamos atentamente o brasão presente no cabeçalho, veremos que acrescenta nas extremidades da cruz alguns elementos em forma de “pinha” e

³ TAMBORINI-PREATONI, *Il Servo della Carità*, Editrice Ancora, Milano 1964, p. 237.

⁴ AA.VV.; *Don Guanella e Roma, Cento Anni della presenza dell’Opera 1903-2003*, Nuove Frontiere Editrice, Roma 2004, pag. 87.

⁵ Lettera di Luigi Guanella a Rumi Aldo, 26 Giugno 1906, ASG, E 2305.



ISTITUTO S. GAETANO

Via D. Ambrogio al Panico, 2

MILANO

Milano, li 24/16 1906

Caro Pe. Vignola

Le faccio le seguenti
operazioni.

La 1ª. dona i Suppli affianco
di eleggere in corso

la 2ª. la banda nostra e
per Capolego

Non è possibile amor
condonare la festa

inaugurale alla 1ª. 11.

Suppli e di tutto

aiuto non farò pronto

(Qui sottile esprime talora il desiderio) - TELEFONO 24-48



também duas letras: “S” e “C”, que estão para indicar o nome: “Servos da Caridade”. Esta forma do brasão não corresponde àquela original feita pelo Pe. Silvio Vannoni, segundo o testemunho do Pe. Leonardo Mazzucchi, referido acima. Assim como não conseguimos encontrar nenhum outro lugar onde venha utilizado o brasão na forma do Pe. Vannoni, então podemos pensar que o Pe. Mazzucchi tenha referido a primeira forma na qual o autor pensara, mas logo depois foi melhorada, acrescentando outros elementos para torná-lo ainda mais belo. Todavia, a ausência de documentos históricos não nos permite senão fazer uma hipótese. Por outro lado, as divergências entre os dois brasões não são grandes, aliás, todos os dois possuem os elementos essenciais, como ver-se-á mais adiante.

A inscrição “In omnibus charitas”

Dos textos que conseguimos encontrar, nos quais se fala do brasão, se postos em ordem cronológica, vemos que os primeiros fazem aceno somente à inscrição do brasão: “IN OMNIBUS CHARITAS”, só num segundo momento começam a colocá-la em relação com o testamento que nos deixou o Fundador: “REZAR E PADECER”. Este é o motivo pelo qual analisaremos em primeiro lugar a inscrição e depois a sua relação com o testamento.

A origem da inscrição

No primeiro texto que é objeto da nossa análise, o Pe. Mazzucchi aprofunda a proveniência e o significado da inscrição presente no brasão, dizendo que ela tem origem em Santo Agostinho, e é somente o fim de outros dois enunciados: “IN NECESSARIIS UNITAS, IN DUBIIS LIBERTAS, IN OMNIBUS CHARITAS”.

«In omnibus charitas: estas conhecidas palavras, que são o expressivo lema e o belo programa de ação dos Servos da Caridade, devem ir unidas, aliás, precedidas, na frase de Agostinho, pelas outras conhecidas palavras: ‘In necessariis unitas, in dubiis libertas’»⁶.

Mesmo se não se consegue encontrar o texto de Santo Agostinho onde existam de modo explícito as palavras “IN OMNIBUS CHARITAS”, precedidas pelos outros enunciados, há uma passagem onde, comentando o capítulo quarto da Primeira Carta de São João, Santo Agostinho afirma: «Ama e faz o que queres»; e continua: «*Seja que tu cales, cala por amor; seja que tu fales, fala por amor; seja que tu corrijas, corrige por amor; seja que perdoes, perdoa por amor; exista em ti a raiz do amor, já que desta raiz não pode proceder senão o bem*»⁷.

Com muita probabilidade, é este o texto do qual origina o lema agostiniano, mesmo se não é citado de modo explícito. “**In omnibus charitas**” seria, portanto, um convite a deixar-se guiar pelo amor, a viver a caridade plenamente e em todas as dimensões e ações da vida; quem se deixa guiar pelo amor é guiado por Deus porque Deus é amor.

A espiritualidade guanelliana contida no enunciado é o programa de ação dos Servos da Caridade: vida de caridade movida pela fé

Como se deduz do texto citado acima, o Pe. Mazzucchi define esta frase como «...o expressivo lema e o belo programa de ação dos Servos da Caridade»⁸. Aprofunda esta ideia no seu livro “A vida, as obras e o espírito do Pe. Luís Guanella”, onde, a partir de uma carta circular do Pe. Guanella, faz um resumo do que deveria ser a vida dos Servos da Caridade para estarem em sintonia com a mente e o coração do Fundador: “*vida de caridade movida pela*

⁶ L. MAZZUCCHI, *In Omnibus Charitas*, CH 5, 7.

⁷ S. AGOSTINO., *Commento alla prima lettera di San Giovanni* (traduzione di P. Tablino), Edizioni Paoline, Roma 1954. VII, 8, p. 154.

⁸ L. MAZZUCCHI, *In Omnibus Charitas*, CH 5, 7.

fé”⁹. Além disso, afirma que para que esta vida se apresente como missão santa e frutuosa de caridade, deve ser capaz de vê-lo e vivê-lo nos sofredores, com generosidade e confiança na providência, tornando-se caridade mútua, caridade com todos e caridade em tudo: *IN OMNIBUS CHARITAS*¹⁰.

Enfim, propõe-nos olhar o brasão dos Servos da Caridade para encontrar um exemplo eminente desta vida de caridade movida pela fé: o sacrifício de Cristo sobre a cruz.

«Assim, em redor da Cruz da fé e do sacrifício, plantada sobre a rocha nua do Calvário, cruz não diversa da Cruz Divina onde o Coração de Jesus, o Augusto nosso Padroeiro e Modelo, deu todos os seus anelos e o seu sangue **no seu grande Martírio consumado pela humanidade**, brilham as palavras: **in omnibus charitas**, que no nobre brasão dos Servos da Caridade lembram-nos e intimam-nos o programa da nossa ação»¹¹.

É uma chama de caridade que brota do Coração de Cristo

Ainda na interpretação do Pe. Mazzucchi, este lema brilha no brasão como uma chama de caridade para com Deus e para com o próximo que brota do Coração de Cristo para inflamar os nossos corações, impelindo-nos a procurar a salvação das almas:

«...aquela chama de caridade para com Deus e para com o próximo, da qual nos professamos os servos, e que, brilhando no nosso brasão, brota do Coração Divino de Jesus para inflamar os nossos corações para a salvação das almas»¹².

Continua dizendo o Pe. Mazzucchi que desta chama de caridade devemos tirar inspiração para a prática da virtude:

- A concórdia fraterna.
- A amabilidade para com qualquer um que se avizinha a nós ou nós avizinhamos.
- A prática das virtudes eclesíásticas e religiosas.
- A observância da regra com fidelidade.
- Levar uma vida laboriosa e sacrificada.
- Viver um ministério zelante e incansável.

⁹ IDEM, *La vita, le opere e lo spirito di Don Luigi Guanella*, Scuola tip. Casa Divina Provvidenza, Como 1920, 223.

¹⁰ Cfr. *Ibid.*, 223.

¹¹ *Ibid.*, 223.

¹² IDEM, *In Omnibus Charitas*, CH 5, 8.

Quando a chama da caridade é animada pelo rezar e padecer: a sua ação no Servo da Caridade

Num outro texto do *Charitas*, ainda o Pe. Leonardo Mazzucchi, acena à “*chama de caridade impressa no brasão*”. Pelas referências encontradas em outros seus escritos, sabemos que esta chama identifica-se com a inscrição do brasão: “in omnibus charitas”.

Neste texto o Pe. Mazzucchi põe em indivisível relação a “chama de caridade” com o Coração de Cristo, e também com o testamento do fundador. Para a sua análise, dividiremos o texto em dois trechos: o primeiro, como veremos, é de caráter **fundacional**, apresenta a origem e o sustento da chama de Caridade; o segundo trecho é de caráter **prático-consequencial**, faz ver o dinamismo de ação desta chama no Servo da Caridade.

1. Trecho de caráter fundacional:

«Programa cotidiano... o belo “rezar e padecer” do Pe. Luís... Alma e vida daquela chama inextinguível de caridade, que o Divino Coração de Jesus – Modelo de santidade e Pai de misericórdia – imprimiu no nosso brasão abençoado e quer que esteja ardendo nos nossos corações...»¹³.

Do texto acima citado, podemos deduzir as seguintes informações sobre a chama de caridade presente no brasão:

- **Tem origem no S. Coração de Jesus:** «aquela chama inextinguível de caridade, que o Divino Coração de Jesus – Modelo de santidade e Pai de misericórdia – imprimiu no nosso brasão».
- **É animada e vivificada pelo “rezar e padecer”:** «o belo rezar e padecer do Pe. Luís... Alma e vida daquela chama inextinguível de caridade».

No pensamento do Pe. Mazzucchi, portanto, o testamento do fundador é o sustento da chama de caridade. Além disso, o texto continua explicando o motivo pelo qual «*quer que esteja ardendo nos nossos corações*». Procuraremos, então, entender o que acontece no Servo da Caridade quando deixa que a dicção “in omnibus charitas” se acenda no próprio coração.

2. Trecho de caráter prático-consequencial: A ação da Chama de Caridade no coração do Servo da Caridade

«para que o amor vivo e irrecusável e crescente por Deus... amalgame e funda todos nós em santa sobrenatural caridade fraterna, onde se apague e desapareça

¹³ L. MAZZUCCHI, CH 91, 14, II.

toda nossa miséria passada e presente, para depois investir e encher de ilimitável ardor apostólico e de santas e puras ternuras benévolas e benéficas toda a nossa atividade em vantagem dos irmãos, especialmente dos mais sofredores, dos mais humildes, dos mais necessitados»¹⁴.

Neste segundo trecho, emerge claramente como uma vez que a chama de caridade arde no coração, deslançam as consequências a nível prático, age no Servo da Caridade de um tríplice modo:

- Provoca um “amor vivo, irrecusável e crescente por Deus”¹⁵.
- Suscita em nós o “Vínculo de Caridade”: «amalgama e funda todos nós em santa sobrenatural caridade fraterna, onde se apague e desapareça toda nossa miséria passada e presente...»¹⁶.
- Enche a nossa missão de “ardor apostólico e ternura”: investe e enche «...de ilimitável ardor apostólico e de santas e puras ternuras benévolas e benéficas toda a nossa atividade em vantagem dos irmãos, especialmente dos mais sofredores, dos mais humildes, dos mais necessitados»¹⁷.

A cruz do brasão:

– **Contemplar a cruz alimenta o espírito de penitência e nos faz viver mais radicalmente a consagração guanelliana**

Num outro escrito do «Charitas», o Pe. Mazzucchi convidava a alegrar-se, agradecer e louvar ao Senhor pelo dom da aprovação definitiva do instituto¹⁸, detém-se a explicar o significado do testamento que nos deixou o fundador: “**Rezar e Padecer**”, propondo-o «*para caminhar com proveito nos caminhos da santidade e fazer o bem para a salvação das almas*»¹⁹; nele, escrevendo precisamente sobre o “padecer”, convida a olhar para a cruz do brasão para alimentar o espírito de penitência e viver radicalmente a consagração guanelliana:

«...se se alimentasse vivo em nós, **olhando para a Cruz que se eleva no nosso brasão** e docemente preme com o Divino Crucifixo sobre o nosso coração, o espírito de penitência!»²⁰.

¹⁴ L. MAZZUCCHI, CH 91, 14, II.

¹⁵ *Ibid.*, CH 91, 14, II.

¹⁶ *Ibid.*, CH 91, 14, II.

¹⁷ *Ibid.*, CH 91, 14, II.

¹⁸ Cfr. L. MAZZUCCHI, *Sia lodato Gesu Cristo!*, CH 23, 1, I.

¹⁹ *Ibid.*, CH 23, 6, I.

²⁰ *Ibid.*, CH 23, 8, I.

Como dizíamos acima, o Pe. Mazzucchi propõe o olhar contemplativo sobre a cruz do brasão para reavivar o espírito de penitência, do qual derivam consequências práticas para uma vida mais radical da consagração religiosa guanelliana:

«Quanto maior trabalho se faria pelas almas, com quanta maior diligência e cuidado cumprir-se-iam os deveres do próprio estado e os ofícios que a vontade de Deus designou para nós; como mais exata e difusamente praticar-se-iam todas as nossas Regras; como mais ligeiras, mormente aproveitáveis e melhor observadas tornar-se-iam as disposições da obediência religiosa, as prescrições e as inspirações da pobreza, as regras e as cautelas estabelecidas para a custódia da pureza do espírito e em defesa da corrupção mundana, as obrigações e as sugestões da caridade; quanto mais se amaria a vida comum...»²¹.

E para não deixar dúvidas nos seus leitores sobre o espírito de penitência, funda-o na palavra do fundador:

«Miserável o homem, se não é guiado pelo espírito de mortificação! Mais miserável o religioso, que não sabe progredir na santificação própria por meio de espírito de penitência!»²².

Além disso, o Pe. Mazzucchi acrescenta alguns outros frutos que derivam do espírito de penitência:

- A expiação dos nossos pecados²³.
- O fortificação da nossa fragilidade²⁴.
- A defesa contra os nossos inimigos²⁵.
- O almejo que faz feliz a semelhança com NSJC²⁶.
- A invocação eficaz de graças para nós e para as almas²⁷.

O coração do brasão

Num outro seu escrito, no qual resumia os temas que tinham sido objeto de reflexão na ocasião dos exercícios espirituais anuais, o Pe. Mazzucchi propôs o brasão dos Servos da Caridade como “*atuação eloquente deste nossa*

²¹ *Ibid.*, CH 23, 7, II.

²² *Ibid.*, CH 23, 7, II.

²³ Cfr. L. MAZZUCCHI, *Sia Lodato Gesù Cristo!*, CH 23, 8, I.

²⁴ *Ibid.*, CH 23, 8, I.

²⁵ *Ibid.*, CH 23, 8, I.

²⁶ *Ibid.*, CH 23, 8, I.

²⁷ *Ibid.*, CH 23, 8, I.

programa”²⁸, isto é, do testamento do fundador “rezar e padecer” e faz uma descrição detalhada do seu significado:

«...o Coração Divino sobre a Cruz: um Coração que, sangrento por uma coroa de espinhos, dilacerado por uma flecha, imola-se e intercede perenemente por nós (**re-zar e padecer**) sobre o Calvário dos nossos altares pela Cruz-Hóstia elevada para salvação sobre o mundo: um coração, que é ao mesmo tempo símbolo e expressão e invocação de amor – **charitas** –, porque o amor deve ser o princípio e a alma de toda a nossa vida espiritual (quem ama não conhece dificuldades, e quem não amará Nosso Senhor Jesus Cristo?), porque o amor deve ser o anelo e o termo de toda esta nossa vida, que assim prepara-se e eleva-se a transformar-se e a identificar-se e aperfeiçoar-se na Essência Bela e Beata do Amor incriado»²⁹.

Se nos detemos com atenção a analisar este texto de não fácil compreensão, veremos que a descrição insiste particularmente sobre estes dois componentes do brasão: O Coração e o Amor (CHARITAS):

a) **Um coração Divino:**

- **Sangrento** por uma coroa de espinhos e dilacerado por uma flecha.
- Que **se imola e intercede** perenemente por nós: **Reza e Padece**.
- **Sobre o calvário** dos nossos altares.
- **Da cruz-hóstia** elevada para salvação sobre o mundo.
- Que é ao mesmo tempo **símbolo, expressão e invocação de amor** (CHARITAS).

b) **O amor** (CHARITAS):

- é o princípio, a alma, o anelo e o termo de toda a nossa vida espiritual.
- Faz-nos superar toda dificuldade: «Quem ama não conhece dificuldades».
- Torna-nos mais semelhantes a Deus, que por essência é amor: a vida de quem ama «prepara-se e eleva-se a transformar-se e a identificar-se e aperfeiçoar-se na Essência Bela e Beata do Amor incriado».

Nos pontos que seguem procuraremos aprofundar todas as particularidades do coração de Cristo que daqui emergem, e para aprofundá-los sempre mais, tomaremos como ponto de partida também outros textos nos quais se possam encontrar.

²⁸ Cfr. L. MAZZUCCHI, *La Nostra Vita (riflessi e propositi)*, CH 39, 5, I.

²⁹ *Ibid.*, CH 39, 5, I.

Sangrento por uma coroa de espinhos: os esforços dos quais é feito o amor

Para comentar esta particularidade do coração de Cristo, servir-nos-emos de um texto do Pe. Mazzucchi onde define a caridade como “*o emblema do brasão*”. Nele cita o próprio Pe. Guanella que compara a Caridade a **uma rosa com os seus espinhos**.

«A caridade, que aqui na terra com tantas inevitáveis deficiências e imperfeições de natureza e de caráter é o prego e o resultado de laboriosos e nem sempre bem sucedidos esforços cotidianos (**O Pe. Luís comparava-a à “rosa com os seus espinhos”**) é o emblema do nosso brasão e quer ser o programa e o compromisso da nossa atividade pública de Ministros do Amor do S. Coração de Jesus, de Servos da sua Caridade»³⁰.

A partir desta bela imagem da caridade como uma **rosa com os seus espinhos**³¹, onde, como nos faz entender o texto acima citado, as espinhas são *o símbolo dos laboriosos esforços cotidianos dos quais é feito o amor*, dirigimos agora a nossa atenção sobre o Coração de Cristo, fonte da caridade, coroado também de espinhos como o apresenta o nosso brasão.

Se o coração de Cristo é a caridade (a rosa), os espinhos lembram-nos então os laboriosos esforços cotidianos, além daquele maior sobre a cruz, com o qual o Redentor demonstrou-nos o seu amor. É esta a prova mais eloquente do amor, a capacidade de sofrer pela pessoa amada em todo momento. Fixando os olhos sobre o coração coroado de espinhos, que tanto rezou e sofreu por cada um de nós, somos convidados então a assumir estes esforços de amor cada dia, lembrando que o coração de Cristo, presente no nosso brasão, «*suscita, eleva, transforma e faz ligeiro todo sacrifício*»³², como veremos mais adiante.

O rochedo

Todos os textos que até agora foram encontrados com a descrição do brasão da congregação, coincidem no fato que sob a cruz há um rochedo que representa

³⁰ L. MAZZUCCHI, *Il Regno della Carità*, CH 77, 15.

³¹ A bela imagem da rosa lembra-nos, segundo o nosso humilde parecer, que é preciso ter sempre fixos os olhos no Amor, no coração de Cristo, para encontrar alívio e não se deixar desanimar: as espinhas encontram-se no caminho (o tronco) que leva à flor, e não vão escurecer a beleza da rosa para quem permanece com o olhar fixo há flor. Esta flor é, portanto, o amor do coração de Cristo, e quem se decidiu assumir o risco de amar, encontrando os primeiros espinhos, isto é, as primeiras dificuldades, poderia cair logo no desânimo, mas se os olhos permanecem fixos, encontrará também o conforto e o alívio para não se deixar abater.

³² Cfr. L. MAZZUCCHI, in CH 64, 37, II.

o monte Calvário onde a Senhor Jesus foi crucificado. Todavia, no decurso dos anos apareceram alguns brasões que a este respeito traziam divergências.

Um rochedo ou então três montes?

No intento de encontrar o brasão original da congregação, o rochedo foi o elemento que nos criou mais confusão. Não se conhece o motivo com certeza, mas frequentemente encontram-se brasões que apresentam sob a cruz diversos montes, montinhos, a neve etc. Ainda não sabemos qual seja a origem desta variedade. Os textos que descrevem o brasão original, quando se referem ao rochedo, falam precisamente do Calvário. Todavia, poder-se-ia pensar a uma hipótese que responda a este argumento.

No museu guanelliano que se encontra na casa Mãe da congregação, há um “brasão-estandarte” feito de pano. Pelo fato de ter sido conservado precisamente num museu da congregação, podemos perceber não somente a sua confecção antiga, mas também o seu significativo valor.

Se fixamos o olhar sob a cruz deste brasão, parece-nos entrever diversas montanhas, podemos contar pelo menos cinco picos de cor verde. Todavia, se fazemos uma comparação com estes que parecem à primeira vista “montes” com o rochedo autêntico do brasão feito pelo Pe. Vannoni, é fácil dar-se conta da grande semelhança, e portanto entender que aquilo que está sob a cruz é um rochedo feito de maneira um pouco diversa, com alguma nota de originalidade.

O significado do Calvário no pensamento do fundador

Como dizíamos acima, todas as descrições do brasão encontradas, além de afirmarem que se trate precisamente de um rochedo “o Calvário”, não dão outras informações de maior relevo; é descrito deste modo: um rochedo árido³³ e nu³⁴ onde realiza-se o sacrifício³⁵. Um altar aonde eleva-se a Cruz-Hóstia para a salvação do mundo³⁶.

Se quiséssemos saber qual é o motivo pelo qual o autor do brasão tenha querido deixar em evidência o monte Calvário sob a cruz e o coração do brasão, e também se representa um elemento significativo para a congregação, deveríamos responder haurindo da vida e dos escritos do fundador.

³³ Cfr. L. MAZZUCCHI, LDP, Agosto-Settembre 1952, 1.

³⁴ Cfr. IDEM, VSO, 223.

³⁵ Cfr. IDEM, CH 64, 37, II.

³⁶ Cfr. IDEM, *La Nostra Vita (riflessi e propositi)*, CH 39, 5, I.

Os dois adjetivos que descrevem o Calvário: “*árido e nu*”, fazem-nos pensar nas dificuldades, na ausência de vida e prazer, nos obstáculos, e na desolação que teve que sofrer Jesus para salvar o mundo. A este respeito, o fundador escreve no regulamento de 1910: «... *é preciso reavivar a fé e crer que o bem não se pode fazer senão subindo o caminho fadigoso do Calvário*»³⁷. A partir destas palavras do Pe. Guanella, o Calvário portanto, deveria lembrar-nos que é preciso estar dispostos a atravessar dificuldades para cumprir o bem. A este respeito também as atuais constituições afirmam que, como discípulos de Jesus pobre e atribulado, somos dispostos a segui-lo sempre, até ao Calvário³⁸, e referem ainda as palavras do fundador: «*fareis milagres de bem se sabereis sofrer fome, frio, fumo, fastios, no servir os irmãos necessitados*»³⁹.

Três elementos identificadores atribuíveis às três pontas da cruz do brasão

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa conseguimos entender que o brasão é um elemento fortemente identificador para a nossa Congregação. Visto, porém, que não conseguimos encontrar explicações para as três pontas em forma de “pinha” que saem da cruz, para que não desenvolvam uma função simplesmente estética e ornamental, gostaríamos de atribuir-lhes três elementos que o fundador utilizou para indicar “o caráter específico do Instituto”⁴⁰, isto é, a sua identidade específica e originalidade que o distinguem de outros institutos semelhantes. Esta proposta tem a simples pretensão de recordar estes elementos fortemente identificadores da nossa congregação com maior facilidade.

Os três elementos com os quais o fundador delineava o caráter da sua Congregação, encontram-se no regulamento de 1910, definido pelo nosso atual superior geral como “*Monumento da sua amadurecida experiência e sublime espiritualidade*”⁴¹; e que foi relançado no seu centésimo aniversário para pôr em confronto a nossa vivência com as fontes do carisma.

Eis as palavras do fundador:

«Cada família religiosa tem um espírito particular, sugerido pela graça do Senhor e pela qualidade dos tempos e das circunstâncias de lugar, e este caráter ou marca é o que distingue um instituto de outros do mesmo gênero».

³⁷ L. GUANELLA, SpC, 1338.

³⁸ SdC, *Costituzioni e Regolamenti*, 1986, 32.

³⁹ *Ibidem*, 32.

⁴⁰ L. GUANELLA, SpC, 1300 -1301.

⁴¹ A. CRIPPA, in *Reglamento de los Siervos de la Caridad*, Editrice Nuove Frontiere, Roma, 1910, 189.

Nestas páginas o Pe. Guanella afirma que o caráter, ou seja a identidade do Instituto dos Servos da Caridade, é um reflexo da sua natureza e da sua finalidade, isto é, «*o cuidado dos filhos pobres, dos velhos pobres e a vida apostólica... de modo especial em favor do povo pobre*». Para que a congregação possa realizar o fim predeterminado, o fundador considera o seu caráter (identidade) num tríplice modo: econômico, moral e espiritual⁴².

A. O caráter econômico dos Servos da Caridade

É uma solicitação a ser “*pobres que se ocupam pessoalmente dos pobres*”. Isto diz o fundador quando exorta a ocupar-se pessoalmente do serviço caritativo e do cuidado moral naqueles ofícios de caridade que requerem tanto a pobreza da instituição como as circunstâncias do tempo, lugar etc.⁴³. Tanto é, que ele mesmo sublinha: «*Não podem e não devem ter ajudas manuais de serviço no desempenho dos próprios encargos*»⁴⁴.

B. O caráter moral dos Servos da Caridade

Consiste num comportamento caritativo e popular; eis porque o Fundador escreve que ocorre «Ser muito **caritativos e populares no comportamento, nos discursos e na conduta em geral**, em casa e fora, conforme os ofícios e a natureza da instituição e também conforme aquele espírito de democracia cristã, à qual quis aludir Leão XIII, quando recomendou ao clero em geral que da igreja saísse também para a praça, ou seja, que descesse às necessidades particulares do povo pobre em ordem econômico, social, espiritual, religioso. Nisto se distingue a caridade dos ministros de Jesus e nisto convém ater-se com verdadeiro zelo e abnegação»⁴⁵.

C. O caráter espiritual dos Servos da Caridade

Este caráter exprime-se no ser mais inclinados à misericórdia do que à justiça. O Fundador exprime-o com estas palavras: «*espírito de muita tolerância, de amplas perspectivas, inclinável à misericórdia mais do que não à justiça*»⁴⁶.

⁴² Cfr. L. GUANELLA, SpC, 1300.

⁴³ Cfr. *Ibid.*, 1300.

⁴⁴ L. GUANELLA, SpC, 1300.

⁴⁵ *Ibid.*, 1302 -1303.

⁴⁶ *Ibidem.*

O desenho

Em continuação apresentaremos, sinteticamente, cada elemento do brasão, assim como aparece textualmente nos diversos escritos utilizados na pesquisa. As letras assinalam o elemento e debaixo está a descrição correspondente.



A A CRUZ

A Cruz austera⁴⁷ da fé e do sacrifício⁴⁸, não diversa da Cruz Divina⁴⁹, Cruz-Hóstia elevada para salvação sobre o mundo⁵⁰; docemente preme com o Divino Crucifixo sobre o nosso coração⁵¹.

Traz no seu centro o Divino Coração de Jesus, e está plantada e hasteada sobre o nu rochedo do Calvário⁵².

⁴⁷ *Omelia di Leonardo Mazzucchi nella basilica di San Giuseppe al Trionfale*, Roma 19 Novembre 1938., CH 64, 37, II.

⁴⁸ L. MAZZUCCHI, VSO, 223.

⁴⁹ *Ibid.*, 223.

⁵⁰ IDEM, *La Nostra Vita (riflessi e propositi)*, CH 39, 5, I.

⁵¹ *Ibid.*, *Sia Lodato Gesù Cristo!*, CH 23, 8, I.

⁵² IDEM, VSO, 223.

<p>B O ROCHEDO</p>	<p>O Calvário: um rochedo árido⁵³ e nu⁵⁴ onde realiza-se o sacrifício⁵⁵. Um altar de onde eleva-se a Cruz-Hóstia para a salvação do mundo⁵⁶.</p>
<p>C O CORAÇÃO</p>	<p>O Divino Coração de Jesus, o nosso Augusto Padroeiro e Modelo, irradiante e ardente de caridade⁵⁷. Símbolo, expressão e chamada de amor-charitas⁵⁸; a sua caridade ardente e generosa suscita, eleva, sustenta e faz leve todo sacrifício⁵⁹. Um Coração que, sangrento por uma coroa de espinhos, dilacerado por uma flecha, imola-se e intercede perenemente por nós (reza e padece)⁶⁰. Da Cruz-Hóstia: lugar onde deu todos os seus anelos e o seu sangue no grande Martírio consumado pela humanidade⁶¹.</p>
<p>D IN OMNIBUS CHARITAS</p>	<p>É o expressivo lema admoestador⁶² e o belo programa de ação dos Servos da Caridade⁶³. É aquela chama de caridade por Deus e pelo próximo, da qual nos professamos os servos⁶⁴; brota do Coração Divino de Jesus para inflamar os nossos corações para a salvação das almas⁶⁵. Vem unida, aliás precedida, na frase de Agostinho, pelas outras conhecidas palavras: «In necessariis unitas, in dubiis libertas»⁶⁶.</p>
<p>E TRÊS PONTAS</p>	<p>Em forma de pinha que saem da cruz. Para que a congregação possa realizar a finalidade preestabelecida, o fundador considera o seu caráter (identidade) num tríplice modo: econômico, moral e espiritual⁶⁷.</p>

⁵³ Cfr. IDEM, LDP, Agosto-Settembre 1952, 1.

⁵⁴ IDEM, VSO, 223.

⁵⁵ Idem, CH 64, 37, II.

⁵⁶ *Ibid.*, *La Nostra Vita (riflessi e propositi)*, CH 39, 5, I.

⁵⁷ IDEM, LDP, Agosto-Settembre 1952, 1.

⁵⁸ IDEM, *La Nostra Vita (riflessi e propositi)*, CH 39, 5, I.

⁵⁹ *Ibid.*, CH 64, 37, II.

⁶⁰ *Ibid.*, *La Nostra Vita (riflessi e propositi)*, CH 39, 5, I.

⁶¹ IDEM, VSO, 223.

⁶² *Ibid.*, CH 64, 37, II.

⁶³ *Ibid.*, *In Omnibus Charitas*, CH 5, 7.

⁶⁴ *Ibid.*, CH 5, 8.

⁶⁵ *Ibid.*, CH 5, 8.

⁶⁶ *Ibid.*, CH 5, 7.

⁶⁷ Cfr. L. GUANELLA, SpC, 1300.

HÁ 150 ANOS DO NASCIMENTO DO PE. PRIMO LUCCHINETTI, AMIGO E DISCÍPULO DO PE. GUANELLA

Sentimos que é nosso dever transcrever um perfil deste zelante pároco de Mese, na Província de Sondrio, fundador das Irmãs da Pia Família de Mese, amigo e discípulo de São Luís Guanella. Colocamos para o vosso conhecimento este artigo do Pe. Tarcísio Salice¹, tirado do boletim do centro de estudos históricos valchiavennaschi de 2004.

Solicitado pelo afeto filial e pela solidária amizade que me ligaram, e me ligam ao Pe. Primo Lucchinetti, considerei oportuno recordar no boletim do nosso Centro a figura deste santo sacerdote, que foi pároco em Mese e que aqui promoveu obras sociais e estruturas assistenciais, que envolveram toda a Valchiavenna e a Valtellina.

Nascido em 1º de janeiro de 1864, em Grana di Piuro, foi ordenado sacerdote em 4 de junho de 1887 e designado como pároco em Mese, paróquia que regeu até 1932, quando renunciou a ela por motivos de saúde. Durante o longo ministério pastoral em Mese, instituiu no povoado a venda de leite, a cooperativa de consumo, a filodramática, a filarmônica, o círculo juvenil S. Vítor, a pia união das Filhas de Maria. No final de 1897, abria o jardim de infância e depois um asilo para idosos, doentes deficientes e órfãos, que em 1905 encontrará sede num novo edifício, ampliado em 1927, onde agora é o Instituto Sagrada Família.

Morreu em 8 de janeiro de 1935, na casa mãe da Congregação das Pias Filhas da Sagrada Família, que ele mesmo fundara.

No final de 1959 saiu uma ampla biografia do Pe. Primo Lucchinetti, escrita por Abramo Levi, com a qual colaborei². Nela percorre-se a vicissitude

¹ Pe. Tarcísio nasceu em Polaggia di Berbenno di Valtellina, em 27 de janeiro de 1912. Ordenado sacerdote, é destinado como pároco para Baruffini di Tirano, passando depois para Postalesio e, desde 1955, como capelão no Instituto Sagrada Família de Mese. Desde jovem sacerdote começou a interessar-se pela história de Valtellina e Valchiavenna, afirmando-se como o seu cultor mais sério e atento. Amigo do Pe. Cesare Angelini e do Pe. Emilio Citterio, foi por eles encorajado no caminho da pesquisa histórica. Foi conselheiro da Sociedade história da Valtellina de Sondrio e conselheiro da fundação (1959) do Centro de estudos históricos valchiavennaschi, do qual foi também presidente de 1990 a 2003, sucedendo o fundador Pe. Peppino Cerfoglio. A sua morte aconteceu no sábado, 23 de fevereiro de 2008, na idade de 96 anos.

² A. LEVI - T. SALICE, *Don Primo Lucchinetti, prevosto di Mese, fondatore della congregazione "Pie figlie della Sacra Famiglia"*, Sondrio 1959. Para uma breve ficha biográfica

humana daquele sacerdote: da infância marcada pela ausência do pai emigrado por necessidade na América e da sua morte, à chamada vocacional, à formação no seminário, à ordenação sacerdotal. Ampla parte do texto é dedicada ao seu ministério paroquial e ao seu compromisso em fundar e em enraizar na realidade local a Congregação das Pias Filhas da Sagrada Família.

Encontrou também o tempo de estudar os documentos do arquivo da paróquia que lhe fora confiada.

Em 1964, neste boletim, foram publicadas as suas anotações sobre a paróquia de Mese³.

Entre os seus escritos encontram-se também os “cadernos de pregação”, trechos dos quais foram publicados parcialmente por Abramo Levi em 1985⁴. Este material, que era ainda inédito, e outros escritos do Pe. Lucchinetti, estudou meticulosamente o Pe. Attilio Beria para preparar a relação que, pedida por mim, fez em 20 de abril de 1964, em Mese, para recordar, por ocasião do centenário do nascimento, o fundador da congregação. O texto que proponho foi transcrito da gravação feita em fita eletrônica...

Comemoração do centenário do nascimento do Pe. Primo Lucchinetti, feita em 20 de abril de 1964 pelo Pe. Attilio Beria dos Servos da Caridade

Não obstante as boas desculpas do querido Pe. Tarcisio Salice, é verdade que a falar deveria ser alguém que tivesse conhecido o sacerdote que queremos honrar. Quando, porém, quis insistir, então eu aceitei falar, recordá-lo: antes de tudo porque tratava-se de falar de um sacerdote santo – e teria já sido sozinha uma razão suficiente –. Acrescente-se o motivo de fazer homenagem, como sacerdote do Pe. Guanella, a um grande amigo e discípulo dele. Homenagem que prestamos, compartes, com a presença de diversos sacerdotes e dos nossos teólogos. E também por um sentimento de reconhecimento às irmãs do Instituto de Mese; este terceiro motivo acrescentou-se a induzir-me a um encargo não fácil, ainda que agradável.

Gostaria, porém, que precisamente por estes motivos – e parecem-me também as intenções de quem quis esta comemoração – nada de oficial existisse, nem nas coisas que gostaria de dizer, nem, tanto menos, no tom. Gosta-

veja-se G. SCARAMELLINI, *Chiavennaschi nella storia*, Chiavenna 1978, pp. 115-6. E ainda A. LEVI, *Una Chiesa, un popolo, i suoi preti*, Milano 1986, pp. 184-8 (Un pastore e le novantanove pecorelle: don Primo Lucchinetti, prevosto di Mese).

⁷⁰ P. LUCCHINETTI, *Memorie della parrocchia di Mese*, a cura di don T. Salice e M. Balatti, “Clavenna. Bollettino di storia e informazione”, III (1964), pp. 15-74, o texto é prefaciado por Marino Balani, comentado e integrado por Tarcisio Salice.

⁷¹ P. LUCCHINETTI, *Le prediche manoscritte 1887-1924*, a cura di Abramo Levi, s.l. 1985.

ria, ao invés, que se tratasse de uma espécie de meditação entre amigos, conhecidos, numa festa de família, numa grande ocasião, para com o pai de uma família.

Se este é o modo no qual gostaria que colocássemos as coisas, então, antes de tudo, todos nós sabemos os dados essenciais, sobre os quais, depois, as considerações devem inserir-se.

Pe. Primo Lucchinetti nasce aqui, neste vale, cem anos atrás, em 1864: a sua infância, o clima particularmente intenso de família; depois a ausência do pai, e depois órfão de pai. Cresce a figura da mãe, que lhe dá aquela sensibilidade, que o predispõe a ser, depois, pai num sentido profundo.

Um outro sinal, que o endereça a um grande sentimento de paternidade. Depois o seminário e sacerdote aos vinte e três anos. E depois o sacerdócio, toda a sua vida está recolhida aqui, entre estes prados, idênticos ainda hoje, e sob este céu. Desde quando veio para aqui, jovem sacerdote, pároco, aqui permaneceu e aqui morreu. Ficou como pároco, e a sua ação é marcada sobretudo pelos encontros com os seus bispos, quando vinham para ver o seu trabalho pastoral. E ao trabalho da paróquia acrescentava o trabalho, a dedicação ao Instituto que criou.

A partir destas indicações – as mais simples que se poderiam imaginar, para a vida linear de uma pessoa – parece-me que sobressaem dois caracteres, que se tornam as dominantes da sua vida. Antes de tudo, ele foi recolhido numa vida linear marcada pela intimidade, que era assinalada pelo seu caráter sacerdotal. Foi um sacerdote ativo, mas recolhido, silencioso. A segunda dominante da sua vida é que este sacerdócio ativo e silencioso foi marcado pelo seu coração paterno, pela paixão de pai com a qual doou.

Sobre estas que permanecem as duas dominantes da sua vida simples e sacerdotal, nós podemos deduzir aquelas que depois tornam-se as características do seu espírito, do seu modo de viver como sacerdote diante de Deus.

Mas, antes de tudo, ele era de caráter tendente à intimidade, ao silêncio, ao recolhimento. Digamos abertamente: aceitamos estas palavras sérias e graves com as quais é caracterizado na sua biografia. Se existiram horas dramáticas na vida do Pe. Primo, estas foram aquelas que aconteceram diante de Deus, diante do tabernáculo, na presença de Deus, «pelo qual ele se sentia tão fortemente atraído e tão longe pela sua miséria». De temperamento, portanto, espiritual, contemplativo.

E aqui põem-se os dois termos, que indicam o modo de viver o seu sacerdócio: antes, precisamente como vida cristã; depois, vida cristã levada aos limites do sacerdócio: eu e Deus. Eu: uma alma, um homem, uma criatura. A grandeza de Deus e a relação entre estas duas pessoas: eu e Deus. Eis como volta, por exemplo, numa pregação (e é preciso notar que se trata de instruções feitas ao povo de doutrina desta altura, que o Pe. Primo distribuía à sua gente).

Comentava a Santa Missa, pregando uma adoração eucarística, e dizia: «Na S. Missa rezamos primeiro o *Kyrie eleison, Christe eleison*, adoração humilde de uma alma que se abaixa no conhecimento da própria miséria, a nulidade, e pede graça para ser feita digna de dirigir-se a Deus. Mas, depois, logo acrescentamos *Glória!* Cantai-o com todo o ímpeto de uma alma, que por um momento não vê a própria miséria, mas somente a grandeza infinita de Deus».

Esta relação da alma, que sente o Senhor, é vivida não sob o temor, a distância, mas na aproximação de uma criatura, que se sente filha de Deus. E de Deus, teologicamente, o Pe. Primo aprende aquela paternidade, que depois exercitará no seu ministério. Eis como ele pensa em Deus: «Como podemos nós conhecer se realmente amamos ao Senhor com todo o coração? Pelos mesmos sinais pelos quais se julga se verdadeiramente amamos uma pessoa. Estes são o pensar frequentemente nele, o desejar a sua casa, a sua mesa, a sua conversa, a sua companhia; se lhe revelamos os nossos segredos». E trata-se verdadeiramente de um período esplêndido na progressão de intimidade que requer.

Se se ama verdadeiramente uma pessoa (e este amor o Pe. Primo entendia-o dirigido a Deus), se amamos verdadeiramente a Deus, isto é medido se pensamos nele; se mais que pensar nele nós o desejamos; se mais que desejá-lo gostaríamos de estar na sua mesa; se mais que ser convidados gostaríamos de conversar com Ele; se mais do que a conversa desejaríamos a continuidade, a companhia; se mais ainda – e estamos no limite extremo – gostaríamos de revelar-lhe o nosso inteiro ser, o segredo da nossa alma.

Há um outro momento. E parece-me que com os textos tomados dos escritos do Pe. Primo nós estamos mantendo exatamente aquele modo de recordá-lo, de comemorá-lo, que não quer ter nada de oficial e quer abolir toda palavra que fosse exagerada. São os seus textos.

Pois bem, para esta relação com Deus, eis aqui ele numa outra sua esplêndida página: «Como as três Pessoas divinas têm um mesmo sentir, um mesmo querer em todas as coisas, com suma concórdia, assim eu procurei unir-me e fazer-se uma só coisa com Deus por amor, tendo um mesmo sentir com o Seu em todas as coisas que me ordena fazer, no modo em que mo comanda, sem afastar-me da sua vontade em nenhuma coisa, conformando-me com Ele com suma concórdia e alegria».

E a este primeiro caráter dominante da sua pessoa acrescenta-se o segundo, que brota deste primeiro. O sentido da paternidade, com o qual ele sentia Deus e vivia – criatura – diante de Deus, seu Pai, tornara-se o modo com o qual ele queria ter relação com os seus irmãos, com os seus filhos espirituais. Era preparado para este sentido de paternidade, para este dar espiritualmente a vida, também pelos dotes naturais, particularmente, diria, pela sensibilidade que tivera pela natureza: um coração extremamente atento. Depois a experiên-

cia de família, com o pai do qual ele apenas se lembrava (partiu quando ele tinha três anos): a ausência do pai, que existe – a mãe lhe fala dele – mas não está presente. Refletir sobre isto deve ter-lhe dado o sentido exato da situação de nós, criaturas do mundo. Sabemos que existe o Pai, mas toca-nos viver assim: e o Pai existe, mas não o vemos. E a figura da mãe, que dominou grande parte da sua vida, silenciosa, vigilante, atenta, dedicada a ele, como uma mãe. São elementos que prepararam esta paternidade. Mas entende-se que foi sobretudo uma conquista interior de ordem espiritual: estes eram só elementos que tornavam favorável o terreno, mas ele conquistou isto como persuasão doutrinária e depois como modo de viver diante do Senhor.

A alma, a substância religiosa pela qual devemos amar, a alma da caridade é a paternidade de Deus: somos filhos do mesmo Pai! Este sentido ele o levava sempre, em toda parte, continuamente. E eis uma ocasião que toca uma pessoa: morre uma pessoa querida por um coirmão e ele não usa palavras que desviam o discurso, palavras que iludem. Aproxima-se dele e lhe diz: «Olha, é um momento doloroso, mas é Deus que o quer, e Deus é sempre Pai». Assim ele julgava os acontecimentos: colocando neles o sentido de Deus.

Assim julgava também os negócios. E esta é uma outra característica que emergirá, própria daqueles santos que deveram exercitar em grandes dimensões a caridade. Quantas vezes – e estas palavras assemelham, quase literalmente, a tantas e tantas do seu mestre Pe. Guanella –, quantas vezes ele repetia: «Os negócios vão como Deus quer, portanto, vão muito bem». E naquele momento, quando ele dizia assim, humanamente iam verdadeiramente mau. Mas iam muito bem, porque iam como Deus permitia.

Se sobre estas duas dominantes do seu caráter, da sua figura sacerdotal, nós quiséssemos agora perceber quais são as características, ao invés, que fizeram crescer, que deram terreno e que se tornaram por sua vez o fruto deste modo de ser espiritual de uma alma, então deveríamos dizer que, pensando assim de si como criatura e assim de Deus como Pai, ele não podia senão pensar na perfeição como num dever, o dever da perfeição. Sim, é verdade, em doutrina pode-se fazer disto uma questão se seja realmente um dever, se somos precisamente obrigados a sermos santos; mas os santos não fizeram disto uma questão, fizeram disto um método, uma regra de vida. E a regra vai mais além, além da questão.

E o Pe. Primo para si pensava isto; mas, estamos atentos, pensava-o até para a gente simples. Pregava para a gente, aqui, no seu povoado e dizia coisas altas como estas: «Quando falta a generosidade, começa-se a fazer os próprios cálculos sobre o que é necessário e sobre o que não é realmente necessário fazer, com o Senhor. Para ser virtuosos deste modo, meus filhos, verdadeiramente não era necessário que o Senhor criasse Nossa Senhora cheia de graças; não era necessário que o Filho de Deus se fizesse homem; não era necessário que instituísse os sacramentos e que estabelecesse a Igreja».

Quanto a si, depois de ter fixado o seu regulamento de vida espiritual, com o lugar exato para tudo o que um sacerdote deve fazer e, em acréscimo, tudo aquilo que pode fazer por generosidade para com Deus, no final do regulamento acrescentava ainda: «Fazer, além de tudo isto, algum ato de piedade generosa».

E depois deste dever da perfeição, da santidade, pela sua natureza vem espontâneo um certo modo de oração, que deve tomar a marca daquelas que são as dominantes do seu caráter como sacerdote: a paternidade, o desejo da perfeição, uma oração tão abandonada. Está escrito que quem pede obtém, quem procura encontra, para quem bate é aberto; adiante, portanto, em fileira compacta, todos e cada um da Sagrada Família, a fazer violência ao Coração de Jesus! Mas, sobre a oração, creio que uma página que deixa pasmados seja aquela por ele escrita em 1917: «Se Deus nos concedesse o que desejamos, sem pedir-lhe, tratar-nos-ia como trata os outros seres, como os jumentos, como os pássaros, aos quais Deus dá, e eles não falam e não pedem. O dar-nos a faculdade de obter os seus dons, porque nós os suplicamos com pedidos, é a suma honra que Deus nos faz: porque é um admitir-nos na sua presença, é um permitir que cheguemos a pactos com Ele, que entremos com Ele em conversação, como se faz entre amigos. Porque rezar é isto: falar, assim, com Deus».

Deste conceito de oração, é natural que devia depois brotar um outro elemento: com a vontade da perfeição e com a oração entendida como relação com Deus, era necessário que, carregado pela superabundância de vida espiritual, fosse como cristão obrigado a dar, a manifestar, a usar o que ele recebia de Deus e, com o estilo de filho ao Pai, como o recebe de Deus, a dá-lo aos seus filhos espirituais. E dali brota o pensamento e a atividade de caridade de um sacerdote que vive diante do Senhor. A caridade, da qual ele punha os fundamentos doutrinários com uma extrema exatidão: «Quem renuncia à caridade renuncia à fé, sai da escola de Jesus». «Do instante que vós odiais um só vosso irmão não sois mais seguidores de Jesus Cristo, não sois mais cristãos, renunciáveis ao vosso batismo».

Sobre a caridade, sobre o modo como ele entendia também a forma mais humilde de caridade (o que é o dar material, isto é, a esmola) chegava com uma exatidão de doutrina, com uma precisão e com um coração de pai, que deixava pasmados. Raramente, a propósito da esmola, eu encontrei uma página tão impressionante. A um seu benfeitor, que lhe dera a caridade para este seu instituto de Mese, ele escrevia, apenas um ano antes de morrer: «Dar é próprio de quem é escolhido por Deus a distribuir os seus bens. Receber é próprio de quem é pobre. E também o receber é uma honra, porque os pobres são representantes do Divino Mestre, que nasceu, viveu pobre, disse como feito a si o que vem feito aos pobres. Portanto, da oferta, que me destes, agradeço a Deus: e convosco, meu querido, congratulo-me do lugar que ocupais diante do Senhor».

Com esta característica verdadeiramente avizinha-o ao Pe. Guanella! Partem todos os dois de um sentimento exato do homem sem Deus: mas o resgatam, porque o homem é gratificado pelo bem de Deus, revestido da Graça; e do momento que Deus considera revesti-lo da graça, não se deve desesperar; é preciso, não obstante o ponto de onde se parte, ser otimistas. Ainda o Pe. Primo escrevia: «Existe mais virtude do que aquilo que se crê. Não somente nos mosteiros, mas em todo ângulo do mundo, entre os ricos e entre os pobres. E, quando o sol se põe, de toda parte avança a escuridão da noite. Mas credes vós que em todo o mundo se escureça? Não. É preciso crer, é preciso esperar. Só uma parte, aquela por nós habitada, escurece, e momentaneamente. Mas na parte oposta surge a aurora e se faz dia». Esta última característica de otimismo no apostolado, na ação cristã, parece-me que hoje torne-se ainda, para nós, uma grande lição.

Se este é o ser do Pe. Primo, deste modo de ser, deste sacerdote, construído e constituído assim, nasce e brota – fruto consequente – a sua obra: o que ele fez, e o modo no qual o fez. Porque deste sentido da paternidade está marcada toda a sua obra.

Jovem sacerdote, veio aqui e foi eminentemente pastor desta população, que lhe fora entregada; e depois alargou a sua preocupação, o seu coração para uma escolhida família, que devia ajudá-lo – esta era a sua primeira intenção – sobretudo na ação pastoral da paróquia. Disto nasce toda a sua atividade de sacerdote, como pároco, como fundador de uma congregação: uma vida linear, compacta, sacerdotal, límpida; uma ação consequente, deste o primeiro até o último dia nas mãos de Deus.

Pe. Primo, jovem sacerdote, sentiu-se evocar o tremendo passo de Jeremias, um passo do qual eu sempre tive medo e que vem tantas vezes usado em discursos para jovens sacerdotes. Jeremias diz que o Senhor o escolheu e disse-lhe estas palavras: «Eis que ponho as minhas palavras em tua boca. Vê! Eu te constituo, neste dia, sobre as nações e sobre os reinos, para arrancar e para destruir, para exterminar e para demolir, para construir e para plantar».

Não sei se também o Pe. Primo, ouvindo recordar estas palavras, como jovem sacerdote e logo depois, tenha tremido um pouco, mas do que se pode conhecer, eu pensaria que sim. Estas palavras em todo caso ficaram no seu coração, porque ele por sua vez recorreu a ela, e mais de uma vez, na sua pregação. E ao mesmo tempo lembrou-se daquelas de um outro profeta, quase idênticas e no mesmo espírito. São aquelas de Isaías, e o Pe. Primo usou-as repetidamente, na sua pregação, dirigida a sacerdotes. Aliás, teve a coragem de usá-las num discurso a dois jovens que se tornaram sacerdotes também pelos seus cuidados: «Pus na tua boca a minha palavra. Guardei-te na sombra da minha mão, para que tu plantes e semeies, fundes a terra e digas ao teu povo que te confiei: Tu és o meu povo». A este ponto nós tocamos, talvez, o vértice daquilo que do Pe. Primo como pastor e como pai podemos dizer. Es-

tes dois textos dos grandes profetas Jeremias e Isaías ele os assimilou, evidentemente sofreu-os, estavam diante dele como um tormento, uma esperança e uma consolação. Porque foi ele que, num panegírico, falando aqui perto, em Prata, um dia, disse numa pregação, saindo de improviso (normalmente escrevia as suas pregações): «Tu és o meu povo; meu povo, porque Deus confiou-te de modo especial aos meus cuidados. Meu, porque eu te escrevi aqui, no mais interno do meu coração; porque te fiz objeto das minhas mais ternas predileções; pelo qual muitas vezes aplaquei a justiça divina, justamente irritada pelas tuas prevaricações». Há o eco das palavras dos profetas que apenas evocamos.

Esta última afirmação, «eu aplaquei a justiça», tenhamo-la em consideração, porque nós a encontraremos dentro de um momento. Naquele dia continuou: «Tu é o meu povo, crescido no magistério da minha palavra – ele sentia a responsabilidade de dever pregar – posta pelo Senhor nos meus lábios para a tua salvação... Tu és o meu povo, aquele povo que deverá formar no céu a minha coroa de glória, depois de ter sido sobre a terra a minha eleita porção, o campo das minhas solitudes e da minha obra de santificação e de salvação».

São palavras que todo sacerdote, que tenha tido cuidado de almas, gostaria de ousar dizer, e esperar que o Senhor possa dirigir-lhe, quando apresentar-se-á a Ele para dar-lhe a responsabilidade, que lhe entregara.

Pe. Primo, entendido o cuidado pastoral deste modo, tomou a sério o que fora dito no início do seu sacerdócio. Disseram-lhe claro, no dia em que solenemente celebrava a Missa: «É preciso que tu sejas mestre de verdade. É preciso que tu estejas decidido ao sacrifício pelas pessoas que te serão confiadas. É preciso que tenhas um coração de misericórdia».

E ele comprometeu-se pela verdade: a pregação, que tomou extremamente a sério. Um propósito dos seus exercícios diz: «Começar segunda-feira a preparar a pregação do domingo seguinte». Da pregação estava de tal modo convicto que fosse uma coisa séria, uma coisa grave, que chegou a escrever esta esplêndida coisa num panegírico de S. João Batista: «Herodes temia João Batista. Temia talvez em João o homem? Não. Que coisa temia em João? Temia a verdade que estava nele. Temia Deus nele. Temia a palavra de João, porque era a palavra de Deus». Estas coisas ele não as dizia só para os outros; evidentemente as tinha pensado para si.

A sua pregação foi simples, popular, mas a simplicidade não contradiz a solidez da qual falamos antes. Ele sabia aproveitar – como um pai faz em casa – as ocasiões simples, as mais diversas. Chega a luz no povoado e ele diz: «Sim, a luz, é uma grande bela coisa; nós a pagaremos. Se não a pagamos, vêm e cortam os nossos fios. Mas, cristãos meus, pensemos na luz que nos dá o Senhor, que no-la dá deste tantos anos e não nos fez pagá-la nunca. E se erramos e nos colocamos contra Deus, ele não vem para cortar-nos os fios da luz do sol». É um exemplo. Mas tantas vezes a sua pregação tinha esta simplici-

dade e esta força: como as palavras de Jesus, as mais simples, que as lê uma criança e as entende, e um grande estudioso nunca acaba de entendê-las.

Depois da pregação, uma outra coisa mais uma vez nos causa admiração. É uma linha, mas um homem que a escreve é um homem e um sacerdote de verdade: «Quero ser severo pregando desde o púlpito, mas é preciso que seja doce no confessional». Um sacerdote não comenta palavras semelhantes.

Naturalmente esta observação é antes de tudo para mim; depois para os meus coirmãos no sacerdócio; mas também para os cristãos.

Depois desta paixão pela verdade, a segunda coisa que lhe fora dita no início do seu sacerdócio é que para ser pai e pastor deve-se aceitar todo o sacrifício necessário. E o Pe. Primo não deu, sobre isto, nenhum passo atrás.

Às irmãs do Instituto de Mese faço com todo o coração a recomendação de manter como preciosas, como relíquias, as cadernetas do Pe. Primo, pároco, não tanto pelo que contêm, mas precisamente pelo que são, pelo fato de tê-las em mãos. Aquelas cadernetas que ele tinha no bolso e sobre as quais escrevia todas as suas coisas: da pregação para lembrar – um pensamento que lhe vinha à mente – ao chapéu para comprar para um menino, ao remédio para não esquecer, a algo de material para um paroquiano que encontrara, ao remédio para os frangos, porque era uma boa receita e era preciso ensiná-la às suas mulheres. E todos nós, que temos experiência de responsabilidade de paróquia, sabemos que destas coisa também (e, certas vezes, toda a jornada!) é feito o bem que vem de Deus e chega ao povo cristão.

E, junto a isto e precisamente como fruto disto, eis aquele pensamento que eu dissera que recordava. Pe. Primo dizia: “Um sacerdote deve encontrar o dia no qual colocar-se entre a sua gente e Deus”. Pois bem, também sobre isto, com uma intuição e uma imagem genial, ele soube exprimir-se assim: via a sua paróquia recolhida toda aqui. Estas casas, estas ruas as via sempre diante de Deus; atravessava-as muitas vezes por dia. Tinha-as diante como um quadro, que ele conhecia muito bem. E depois recolhia-se e dizia: «Este é um quadro, com a sua bela cornija. Um quadro precisa ser defendido da poeira, da demasiada luz. Um belo vidro protege, saneia, ilumina o quadro». E então ele dizia e pregava à sua gente: «Vós sois o meu quadro; o vidro, com boa paz de todos, serei eu, diante de Deus». Colocar-se entre o próprio povo e o Senhor!

Creio que um dos sinais fortes, evidentes, desta paternidade, como ele a soube dar, seja também – em acréscimo a esta ação pastoral, de pároco, no cuidado das almas – a particular sensibilidade que teve pelos sacerdotes. Na sua biografia, tantos sacerdotes recorreram a ele! Alguém que o conhecia bem disse do Pe. Primo que era um mártir do confessional e sobretudo pelo grande número de sacerdotes e religiosas que acorriam a ele. Um sacerdote jovem, que o tinha como mestre, disse: «Não é que o Pe. Primo diga nada de extraordinário, quando a gente vai encontrá-lo, quando confessamos; diz coisas que todos nós dizemos, que qualquer um saberia dizer. Portanto, não é o que diz.

Mas como é que as suas palavras mudam, transtornam, põem na vontade, no bem; e as mesmas palavras ditas por mim, ditas por outros, ouvidas infinitas vezes, deixam indiferentes?». E concluía: «É porque estas mesmas palavras, simples, usuais, ditas por ele, sente-se que vêm do coração e que vêm de um pai. E então não se pode dizer-lhe não».

Desta sua ação, que provém daquelas raízes de doutrina que dissemos, o último momento é o que ele cultivou, pelo qual mais sofreu, mas também o mais amado e no céu mais agradável a Deus: a sua Congregação religiosa. Ele a iniciou simplesmente, com a intenção que fosse a ajuda, o subsídio para a sua atividade paroquial. Num primeiro momento foi verdadeiramente assim. Porém, o bem que ele fazia – este uso da misericórdia, que lhe fora recomendado e do qual ele tomara, mais uma vez, as coisas a sério – ele queria que chegasse em todas as partes, onde é necessário que chegue o bem. Por isto não podia bastar sozinho. Queria que fosse um bem apto a várias circunstâncias: e nem sempre ele, pároco, podia ser a pessoa mais apta. Queria que este bem não terminasse com ele: e para isto ocorria que alguém continuasse, continuasse a paternidade. São estes os motivos pelos quais, no âmbito da sua paróquia, ele quis estas almas religiosas, cultivadas, antes de tudo, como subsídio à sua paternidade pastoral. E precisamente porque as queria assim, ele sabia que deviam ser dedicadas à caridade mais simples, mais humilde.

Aqui, mais uma vez, é preciso que coloquemos ao seu lado a figura do Pe. Luís Guanella. Num panegírico que o Pe. Primo escreveu pela morte deste último, diz: «Há uma caridade que olha com prevalência para o trabalho humilde, escondido, que provê às necessidades que pela sua natureza estão escondidas e escapam à ação da caridade que deve realizar-se em outras esferas. A caridade de Cristo chega em toda parte: onde há uma igreja, um sacerdote, um povo verdadeiramente católico, lá há também o exercício da caridade para aquelas misérias humanas, que nenhum outro pensaria em aliviar».

Para este exercício de caridade ele quis as suas religiosas, para as quais ele colocava todas as coisas nas mãos de Deus, santamente. Precisava delas: teria continuado e alargado a sua ação de caridade. Porém, antes de tudo, a vontade de Deus. Ele dirigia ao seu bispo o pedido para a Congregação das suas irmãs; dizia, porém: «A vontade dos Superiores, sendo indiscutível a vontade de Deus, eu espero tranquilamente aquela qualquer sentença que Vossa Excelência estará para dar. Quero suspender... e eu paro. Diz-me: Coragem e adiante, e seguindo a tua palavra, começarei a trabalhar».

As irmãs, que nasceram desta preocupação, sabem que saíram do coração de pai do Pe. Primo Lucchinetti. E é característico que, se queremos conhecer o seu pensamento, a sua doutrina, como ele queria que fosse o ânimo, o espírito, a religiosidade, o fundo das suas religiosas, não exista nenhum livro, escrito por ele, de doutrina; mas que as indicações para conhecer ele e as suas irmãs é preciso ir procurá-las nas suas pregações – portanto, quando falava,

quando exercitava a paternidade – e nas suas cartas: as cartas a uma irmã, a um grupo de irmãs. Ali precisa procurar o que pensava e o que queria, a carta, isto é, o momento no qual alguém dirige a sua casa, fala com os seus filhos: um momento vivo, não o momento no qual se retira sozinho e se põe a escrever, mas quando está ali, entretém-se com os seus, se estão presentes falando e se estão ausentes escrevendo.

Um outro sinal, além de que a pesquisa do seu pensamento nas cartas, é que a sua a tenha querido chamar Casa. Permanece casa, permanece família (porque a casa é feita para a família); e a casa, a família como ele a pensava, no sentido mais alto, espiritual, mais completo, mais maduro, aquele que na terra está em preparação e que será o Paraíso. Ele dizia: «Na Igreja de Cristo acontece o que acontece numa casa bem ordenada. Nela tudo é comum; o terreno, o dinheiro, a mobília, os títulos de nobreza são iguais para toda a família. Mas, um irmão cuida dos negócios, uma irmã está atenta aos trabalhos manuais, uma outra cuida dos pequeninos; e entanto, porém, o lucro que deriva destes diversos trabalhos é comum pela união especial de parentesco que os liga. Assim na grande família, que é a Igreja de Cristo, somos todos irmãos, e por isso tudo o que fazemos retorna em vantagem comum. Tu recebes vantagem da minha carta, eu do teu jejum; o doente do trabalho do são, o são da paciência do doente. Tudo o que tu fazes é meu; e tudo o que eu faço é teu: entende-se na participação espiritual».

Se este é o comportamento característico, a delineação da sua vida, o que ele quis, então parece-me que hoje – deixando de lado coisas exteriores, mas apontando ao essencial – seja importante que a Casa de Mese e as religiosas da Sagrada Família comecem o centenário do fundador. Nos próximos anos, tantos quantos duraram os anos do Pe. Primo sobre a terra, dia a dia, ano por ano, precisará continuar a celebrar o centenário. Este ano ele nasceu, pelo qual este ano será caracterizado por este fato: os desígnios de Deus, pelos quais lá encima, numa rocha, sobre um penhasco, num povoado qualquer nasce este menino. E depois, de ano em ano, precisará seguir a vida do Pe. Primo. Serão precisos tantos anos, quantos foi a sua vida, para continuar a celebrá-lo. Dentro de alguns anos precisará permanecer o ano inteiro sobre o espírito do menino que cresce de depois fica órfão: e será um ano marcado por esta orfandade, que ele provou. E depois começa os estudos; e depois virão os anos nos quais ele ficou no seminário – os correspondentes deste centenário –. E então, naqueles anos, a paixão de quem no seminário prepara-se para tornar-se sacerdote: aqueles anos, oferecidos pelas irmãs de Mese, para que outros sacerdotes continuem esta vocação. E depois virão ao anos correspondentes à sua atividade aqui. Até quando virá o centenário da morte.

Se entendemos as coisas assim, para esta lembrança do pai, em família, parece-me que toda outra maneira de terminar a comemoração e de iniciar o centenário seria fora de foco, além desta: colocar-se em oração: «Senhor, Tu

honras o pai mediante os filhos (está na sagrada Escritura) e nós filhas deveríamos ser a honra do Pai». E continua a sagrada Escritura: «Quem honra o Pai será alegrado nos filhos», isto é, não mais nós agora, a geração que veio depois do fundador, mas aqueles que virão ainda depois. E ainda: «A bênção do pai reforça as raízes». E nós deveremos pedi-lo continuamente, com paixão, durante estes anos da celebração do centenário.

Ao lado destas frases da Escritura, que nos servem para abrir em oração o centenário, há uma outra expressão, que obriga a terminar de falar. E eu creio que nenhum de vós deverá lamentar-se se há a aparência de um pensamento de tristeza, porque é tristeza só aparente.

«Filho meu, honra o teu pai com palavras e obras». Pois bem, nós honramos o pai – que iniciou esta Casa e que desta Casa continua a permanecer o pai – com as palavras.

Mas a Escritura diz: «com as palavras e com as obras». E o Pe. Primo acrescentava: «Está bem recordar os santos, celebrando a sua memória – como fizemos nós hoje –, mas seria ato insignificante, demonstração vã, protesta de honra estéril, se não fosse seguida pelo propósito de imitar aquele que se celebra e que se recorda».

As palavras da Escritura, comentadas pelas palavras do Pe. Primo Lucchinetti! E aqui, verdadeiramente, é preciso que nós fiquemos calados, porque falar de santos, ser filhos de santos e não ser ainda santos, esta é uma tristeza, mas daquelas que fazem bem para iniciar o centenário do fundador.

Pe. Attilio Beria

COMUNICAZIONI

A) CONFRATELLI

a) PRESENZE ALLA FINE DI DICEMBRE 2014

	Vescovi	Sacerdoti	Chierici	Fratelli	Totale
Perpetui	1	343	14	33	391
Temporanei	—	—	134	9	143
Novizi	—	—	—	—	22
Totale	1	343	148	42	556

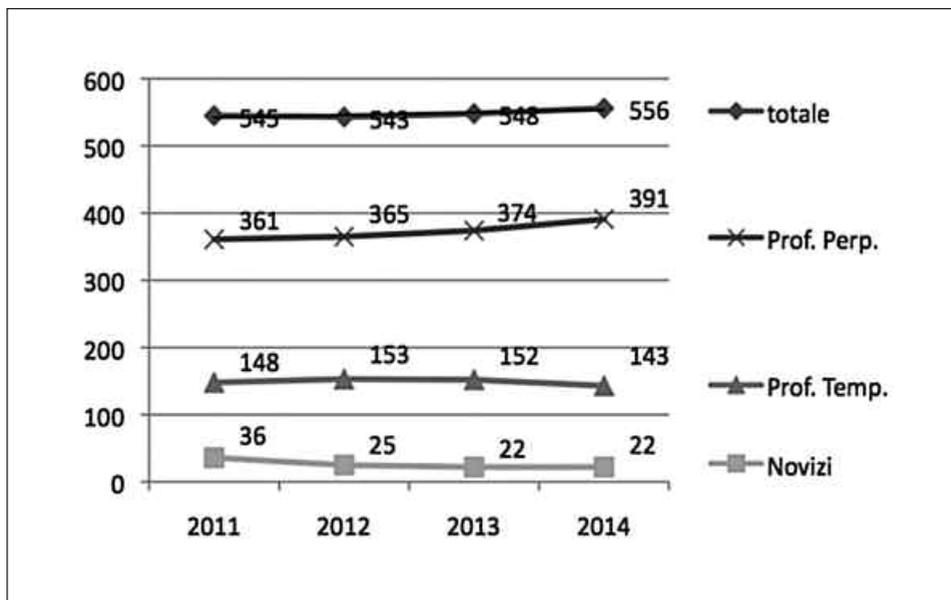
b) NELLA GEOGRAFIA DELLA CONGREGAZIONE

Nazione *	Comunità e Residenze	Professi perpetui				Temporanei		Novizi	Totale
		vescovi	sacerdoti	chierici e diaconi	fratelli	chierici	fratelli		
Argentina	7	—	19	—	2	—	—	3	24
Brasile	11	1	27	—	5	13	1	—	47
Cile	3	—	9	—	6	—	—	—	15
Colombia	1	—	3	—	—	—	—	—	3
Colombia (C.G.)	1	—	2	1	—	7	—	—	10
Filippine	2	—	8	—	—	3	1	3	15
Germania (C.G.)	1	—	2	—	—	—	—	—	2
Ghana	1	—	1	—	—	2	—	—	3
Guatemala	1	—	2	—	—	—	—	—	2
India	10	—	49	—	—	47	—	—	96
Israele	1	—	2	—	1	—	—	—	3
Italia (S. Cuore)	17	—	84	1	8	1	3	—	97
Italia (Romana)	15	—	59	—	2	—	—	—	61
Italia (C.G.)	2	—	15	2	—	13	—	—	30
Messico	2	—	7	—	1	—	—	—	8
Nigeria	3	—	10	—	3	38	1	16	68
Paraguay	2	—	9	—	1	—	2	—	12
Polonia	1	—	1	—	—	—	—	—	1
R.D. Congo	3	—	8	2+8	3	10	1	—	32
Spagna	2	—	6	—	1	—	—	—	7
Spagna (C.G.)	1	—	4	—	—	—	—	—	4
Svizzera	1	—	4	—	—	—	—	—	4
U.S.A.	3	—	10	—	—	—	—	—	10
Vietnam	1	—	2	—	—	—	—	—	2
Totale	93	1	343	14	33	134	9	22	556

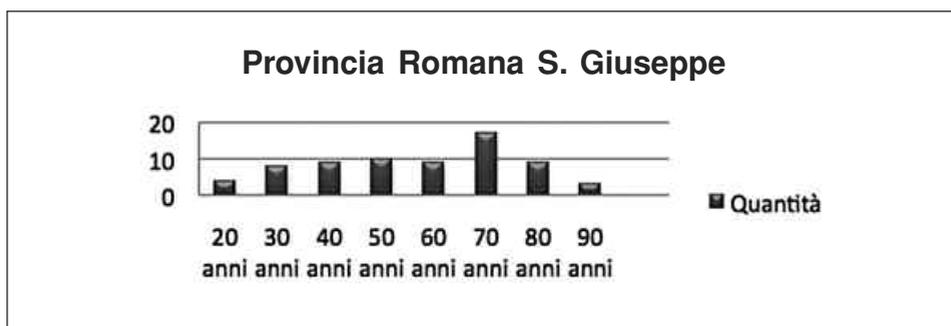
* Tra i Confratelli e Novizi che risiedono in quella Nazione possono essere compresi anche Confratelli e Novizi appartenenti ad altre Province (nel caso dell'Italia si distinguono Sacro Cuore, Romana e Curia generalizia).

c) **GRAFICI PER LA STATISTICA 2014**

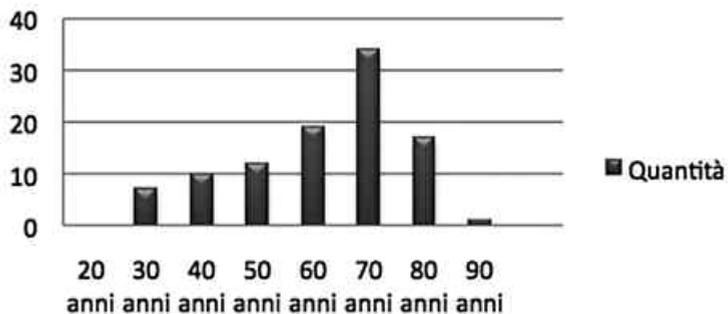
1) **Variabilità nel numero dei confratelli:** Le cifre vengono riportate con questo criterio: a) totale dei confratelli presenti, b) confratelli di voti perpetui, c) confratelli di voti temporanei, d) novizi.



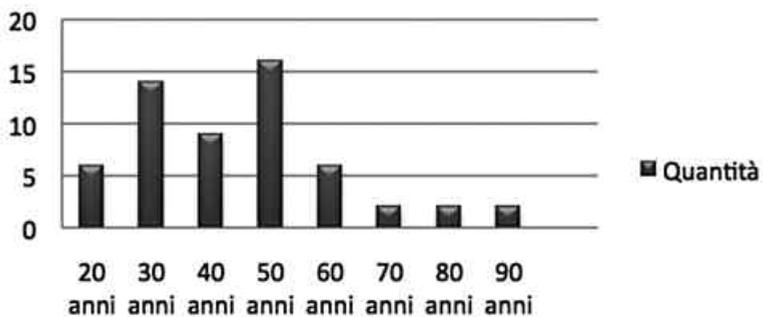
2) **Fascia etaria per appartenenza alla Provincia e Delegazione d'origine:** Vengono presentate le fasce etarie (per gruppi di 10 anni)



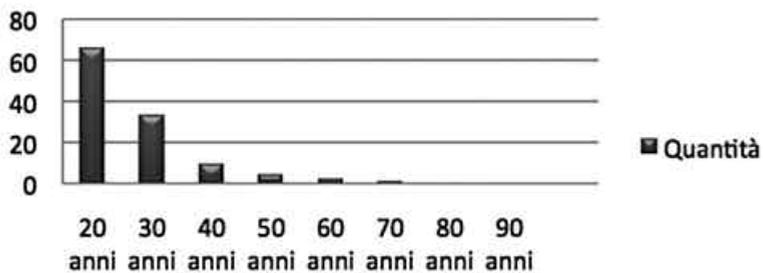
Provincia Sacro Cuore



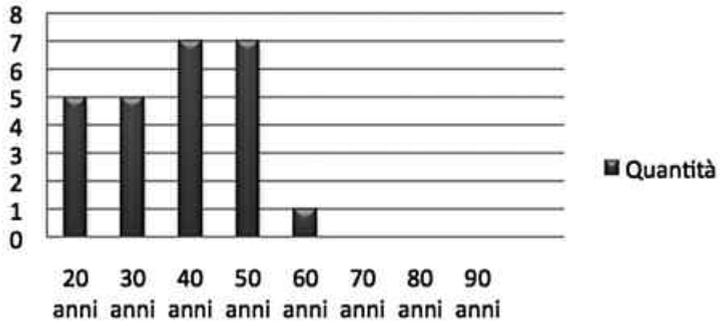
Provincia Cruz del Sur



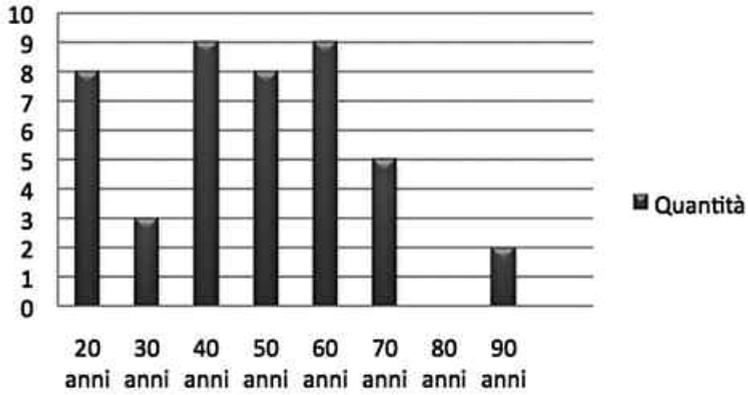
Delegazione Nostra Signora della Speranza



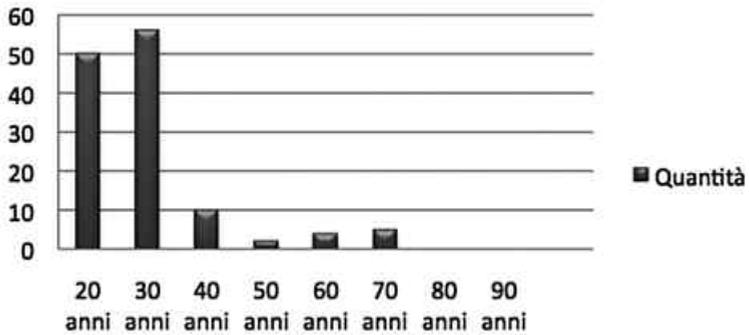
Delegazione Nostra Signora di Guadalupe



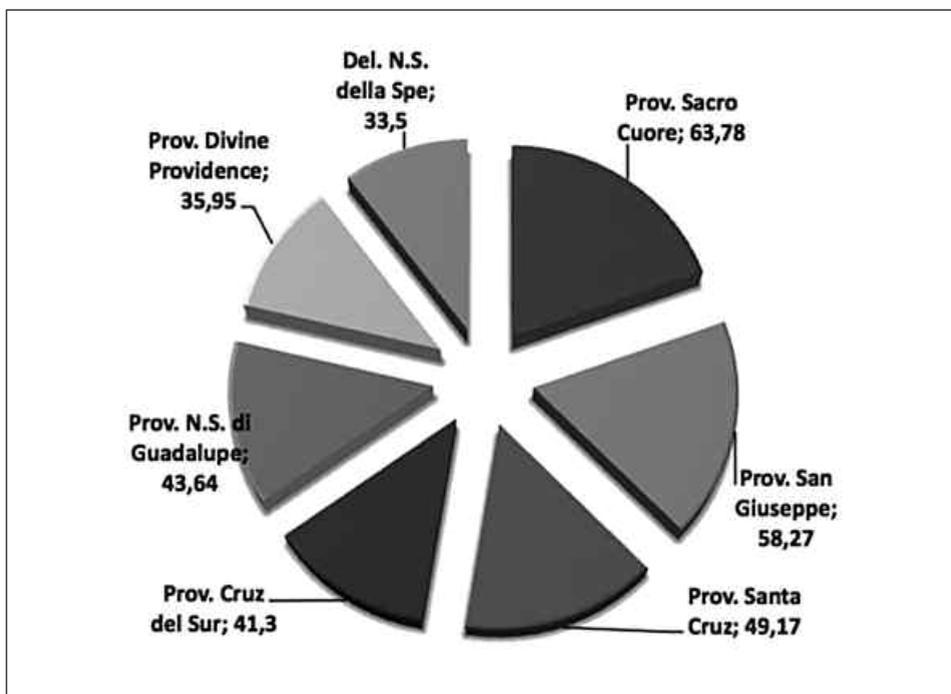
Provincia Santa Cruz



Provincia Divine Providence



3) Media di età dei confratelli per Provincia e Delegazione



d) LIETE RICORRENZE NELL'ANNO 2015

1. Novanta e oltre

		Anni
Bredice Sac. Armando	22-08-1917	98
Credaro Sac. Tito	11-02-1922	93
Vaccari Sac. Danilo	01-12-1922	»
Altieri Sac. Vincenzo	11-12-1922	»
Belotti Sac. Francesco	06-02-1923	92
Di Ruscio Sac. Romano	24-04-1923	»
Moroni Sac. Angelo	25-09-1924	91
Altieri Sac. Marcello	27-12-1924	»
Castelnuovo Sac. Mario	23-08-1925	90

2. Ultra-ottantenni

Maglia Sac. Carlo	21-07-1926	89
Liborio Sac. Battista	05-09-1926	»

Maniero Sac. Pietro	18-05-1927	88
Pasquali Sac. Pietro	09-10-1927	»
Gandossini Sac. Anselmo	22-07-1928	87
Gridelli Sac. Tonino	13-12-1928	»
Tamburini Sac. Antonio	23-10-1929	86
Casali Sac. Tarcisio	10-02-1930	85
Cornaggia Sac. Franco	11-12-1930	»
Gasparoli Sac. Mario	08-06-1931	84
Zanella Sac. Settimo	10-06-1931	»
Merlin Sac. Giuseppe	22-09-1931	»
Bini Sac. Giuseppe	04-10-1931	»

3. Ottantesimo compleanno

Bellanova Sac. Lorenzo	01-02-1935
Tremante Sac. Gino Cesidio	03-03-1935
Chieragato Sac. Alberto Giuseppe	13-04-1935
Carrera Sac. Mario	25-05-1935
Morandi Fr. Serafino	03-07-1935
Pomoni Sac. Antonio	27-08-1935
Gamba Sac. Nemesio	12-10-1935
Maffioli Sac. Peppino	22-11-1935
Minetti Sac. Oronzo	08-12-1935

4. Cinquantesimo compleanno

Bardelli Sac. Renato	01-02-1965
Arockiasamy Sac. Kuriakose	10-02-1965
Pallotta Sac. Fabio	11-05-1965
Xavierraj Sac. Johnson	02-09-1965
Martín Bravo Fr. Julio	18-12-1965

5. Cinquantesimo di Professione

Catani Sac. Ivo	12-03-1965
Bigelli Sac. Leonello	24-09-1965
Mortin Sac. Gabriele	24-09-1965
Recco Sac. Aldo	24-09-1965
Rinaldi Sac. Matteo	24-09-1965
Molteni Sac. Attilio	24-09-1965

6. Venticinquesimo di Professione

De Deus Sac. José Teles	11-02-1990
Sabatelli Sac. Francesco	08-09-1990
Sposato Sac. Francesco	08-09-1990

7. Cinquantesimo di Ordinazione

Crippa Sac. Alfonso	28-04-1965
Folonaro Sac. Adriano	28-04-1965
Marino Sac. Mario	28-04-1965
Pomoni Sac. Antonio	28-04-1965

8. Venticinquesimo di Ordinazione

Frugis Sac. Giuseppe	31-03-1990
Matarrese Sac. Guido	21-04-1990
Demoliner Sac. Flavio	08-12-1990

B) EVENTI DI CONSACRAZIONE

a) NOVIZI

1. Luján (Provincia Cruz del Sur - Provincia Santa Cruz - Provincia N.S. di Guadalupe)

Agote Delgado Carlos Alberto	<i>Provincia Cruz del Sur</i>
Alderete Rodríguez Fabián	<i>Provincia Cruz del Sur</i>
Avalos Coronel Luis Alberto	<i>Provincia Cruz del Sur</i>

2. Legazpi (Divine Providence Province)

Anh Giuse Pham Dinh Ch. Khiet
Azurin Ch. Erwin
Genovia Fr. Roger

3. Nnebukwu (Delegazione N. S. della Speranza)

Akendeh Turkuma Jude
Baomba Mobali Jerome
Barikpe Edmund Nornubari
Duru Bartholomew Uchechukwu
Eboh Festus Ndubuisi
Ekesili Daniel Ebuka
Ihekuna Vincent Chizoba
Ihezuo Fancis Chukweke
Kalutu Olivier
Kib'Landu Theophile Myuama
Mangonanga Dionga Pierre
Mangungu Ekombe Laridry
Mbungu Herve Tuwizana
Nwafor Ammanuel Anigbogu
Nzumbi Eduard Mununu
Ugwu Malachi Amaechi

b) PRIMA PROFESSIONE RELIGIOSA

Adornaldo Fr. Jacob	<i>(Divine Providence Province)</i>
Antonyraj Cl. Arunkumar	<i>(Divine Providence Province)</i>
Gali Cl. Bala Raja Rathinam	<i>(Divine Providence Province)</i>
John Philip Cl. Kalaikovan	<i>(Divine Providence Province)</i>
Matulac Cl. Alfie	<i>(Divine Providence Province)</i>
Merugu Cl. Anil	<i>(Divine Providence Province)</i>
Awudi Cl. Nicholas Selasi	<i>(Delegazione N.S. della Speranza)</i>
Iournumbe Cl. Stanislaus Lwanga Sesugh	<i>(Delegazione N.S. della Speranza)</i>
Manpia Fr. Jean Lady	<i>(Delegazione N.S. della Speranza)</i>
Mpia Bakuamakusu Cl. Elie	<i>(Delegazione N.S. della Speranza)</i>
Ngumba Pombo Cl. Gabriel	<i>(Delegazione N.S. della Speranza)</i>
Obiyor Cl. Michael	<i>(Delegazione N.S. della Speranza)</i>
Onuoha Cl. Chinedu Henry	<i>(Delegazione N.S. della Speranza)</i>
Mistur Fr. Marcin Tadeusz	<i>(Provincia Romana S. Giuseppe)</i>
Rizzi Cl. Domenico	<i>(Provincia Romana S. Giuseppe)</i>
Russo Cl. Giovanni	<i>(Provincia Romana S. Giuseppe)</i>
Mariano Amaral Fr. Victor Vinícius	<i>(Provincia Santa Cruz)</i>
Moura Silva Cl. Rafael	<i>(Provincia Santa Cruz)</i>
Morales Hernández Cl. Saúl	<i>(Provincia N.S. di Guadalupe)</i>

c) PROFESSIONE PERPETUA

Kawanda Mboma		
Cl. Gabriel	<i>(Delegazione N.S. della Speranza)</i>	24-10-2014
Nwachukwu		
Cl. Chiemeka Anthony	<i>(Delegazione N.S. della Speranza)</i>	24-10-2014

d) PROFESSIONE PERPETUA E DIACONATO

Savariappan Cl. Arul <i>(India)</i>	11-02-2014	12-02-2014
Alphonse Cl. John Kennedy <i>(India)</i>	11-02-2014	12-02-2014
Antony Samy Cl. Charles <i>(India)</i>	11-02-2014	12-02-2014
Arulandu Cl. Achariyam <i>(India)</i>	11-02-2014	12-02-2014
Bodali Dominic Cl. Prakash Philomin Raj <i>(India)</i>	11-02-2014	12-02-2014
David Raj Cl. Sunil Kumar Dulampalli <i>(India)</i>	11-02-2014	12-02-2014
Joseph Gnana Sekaran Cl. Edal Vinoth Joe <i>(India)</i>	11-02-2014	12-02-2014
Kongala Cl. Anil Kumar <i>(India)</i>	11-02-2014	12-02-2014
Mahima Cl. Loyola Diraviam <i>(India)</i>	11-02-2014	12-02-2014
Maria Louis Cl. Vincent <i>(India)</i>	11-02-2014	12-02-2014
Januszewski Cl. Jarosław <i>(Polonia)</i>	29-03-2014	30-03-2014
Amico Cl. Giovanni <i>(Italia)</i>	26-05-2014	17-08-2014
Aguilera Cl. Gerardo Sebastian <i>(Argentina)</i>	29-06-2014	15-08-2014
Agulanna Cl. Obioma Maximus <i>(Nigeria)</i>	24-10-2014	14-12-2014
Azubuike Cl. Anthony Nnamdi <i>(Nigeria)</i>	24-10-2014	14-12-2014
Egbefome Cl. Francis William Opoman <i>(Ghana)</i>	24-10-2014	14-12-2014
Mabiza Ntimansiemi Cl. Jean Claude <i>(R.D. Congo)</i>	24-10-2014	14-12-2014
Melaba Cl. Tersoo David <i>(Nigeria)</i>	24-10-2014	14-12-2014
Nnani Cl. Ikenna Emmanuel <i>(Nigeria)</i>	24-10-2014	14-12-2014
Nweke Cl. Joseph Obichi <i>(Nigeria)</i>	24-10-2014	14-12-2014
Ogene Cl. Chinonso Paul <i>(Nigeria)</i>	24-10-2014	14-10-2014

e) PRESBITERATO

Maria Louis Sac. Vincent <i>(India)</i>	22-07-2014
Aquino Sac. Gastón Gabriel <i>(Argentina)</i>	15-08-2014
Alphonse Sac. John Kennedy <i>(India)</i>	22-08-2014
Antony Samy Sac. Charles <i>(India)</i>	22-08-2014
Arulandu Sac. Achariyam <i>(India)</i>	22-08-2014
Bodali Dominic Sac. Prakash Philomin Raj <i>(India)</i>	22-08-2014

David Raj Sac. Sunil Kumar Dulampalli (<i>India</i>)	22-08-2014
Januszewski Sac. Jarosław (<i>Polonia</i>)	22-08-2014
Joseph Gnana Sekaran Sac. Edal Vinoth Joe (<i>India</i>)	22-08-2014
Kongala Sac. Anil Kumar (<i>India</i>)	22-08-2014
Mahima Sac. Loyola Diraviam (<i>India</i>)	22-08-2014
Savariappan Sac. Arul (<i>India</i>)	22-08-2014
Ortiz Candia Sac. Juan Manuel (<i>Paraguay</i>)	25-10-2014
Amico Sac. Giovanni (<i>Italia</i>)	20-12-2014



DECRETI

1. DECRETO DI SOPPRESSIONE DEL NOVIZIATO DI CHELSEA

Prot. n. 548/11-14

To Fr. A. Soosai Rathinam
Divine Providence Province
29 James St.
Poonamallee - Chennai
INDIA

Cc To Fr. Silvio De Nard
Sacred Heart Parish
118 Tauton Avenue
East Providence (RI)
USA

Cc To Fr. Dennis Weber
Divine Providence Village
Old Marple Road
Springfield (PA)
USA

REF. *Decree of suppression of the Novitiate house at Springfield, Philadelphia, United States*

Taking into consideration the request you have made in the letter dated on October, 26th signed by the Provincial Secretary in which you asked for the suppression of the Novitiate house at Springfield, Philadelphia, United States

of America and after considering the situation, and as you expressed in your letter that this house is no longer occupied by any confrere and it is being rented to St. Charles Borromeo Seminary, in addition because there is not any candidate for the novitiate, according to the Can. 647 § 1, with the consent of the General Council, I *decree* the suppression of the Novitiate house at Springfield - Philadelphia, United States of America.

At the same time I make clear that the seat of the Community Springfield/East Providence is in East Providence where resides the Superior, hoping that the sooner the better it could be another confrere at Springfield with Fr. Dennis Weber.

May the Lord be with you always!
Best wishes

Fr. ALFONSO CRIPPA
Superior General

Rome, November 4th 2014

2. NOMINE

- **Prot. n. 528 del 1 ottobre 2014**
 - Fr. Sahaya Rajesh Xavier, vicerettore e 1^o consigliere della Comunità del Seminario Internazionale “Mons. Bacciariani” di Roma

3. “NULLA OSTA” PER NOMINE

- **Prot. n. 505 del 22 giugno 2014**
 - Sac. Eduardo Cerbito, superior to the Community of Legaspi, Philippines

- **Prot. n. 512 del 7 luglio 2014**

- Sac. Silvio De Nard, superior of the Springfield and East Providence community, United States of America

- **Prot. n. 514 dell'8 luglio 2014**

- Sac. Basil Egbujor, superiore e rettore del Seminario Filosofico di Ibadan, Nigeria
- Sac. Attilio Molteni, superiore della Casa dell'Angelo di Genova, Italia
- Sac. Angelo Gottardi, riconfermato superiore per un terzo triennio a Como, Casa della Divina Provvidenza, Italia

- **Prot. n. 525 del 26 settembre 2014**

- Sac. Andrés García V., párroco de la nueva parroquia San Luis Guanella en Amozoc, Arquidiócesis de Puebla, Estados Unidos Mexicanos

- **Prot. n. 518 dell 22 luglio 2014**

- Sac. Giuseppe Pavan, superiore a Firenze (FI)
- Sac. Wladimiro Bogoni, conferma per un secondo triennio a S. Giuseppe al Trionfale, Roma
- Sac. Antonio De Masi, come parroco della Parrocchia “Corpus Christi” in Firenze (FI)
- Sac. Calogero Proietto, come parroco della Parrocchia “Sant’Agata” in Ferentino (FR)
- Sac. Kuriakose Arokiasamy, come parroco “in solidum” nella parrocchia “San Giuseppe” in Eranova (frazione di San Fernando - RC)

- **Prot. n. 551 del 27 novembre 2014**

- Sac. Alcides Vergütz, superior e párroco da Paróquia Nossa Senhora do Trabalho e São Luís Guanella em Porto Alegre - RS, Brasil
- Sac. Renato Schneider, superior da Comunidade de Água Boa e Canarana - MT e párroco da Paróquia Nossa Senhora de Aparecida em Água Boa - MT
- Sac. Antônio Francisco de Melo Viana, superior da Comunidade religiosa de Brasília em Brasília - DF

- Sac. Ivo Ladislau Catani, pároco da Paróquia de São José do Patrocínio a Santa Maria - RS
- Sac. Amelio Parini, pároco da Paróquia Nossa Senhora de Nazaré em Anchieta, Rio de Janeiro - RJ
- Sac. Valdemar Alves Pereira, pároco da Paróquia Santa Teresinha em Santa Terezinha de Itaipú - PR

4. NULLA OSTA PER ASSUMERE PARROCCHIE, OPERE, NOVIZIATI

- **Prot. n. 488 del 1° febbraio 2014**

- Approval for assuming temporarily the administration of the boarding home for orphans at Kishnaperi, India.

- **Prot. n. 524 del 26 settembre 2014**

- Aceptación de la nueva parroquia en Amozoc-Puebla, México

- **Prot. n. 504 del 22 giugno 2014**

- Decree of Erection of the Novitiate to Legazpi City and appointment of Fr. Battista Omodei as Novice master, Philippines

5. NULLA OSTA PER L'ALIENAZIONE DI BENI IMMOBILI E PER PROGETTI CHE RICHIEDONO AUTORIZZAZIONE DEL SUPERIORE GENERALE

- **Prot. n. 491 del 1 febbraio 2014**

- Approval for the sale of a piece of SIPI land in Legazpi City, Philippines in order to build up a physiotherapy building.

6. PASSAGGIO DI PROVINCIA

- **Prot. n. 520 del 29 settembre 2014**

- Sac. Kangila Kalam D'Aquin, passaggio definitivo alla Provincia Santa Cruz

7. USCITE - ASSENZE - RIENTRI

HANNO LASCIATO DEFINITIVAMENTE LA CONGREGAZIONE

- Agu Paul Nov. Chima (*Delegazione Nostra Signora della Speranza*) il 28 gennaio 2014
- Anike Benedict Nov. Chukwuemeka (*Delegazione Nostra Signora della Speranza*) il 28 gennaio 2014
- Rodríguez Caballero Cl. Luis (*Provincia Cruz del Sur*) il 30 aprile 2014
- Pascas Cl. Leobin Regith Kumar (*Provincia Divine Providence*) il 26 maggio 2014
- Niemeyer Cl. Robert Francis (*Provincia Divine Providence*) il 30 maggio 2014
- Kröetz Cl. Alexandre (*Provincia Santa Cruz*) il 29 giugno 2014
- Mwanza Cl. Mbangi Raphael (*Delegazione Nostra Signora della Speranza*) il 14 agosto 2014

ASSENZE (REGOLARI)

- Adones Contreras Fr. Carlos Adolfo (*Provincia Cruz del Sur*) il 1° marzo 2014 per un anno
- Ambrose Sac. Pravin Vinoth Raj (*Provincia Divine Providence*) il 4 ottobre 2014 per tre anni
- Antonysamy Sac. Selvaraj (*Provincia Divine Providence*) il 1° dicembre 2014 per due anni
- Cejas Sac. Sergio Alberto (*Provincia Cruz del Sur*) il 1° gennaio 2014 per tre anni.
- Guzmán Fuentes Sac. José Ricardo (*Provincia Nuestra Señora de Guadalupe*) il 3 novembre 2014 per un anno

- Julián Balcázar Sac. Hugo Ramón (*Provincia Cruz del Sur*) il 2 luglio 2012 per tre anni
- Manganiello Sac. Aniello (*Provincia Romana San Giuseppe*) il 24 marzo 2012 per tre anni
- Mora Gelvez Sac. Pablo Emilio (*Provincia Nuestra Señora de Guadalupe*) il 31 gennaio 2012 per tre anni
- Pérez García Sac. Adrián (*Provincia Nuestra Señora de Guadalupe*) il 30 settembre 2014 per tre anni
- Sánchez Sánchez Sac. Benjamín (*Provincia Nuestra Señora de Guadalupe*) il 2 agosto 2013 per tre anni

RIENTRI

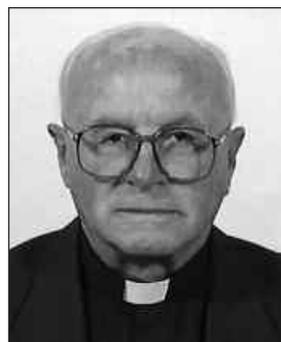
- Alfaro González Sac. Mauricio (*Provincia Nuestra Señora de Guadalupe*) il 2 settembre 2014

CONFRATELLI DEFUNTI

1. Cantoni Sac. Giuseppe
2. Invernizzi Sac. Antonio
3. Checchinato Sac. Livio
4. Buletta Sac. Pietro Antonio
5. Fogliamanzillo Fr. Salvatore
6. Rizziero Sac. Giuliano

1. Cantoni Sac. Giuseppe

Nato a Milano, il 16 luglio 1920
Entrato a Fara Novarese, il 29 settembre 1931
Noviziato a Barza d'Ispra, dal 12 settembre 1936
Prima Professione a Barza, il 12 settembre 1938
Professione Perpetua a Barza d'Ispra, il 12 settembre 1942
Sacerdote a Como, il 26 maggio 1945
Morto a Barza d'Ispra, il 16 febbraio 2014
Sepolto nel cimitero d'Ispra



Gli anni della vita di don Giuseppe Cantoni sono stati numerosi e ben portati, vissuti fino alla fine con sorprendente salute e soddisfacente lucidità. Quando lo si incontrava, passando per la Casa di Barza, si restava impressionati dalla vecchiaia inossidabile, dalla *bona senectus*, per dirla in maniera erudita, di un professore che ha fatto scuola a una buona fetta di Congregazione.

Poi il 16 febbraio 2014 è giunta anche per lui la “chiamata” e ci ha lasciati, non con un addio ma per un arrivederci.

Gli anni della formazione

Don Giuseppe Cantoni è nato il 16 luglio 1920 a Milano, in una zona allora di periferia, collocata tra l'Arco della Pace e il Cimitero Monumentale.

Per intenderci, se fosse nato oggi, sarebbe cittadino della Chinatown milanese, ma nel 1920 il fenomeno della massiccia immigrazione cinese era ancora molto remoto. La sua parrocchia era la Santissima Trinità; la vecchia chiesa, dove ha ricevuto il battesimo, costruita dall'architetto Giuseppe Boni nel 1900, ha lasciato il posto negli anni sessanta a un nuovo tempio moderno, mentre dell'altra resta in piedi solo il campanile, nascosto tra i palazzoni nati dalla forte speculazione edilizia che ha mutato radicalmente il volto del quartiere milanese. I genitori si chiamavano Angelo e Domenica Chiesa.

A undici anni Giuseppe entra come aspirante nel Seminario guanelliano San Girolamo di Fara Novarese; ad accoglierlo vi è come direttore don Michele Bacciarini, nipote del vescovo Aurelio e formatore di generazioni di guanelliani. A Fara compie gli studi ginnasiali; poi nel 1936 passa al Noviziato di Barza d'Ispra (VA) dove trova come padre maestro (lo fu unicamente in quell'anno!) il confratello don Luigi Ramiro Lucca. Nel secondo anno di noviziato inizia gli studi liceali e il 12 settembre 1938 emette la sua prima professione religiosa. Prosegue gli studi liceali nell'Istituto San Luigi di Albizzate (VA), dedicandosi anche secondo la consuetudine di congregazione alla assistenza ai ragazzi. Direttore ad Albizzate è in quegli anni don Giuseppe Cadenazzi.

Nel 1941 passa alla Casa Don Guanella di Chiavenna; gli sono compagni don Attilio Beria e don Angelo Rossetti, che da allora formano con lui un trio affiatato. Direttore al "Deserto" è don Luigi Marnati. Qui compie gli studi teologici e intanto prende contatto con gli ambienti delle origini guanelliane, acquisendo amore e passione per il Fondatore. Rimane a Chiavenna fino al 1948 e in quegli anni di guerra, di sacrificio e di lavoro, emette la professione perpetua il 12 settembre 1942 e riceve il presbiterato dalle mani del vescovo di Como monsignor Alessandro Macchi il 26 maggio 1945 (nella medesima data dell'ordinazione di don Guanella). Manifesta doti intellettuali eccellenti e, mentre si prepara nello studio della teologia, ottiene anche il diploma di maestro elementare nel giugno 1943. Esercita questo insegnamento tra i ragazzi che affollano la Casa Don Guanella a Chiavenna.

La sua vivacità culturale fa maturare nei Superiori la decisione di orientarlo agli studi di filosofia, onde prepararlo a quell'insegnamento che lo vedrà apprezzato professore per lunghi anni nella nostra Casa di Barza d'Ispra. Si iscrive così all'Università Cattolica del Sacro Cuore di Milano e per tale ragione viene mandato presso la casa femminile di S Ambrogio *ad nemus*, come secondo cappellano residente, negli anni dal 1948 al 1950. Affianca don Abramo Rivellini nel ministero pastorale in favore degli anziani, ma anche della popolazione che frequenta la chiesa annessa all'opera femminile. Completa gli studi con la laurea in filosofia, discutendo la tesi *Filosofia e Religione in Giorgio Tyrrel*. Per prepararla, deve recarsi per un periodo di tempo a Londra; vi apprende l'inglese, ma anche uno stile un po' *britannico* nel modo di presentarsi e nel suo particolare umorismo. La tesi di laurea, dedicata al famoso moderni-

sta inglese, indica la sua apertura intellettuale; d'altra parte è suo relatore monsignor Francesco Olgiati, a garanzia di uno studio e di un giudizio del tutto conforme alla dottrina filosofica scolastica.

Al termine di questi studi è pronto a percorrere la tappa che lo vedrà professore al Liceo guanelliano di Barza.

Professore di Filosofia per vent'anni a Barza d'Ispra

Don Cantoni ritorna così da sacerdote alla casa del suo noviziato. Vi ritorna per implementare lo sforzo della Congregazione che voleva una casa di formazione all'altezza delle esigenze serie di preparazione dei suoi giovani religiosi. Era questa una richiesta impellente espressa dalla Santa Sede, che diceva non essere più sufficienti per i candidati al sacerdozio gli studi abborracciati, sotto la guida di confratelli muniti di buona volontà ma di poca preparazione, sottraendo il tempo dello studio all'impegno faticoso dell'assistenza dei ragazzi. Pio XII avrebbe poi sancito per tutti i religiosi questa prescrizione con la costituzione apostolica *Sedes Sapientiae* del 1956.

La Casa Don Guanella di Barza si avviò dunque a diventare il Liceo guanelliano. Ma la sua fisionomia restava determinata soprattutto dalla presenza del Noviziato e dalla autorità del Padre Maestro. Nei vent'anni che don Cantoni passò a Barza, tra il 1950 e il 1970, illustri guanelliani vi svolsero questo compito formativo tanto importante: dopo un primo biennio in cui l'ufficio di Maestro dei novizi fu affidato a don Olimpio Giampedraglia, per sei anni vi operò poi don Armando Budino, poi per altri sei don Luciano Botta, e infine don Carlo Bernareggi negli ultimi sei anni della permanenza di don Cantoni (Bernareggi però continuò la sua funzione di Maestro dei novizi fino al 1977). Il clima formativo del Noviziato, fatto di preghiera, silenzio, discernimento, avvolgeva anche gli studenti dei successivi anni del Liceo e gli stessi professori, a cui era prescritto un contegno, uno stile riservato e quasi severo.

Per un ventennio don Cantoni fu il professore di filosofia teoretica; era suo compito introdurre i giovani studenti nelle nozioni astratte e talora oscure della Scolastica, dalla Logica alla Metafisica e alla Morale. Il manuale che si seguiva era per lo più *Elementi di filosofia* di Guido Berghin-Rosè. Don Giuseppe si impegnava con serietà nella preparazione delle lezioni, con uno sforzo che avrebbe meritato migliori soddisfazioni dalle teste un po' svagate dei giovani seminaristi. Eppure don Cantoni sapeva mostrarsi aperto e amichevole nel tratto, innalzando con il suo umorismo e con le sue proverbiali distrazioni la temperatura un po' frigida del Seminario e iniettando nell'ambiente studentesco un necessario sollievo.

Chi scrive accostò sotto la guida di don Giuseppe nel primo anno di Liceo (1969-70) le grandi e piccole scuole della filosofia greca; infatti egli, or-

mai al termine della sua carriera di professore, indirizzò quell'anno le sue lezioni alla Storia della filosofia, per preparare noi studenti agli esami statali da privatisti, che affrontammo presso il Liceo Santa Maria dei Marianisti a Pallanza. Il manuale di Storia della Filosofia era di Paolo Lamanna. Mi sono ancora molto vive nel ricordo le lezioni entusiasmanti sul grande pensiero di Platone e le letture dei Dialoghi del grande filosofo.

In quegli anni don Cantoni profuse impegno e serietà pure nella cura pastorale di Barzola, una minuscola frazione di Angera (VA) affidata al ministero del guanelliani. Egli vi era parroco, catechista, animatore di un minuscolo oratorio, e all'occorrenza anche capomastro e imbianchino per gli ambienti della piccola "parrocchia", sull'esempio mai dimenticato di don Guanella. La gente semplice di Barzola lo contraccambiava con affetto e stima.

Direttore ad Aguilar de Campoo (Spagna)

Nel 1970 a Barza vi fu grande stupore e anche dispiacere per la notizia, diffusasi come un lampo, della partenza di don Giuseppe. Già da qualche anno gli era stato affiancato nell'insegnamento della Filosofia il confratello don Paolo Bonomo. Ma ancora più stupiti eravamo al sentire che don Giuseppe era destinato alla Spagna, dove dal 1965 la Congregazione era approdata aprendo ad Aguilar de Campoo, nella Vecchia Castiglia e in provincia di Palencia, il *Colegio San José*.

Nel settembre di quell'anno vi arrivò don Cantoni per espletarvi l'ufficio di Direttore. Raccoglieva l'eredità di don Carlo De Ambroggi, che aveva fondato il Seminario e impostato l'opera delle vocazioni e la formazione secondo il suo stile peculiare. Ma ora si sentiva l'esigenza di una impostazione più aperta, dal momento che anche in Spagna si affacciavano tempi nuovi, sulla spinta di un mondo che cambiava e di una Chiesa postconciliare. È vero che si era ancora sotto il governo di Francisco Franco, ma socialmente e, con qualche timidezza, anche politicamente le cose si avviavano al cambiamento.

Don Cantoni trovò ad Aguilar un centinaio di ragazzini svegli, da educare, accompagnare nella maturazione vocazionale, nutrire e far vivere in un ambiente sano e gioioso. Con lui c'erano frater Giovanni Vaccari animatore vocazionale ed economo, don Alfonso Crippa coordinatore della formazione, don Adelio Antonelli padre spirituale, e alcuni chierici studenti che vi svolgevano il tirocinio come educatori. Era una comunità giovane e mentalmente vivace. Quasi all'inizio del suo lavoro, visse il momento triste e drammatico della morte di frater Giovanni Vaccari, avvenuta il 9 ottobre 1971 in seguito ad incidente automobilistico.

Chi scrive vi giunse nel settembre 1972, insieme a tre giovani compagni, per compiere un biennio di tirocinio pratico. Furono anni indimenticabili. Vi

trovammo un don Cantoni che non avevamo ancora conosciuto. Restava il coscienzioso superiore e anche il professore di filosofia molto esigente; infatti nel biennio ci dedicammo agli studi propedeutici alla teologia, sotto la guida sua e degli altri confratelli. Don Giuseppe ci introdusse nel pensiero filosofico scolastico, con la sua esperienza e con il sostegno degli *Elementi di Filosofia* di Sofia Vanni Rovighi. Questo aspetto confermava i ricordi che avevamo di lui dal Liceo di Barza. Ma poi scoprimmo in lui altre inedite sfaccettature di pratica “economica” che non avevamo sospettato. Si occupava della manutenzione della casa, del funzionamento della cucina, della piccola azienda agricola insieme al signor Teofilo. Volle una piantagione di pioppi in un campo assolato, flagellato dal vento di Castiglia e fatto più di pietre che di terra; con costanza e sudore li irrigava e, contro le nostre miopi previsioni, vi ottenne col tempo un pioppeto bello a vedersi.

Era passato dalla lingua di Shakespeare a quella di Cervantes e la possedeva bene, con una conoscenza della sintassi e del vocabolario che sorprendevo talora anche gli stessi spagnoli. Integrava con le sue ripetizioni l’insegnamento dei maestri laici del *Colegio*, piuttosto carente, dando lezioni di francese e di altro, impartite ai ragazzi che vi trovarono così una formazione molto valida. Era anche l’animatore e il direttore di una minibanda di 15 o 20 ragazzi che suonavano con lui la *bandurria*, il mandolino spagnolo, e che formavano la *tuna* che si esibiva nelle feste del Seminario.

Con noi studenti si mostrava amichevole, anche se aveva un carattere un po’ chiuso. Nei due anni che passammo ad Aguilar ricordo le gite culturali in cui ci accompagnò in visita alle città storiche della Spagna. In particolare fu bellissima quella dell’estate 1974 attraverso Navarra, Aragona e Catalogna, alla scoperta della storia illustre di quelle splendide terre. I viaggi erano all’insegna della austerità spartana (tenda come alloggio e fornelli da scout come cucina); ma don Cantoni ci offrì occasioni uniche per la scoperta della storia e cultura spagnola.

Ad Aguilar don Cantoni vi rimase fino al 1979, quando già si poteva notare il declino di una formula di formazione che, così come era impostata, era rivolta al passato. Negli anni della sua permanenza al *Colegio* i ragazzi avevano raggiunto quota centocinquanta, ma nel 1979 essi erano scesi al numero di 55 e si intravedeva il tramonto progressivo del *Colegio San José*. Ma nel contempo la presenza dei Guanelliani si era allargata da Aguilar de Campoo a Palencia e a Madrid.

Nel mondo dei minori, insegnante ed educatore

Al suo rientro dalla Spagna fu assegnato al Collegio San Girolamo di Fara Novarese. Don Cantoni ai suoi sessant’anni tornava alla casa guanelliana

che lo aveva accolto nel 1931, quando era un ragazzino di undici anni. Da quei tempi a Fara le cose erano molto cambiate; il Castello (come veniva pomposamente chiamato l'istituto San Girolamo dai paesani di Fara) dal 1949 non era più il Seminario minore dei Guanelliani, ma era stato trasformato in collegio con scuola parificata, che accoglieva ragazzi frequentanti le classi elementari e medie inferiori. La comunità educativa era costituita soprattutto da un internato di ragazzi, in numero di 132 nel 1979; a loro si dava non solo l'insegnamento scolastico, ma anche un ambiente educativo e accoglienza cordiale. Nei collegi guanelliani, e quindi anche a Fara, erano accolti soprattutto figli di operai, che vi cercavano educazione e preparazione scolastica.

Quando don Cantoni vi arrivò, il direttore era don Giulio Nosedà; don Giuseppe vi entrò come insegnante di lettere, poi dal 1982 svolse il ruolo di preside in sostituzione di don Fernando Antonelli. Vi rimase fino al 1985, a tempo per assistere al declino del Collegio e per prepararne la chiusura. Era il triste destino dei collegi popolari in Italia: il calo demografico, la diffusione delle scuole medie inferiori su tutto il territorio nazionale e anche una politica regionale ostile agli internati dei ragazzi segnò il destino dell'Istituto San Girolamo di Fara Novarese.

Nel 1985 don Cantoni fu chiamato dai superiori all'Istituto Don Ghinelli di Gatteo (CE). Anche questa, come la casa di Fara, era una istituzione "storica" per l'Opera Don Guanella. Nel 1902 il sacerdote romagnolo don Luigi Ghinelli aveva incontrato don Guanella e gli aveva messo nelle mani la sua fondazione: un Istituto per i ragazzi e una casa di riposo per anziani. Con il passare dei decenni quell'opera aveva avuto una progressiva trasformazione, abbandonando l'accoglienza degli anziani e diventando un collegio per ragazzi. Don Cantoni vi arrivò in una fase delicata di questa evoluzione. Nel 1986 vi era un piccolo internato di 19 ragazzi, ma anche una novantina di semiconvittori. Ben presto le sorti del collegio decaddero e si prospettò per l'Istituto Don Ghinelli la stessa parabola discendente degli altri collegi. E qui don Cantoni dimostrò la sua tempra di combattente, impegnandosi a trovare per la Casa di Gatteo un nuovo scopo e una nuova destinazione che evitasse la tristezza della chiusura. Il 1989 fu l'ultimo anno in cui a Gatteo si svolse attività educativa con un piccolo gruppo di minori; poi don Giuseppe vi rimase da solo per qualche tempo, alla ricerca di una trasformazione della casa in favore dei disabili. Sondaggi presso autorità civili, verifica sul territorio dei bisogni reali della popolazione, valutazione delle possibilità economiche di sussistenza di un'opera: a tutte queste domande don Cantoni cercò di rispondere con concretezza e realismo e contribuì non poco al futuro della casa di Gatteo. La nuova attività di accoglienza dei disabili, che oggi ha uno sviluppo molto valido, fu avviata nel 1993 da don Vincenzo Zolla, mentre don Cantoni gli fu accanto con l'ufficio di 1° consigliere ed economo.

Ritorno in Spagna

Nel 1994 suonava per don Cantoni il rintocco dei settantaquattro anni, età che lascia sperare in un meritato riposo anche per un religioso vitale e volonteroso com'era lui. Invece disse di sì al superiore che lo inviò di nuovo in Spagna, non più ad Aguilar, ma a *Villa San José* di Palencia, dove da parecchi anni i guanelliani avevano aperto un centro di accoglienza e riabilitazione per disabili. Vi rimase fino al 2000 affiancando il confratello spagnolo padre José Angel Villegas Vallejo e svolgendo con lui un'opera a favore di una trentina di disabili. Visse così, quasi al termine della sua parabola di vita, l'esperienza di stare accanto a quei fratelli più piccoli che, scarsi di doni della mente, sono però ricchi di cuore. Lo fece con quel respiro di carità proprio dello spirito di don Guanella e con quella paziente dolcezza di una persona anziana che istintivamente si sente nonno.

Nel 1999 la riorganizzazione delle opere guanelliane, che don Giuseppe aveva già ben conosciuto e vissuto con fatica e dispiacere in Italia nei collegi per i minori, lo coinvolse di nuovo, ma di striscio; a Palencia oltre che *Villa San José* vi era anche l'*Hogar Beato Luis Guanella*, a cui venne proposta una nuova fisionomia: cessava l'internato per ragazzi in verifica vocazionale e diventava un centro di pastorale giovanile per la città. La comunità dell'*Hogar* e quella della *Villa* vennero fuse in un'unica realtà. Per due anni don Cantoni vi restò come economo e collaborò con i giovani confratelli spagnoli, che egli aveva accompagnato negli anni della loro prima formazione e che ora erano religiosi e sacerdoti provetti, chiamati a rimpiazzare i guanelliani italiani che progressivamente ritornavano in patria. Nel 2000, concluso il sessennio di servizio e testimonianza in Spagna, anche don Cantoni riprende le valigie e ritorna in Italia, assegnato per la terza volta alla comunità di Barza.

Un tramonto prolungato e benefico

Dice la Scrittura: *Dies annorum nostrorum sunt septuaginta anni aut in valentibus octoginta anni* (Ps 89). A don Cantoni fu dato con abbondanza il coraggio degli ottant'anni. Tornò a Barza da pensionato, ma sempre con atteggiamento volitivo, appassionato ed entusiasta. Faceva quello che poteva e quello che gli veniva richiesto dalla comunità religiosa di Barza, che sta a servizio della Casa di spiritualità, collocata nello storico edificio del noviziato. A lui già anziano è stata affidata la cura pastorale della frazione di Barza, nella chiesetta esterna alla casa e in collaborazione con la Parrocchia di Ispra.

Dall'anno successivo al ritorno di don Giuseppe fu riportata da Cassago Brianza a Barza anche la sede del Noviziato. Non erano più i numerosi gruppi di studenti adolescenti che don Cantoni aveva seguito nei suoi vent'anni di in-

segnamento precedente, ma erano giovani, spesso con qualche anno di esperienza professionale, desiderosi di conoscere ed abbracciare la vita religiosa guanelliana. Durante questo ultimo periodo della sua vita don Giuseppe ha collaborato con due Maestri del Noviziato: don Wladimiro Bogoni e don Domenico Scibetta.

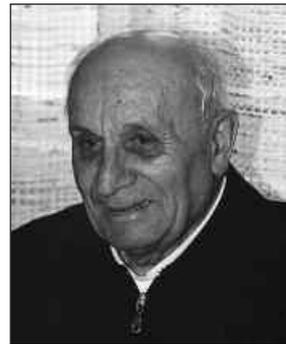
Nel paese, nella comunità religiosa, nella Provincia del Sacro Cuore don Cantoni ha avuto modo di esprimere tutta la sua ricchezza e vivacità culturale e spirituale in un fecondo e apprezzato ministero fino agli ultimi tempi.

Purtroppo gli anni prolungati di vita hanno spesso il loro peso, la loro parte di fatica per te e per chi ti sta accanto. Tutto questo non è stato risparmiato a don Giuseppe Cantoni. Ci piace però ricordarlo come spesso lo abbiamo incontrato, sorridente, con i suoi occhi brillanti, pieni di vita e di curiosità, con quel suo stile ricco di umorismo. Abbiamo motivo di sperare che ora egli contempi quel Dio che sempre ha cercato e servito con passione e dedizione, in modi molteplici, nello studio, nell'insegnamento e nel servizio caritativo, nei lunghi anni della sua vita.

Don BRUNO CAPPARONI

2. Invernizzi Sac. Antonio

Nato a Barzio (LC), il 6 dicembre 1922
Entrato a Fara Novarese, il 2 ottobre 1939
Noviziato a Barza d'Ispra, dal 12 settembre 1942
Prima Professione a Barza d'Ispra, il 12 settembre 1944
Sacerdote a Milano, il 12 settembre 1950
Morto a Roma, Casa San Giuseppe, il 15 marzo 2014
Sepolto nel cimitero di Prima Porta, a Roma



Don Antonio Invernizzi nasce il 6 dicembre 1922 a Concenedo, frazione di Barzio, nel cuore della Valsassina, in Provincia di Lecco. I suoi genitori erano Pietro ed Invernizzi Caterina i quali due giorni dopo lo portano nella vicina parrocchia di San Giorgio Martire a Cremeno, dove riceve dalle mani del Parroco don Giovanni Spagnoli il Sacramento del Battesimo.

Riceverà la grazia del Sacramento della Confermazione dalle mani del Beato Schuster il 10 agosto 1931 a Taceno, un altro paese della Valsassina.

Lo stesso don Giovanni Spagnoli attesta che il «ragazzo ha sempre avuto buona e lodevole condotta». C'è da chiedersi se la sua conoscenza di Don

Guanella venne per mezzo delle suore guanelliane che erano a Barzio? Oppure tramite qualche confratello guanelliano della città di Lecco dove funziona l'Istituto Alessandro Manzoni?

Nei nostri registri risulta che egli entrò nello studentato di Fara Novarese il 2 ottobre 1939. Iniziò il suo probandato il 12 marzo 1942 sempre a Fara e il 12 settembre 1942 entra come novizio a Barza d'Ispra dove emise i primi voti religiosi il 12 settembre 1944. Professa in perpetuo sempre a Barza nel 1947.

Sarà ordinato sacerdote il 3 giugno 1950 nel Duomo di Milano da chi lo aveva cresimato: il Beato Cardinale Schuster.

Mette a servizio dell'educazione dei ragazzi le primizie del suo ministero sacerdotale. Nei primi due anni in qualità di insegnante a Gatteo e nel successivo sessennio come educatore a Lecco. Passa poi a Riva S. Vitale per un triennio, e successivamente a Caidate e Castano.

Dal 1963 al 1970 collabora nelle attività educative dell'Istituto Matteo Torriani, in Roma. Qui spenderà, in più riprese, e fino al 2009, ben altri 19 anni della sua esistenza di consacrato guanelliano.

Dal 1970 al 1973 in avanti fa esperienze a Castelvoturno e poi nella Parrocchia San Giuseppe al Trionfale.

In settembre del 1973 è nella Casa San Giuseppe tra i buoni figli, per un triennio; successivamente collabora nelle attività della Casa Generalizia e del Santuario "Madonna della Civita". Tornerà ancora all'Istituto Matteo Torriani per due anni dal 1980 al 1982.

Nel 1982, per un anno, è cappellano della Clinica Columbus, residente nel Seminario Teologico Mons. Bacciarini, cui seguirà un quadriennio di attività presso l'Istituto Torriani per la terza volta fino al 1987.

Dal 1987 al 1993 collabora nelle attività pastorali della Parrocchia San Giuseppe al Trionfale.

Dal 1993 al 1995 l'obbedienza lo porta nuovamente al Torriani per la quarta volta, e poi – fino al 1998 – in Casa San Giuseppe, come collaboratore nell'attività.

Per il decennio successivo collabora ancora nelle attività del Torriani - Domus Urbis e durante questo tempo presterà servizio nella vicina Parrocchia di Sant'Alessandro Martire.

Don Antonio si presentava come un sacerdote affabile, anche se forte e convintissimo nelle sue idee e addirittura polemico.

Un argomento che lo faceva intenerire molto era quando si parlava del suo compagno don Carlo Bernareggi, al quale era molto legato, si poteva essere in mezzo alla tempesta della discussione ma quando si accennava il suo diletto Don Bernareggi il volto gli si illuminava!

Nel 2009 i superiori gli affidano l'impegno di collaborare nella Parrocchia del Trionfale, fino a quando negli ultimi mesi del 2013, gli anni e la malattia cominciano a farsi sentire inesorabilmente.

Si sottopone ad un delicato intervento chirurgico, dal quale sorprendentemente sembra riprendersi in tempi brevi. A tale ripresa fa seguito, però, un improvviso e rapido periodo di peggioramento delle sue condizioni di salute.

La morte lo coglie il 15 marzo 2014, alle ore 8 nella Casa San Giuseppe di Roma e due giorni dopo verrà celebrato il solenne rito delle esequie, contando con la presenza di numerosi confratelli, consorelle, parenti e assistiti.

Nel suo diario spirituale abbiamo ricavato questa bellissima preghiera scritta da lui quale invocazione che rivela il suo desiderio dell'incontro con il Signore.

«Signore, a Te ho gridato, vieni presto in mio aiuto!

Come incenso salga a Te la mia preghiera, le mie mani alzate come sacrificio della sera.

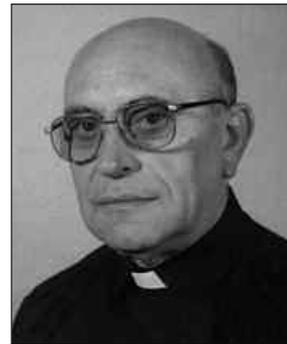
Infatti sul finire della sera il Signore esalò in croce il suo spirito e nella sua Risurrezione cambio il sacrificio vespertino in offerta mattutina!

La preghiera quindi si eleva incontaminata da un cuore fedele e sale come incenso dal Santo altare».

Don ALESSANDRO ALLEGRA

3. Checchinato Sac. Livio

Nato a Badia Polesine (RO), il 9 aprile 1935
Entrato ad Anzano del Parco, l'8 ottobre 1952
Noviziato a Barza d'Ispra, dal 12 settembre 1954
Prima Professione a Barza d'Ispra, il 12 settembre 1956
Sacerdote a Como, il 24 settembre 1962
Morto a Caidate di Sumirago (VA), il 16 aprile 2014
Sepolto nel cimitero di Busto Arsizio (VA)



Don Livio nasce a Badia Polesine (RO) il 9 aprile 1935 da papà Luigi e da mamma Valentini Emma.

A 17 anni (1952) entra nel seminario guanelliano di Anzano (Como). A 21 anni, nel 1956 emette la sua prima professione religiosa, consacrando così la sua vita al Signore.

A 29 anni, nel 1964, è sacerdote.

Ha un carattere sostanzialmente mite, quindi forte quanto basta all'occorrenza. Possiede una buona intelligenza che riesce ad esprimersi più nella vita concreta che nello studio. Spesso si lascia sopraffare dalla bontà di cuore. Con

immancabili lacune, fardello umano che grava sulle spalle di ogni uomo e donna sulla terra.

Naturalmente in don Livio c'è dell'altro, maturato attraverso quel tirocinio duro ed insieme esaltante che percorre chi sceglie Cristo come suo Signore e Maestro.

C'è la risposta sempre viva e consequenziale alla sua consacrazione a Dio come religioso. Non era certo l'uomo conciliante che vive la sua vita religiosa con quella fiacchezza che talora si affianca, si abbarbica e cammina con la vita di un consacrato.

Più volte parlandone, scuotendo il capo secondo uno stile tutto suo, manifestava il suo disappunto, quasi a dire che simili cose, oltre ad essere contraddittorie, non sono affatto utili alla Chiesa e alla Congregazione.

In don Livio c'è anche una elevata disponibilità. Una prerogativa che lo vede accorrere e farsi presente specialmente nel settore educativo in parecchie case, che lo ebbero come efficace animatore. Tra il 1964-1994 appunto.

Per 30 anni tra Como (Casa Divina Provvidenza), Cassago (Casa S. Antonio), Albizzate (Istituto S. Luigi), Duno Valcuvia (Istituto S. Luca), Cerano (Istituto Beato Pacifico).

In don Livio c'è ancora il modo di vivere il suo sacerdozio tutto personale, cioè caratterizzato dalla riservatezza-discrezione. Fu per questa sua prerogativa, che il Superiore generale del tempo, siamo nel 1994, lo volle con lui in Casa generalizia come Superiore locale. Di lui, posso dire che passò in mezzo a noi confratelli del Governo centrale, per ben 6 anni, con tanta discrezione, quasi silenziosamente, esercitando però su ciascuno di noi un grande influsso per lo spirito di nascondimento, di attenzione alla casa, di servizio.

Ci servì con amore, senza fronzoli, quasi strumento nelle nostre mani, che si impegnava senza soste a rendersi strumento sempre più adatto.

In don Livio infine, accanto a questa personalità schiva e riservata, c'è una spiritualità semplice, ma profonda. È la prerogativa che pongo per ultima, ma non perché così fosse o lui la ritenesse tale nella realtà, ma perché era in lui un tesoro nascosto. La scoprivi la sua spiritualità se te lo facevi amico.

Allora diventava trasparente, nobilissima e intravedevi un ritmo quotidiano di preghiera personale, amore filiale al Fondatore e alla Congregazione, serena accettazione dei suoi limiti, capacità di rientrare subito al dialogo dopo momenti delicati di tensione e di contrasto. Mi è sempre sembrata costruttiva a riguardo la sua teoria sul nostro modo di confrontarci.

Per lui non poteva sfociare nell'umiliare l'altro. In casa, tra noi soprattutto sincerità e amicizia, che se diventa profonda risulta, finisce per diventare un dono e un dono per tutti.

Per questo ringraziava in continuazione per le delicatezze ricevute dai confratelli (non dimenticheremo facilmente i suoi biglietti di augurio studiati, quasi ricamati con il computer).

Per questo ancora è riuscito a costruirsi un giro di amicizie e di frequentazioni abbastanza esteso e palpabile dal numero di persone che sono qui presenti attorno alla sua bara.

Nel bellissimo documento dedicato ai religiosi da Giovanni Paolo II nel 1996, dal titolo “Vita Consecrata” il Papa afferma che il futuro della vita religiosa (come anche quella della Chiesa) si gioca sulla fedeltà.

Passato il tempo del rinnovamento delle strutture, esaurito il periodo della messa a punto dei testi scritti, sia conciliari che di Regola, deve subentrare, dice il Papa, la vita, l'applicazione il passaggio nella vita di tali acquisizioni e dei valori che richiamano.

Si sente la necessità di persone che per la loro fisionomia spirituale diventino punti luminosi e tali da attrarre l'attenzione di chi oggi sente la nostalgia di Dio.

Don Livio è senz'altro da collocare nel numero di questi uomini. Punto luminoso per la testimonianza che i tempi richiedono. Tanto luminoso per noi confratelli. Per quanti lo hanno conosciuto.

Luce che attira verso le altezze di Dio e rischiarava il faticoso cammino degli uomini.

Grazie, don Livio!

Don NINO MINETTI

4. Bruletti Sac. Pietro Antonio

Nato a Levate (BG), il 24 settembre 1931

Entrato ad Anzano del Parco, il 30 settembre 1949

Noviziato a Barza d'Ispra, dal 12 settembre 1951

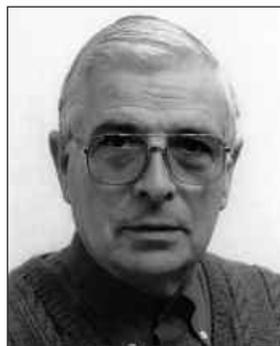
Prima Professione a Barza d'Ispra, il 12 settembre 1953

Professione Perpetua a Barza d'Ispra, il 12 settembre 1959

Sacerdote a Como, il 25 giugno 1961

Morto a Nuova Olonio (SO), il 13 maggio 2014

Sepolto nel cimitero di Levate (BG)



Don Pietro nasce a Levate il 24 settembre 1931 dai genitori Venanzio e Elisabetta Chiodi. Due giorni dopo riceve il Sacramento del Battesimo, confermato con lo Spirito Santo nella Cresima il 16 aprile 1942.

Il 12 settembre 1953 emette la Prima Professione e il 12 settembre 1959 la Professione Perpetua.

Il 17 dicembre 1960 diventa diacono, a Como il 25 giugno 1961 presbitero.

Da quell'anno in poi inizia il suo percorso sacerdotale, sui passi di Don Guanella, che lo ha visto impegnato in diversi ambiti con quella cordialità e quell'umorismo che lo hanno reso una presenza tanto amata dalla gente che ha incontrato e a cui è stato vicino.

All'inizio del suo sacerdozio si è posto al servizio come educatore prima presso l'Istituto San Gaetano a Milano, poi nella Casa di Incontri Spirituali a Buonafede, all'Istituto Don Ghinelli a Gatteo e a Gaeta, svolgendo complessivamente 11 anni di servizio educativo.

Per 4 anni è stato insegnante: a Fara Novarese presso l'Istituto San Gerolamo, poi a Gozzano presso la Casa San Giuseppe.

Si è dedicato all'ambito pastorale per 31 anni di cui 4 a Padova presso la Parrocchia di Santo Stefano di Ungheria e gli altri 21, ininterrottamente, in diverse località: da Bologna (Parrocchia Madonna del Lavoro), a Nuova Olonio per tre volte (Parrocchia SS. Salvatore), a Fraciscio (Parrocchia di San Rocco), al Santuario della Madonna di Tirano, a Voghera (Parrocchia di San Fermo), a Isola di Madesimo (Parrocchia di San Martino e Santa Maria Maddalena).

Nella Santa Messa del funerale Dio Padre ci ha donato la Sua parola di amore attraverso l'immagine del chicco di grano che cade in terra e morendo porta frutto, l'immagine di una vita da donare in modo autentico.

Con grande disponibilità per 20 volte Don Pietro ha vissuto questa arte del donarsi attraverso l'obbedienza nel suo ricco cammino di religioso. Che abbia trasformato l'obbedienza in donazione si potrebbe dedurre dal non lamentarsi dei continui cambi, come parrebbe naturale.

Nei suoi ultimi anni di vita ha vissuto la sofferenza della malattia come vicinanza e somiglianza alla condizione di Cristo Crocifisso.

Nella Casa Madonna del Lavoro a Nuova Olonio (dove per anni ha operato attivamente) dal 1° settembre 2013 si è ritirato a riposo sperimentando la fraternità e la carità della comunità che con cura quotidiana lo ha accompagnato. *«Prima carità da farsi ai nostri confratelli è di aiutarli mentre sono ancora vivi, in loro malattie e soprattutto in quelle più gravi, che preparano il viaggio del pellegrino in terra alla sua vera patria in cielo»* (Reg. 1910).

Molte sono le testimonianze delle persone che lo hanno conosciuto, dei nipoti, che gli facevano frequenti visite, dei Confratelli, degli operatori e di tutti coloro che hanno sperimentato il suo fare scherzoso che lo ha da sempre contraddistinto sia nelle occasioni di gioia che nei momenti di rimprovero. Anche quando doveva mostrare la sua contrarietà, infatti, un piccolo gesto originale o una battuta, hanno sempre suscitato nel prossimo sorrisi sinceri e disponibilità.

Il difficile periodo della malattia è stato da lui particolarmente sofferto in quanto uomo sempre attivo e pronto a darsi da fare.

Con forza di spirito e forte volontà ha vissuto la vita in comunità il più possibile: partecipando, in tutti i momenti in cui il dolore glielo ha consentito, alla recita del rosario e alla celebrazione della Santa Messa. Amava stare all'aria aperta: anche con difficoltà non ha mai rinunciato a piccole passeggiate nel parco.

Nelle lunghe silenziose giornate gradiva ascoltare canti popolari, alpini, religiosi, ma anche il canto gregoriano e la musica classica.

Conscio dell'aggravamento, rimase sempre lo stesso, senza mostrare, almeno esteriormente, ansia e preoccupazione, assumendo sempre più la consapevolezza dell'avvicinarsi del suo incontro con il Signore e di una vita migliore.

Propostagli l'amministrazione dell'Unzione degli Infermi la accettò senza esitazione, presenti tutti i Confratelli.

Presente a se stesso fino alla fine, Don Pierino, se ne andò con un respiro calmo e più rallentato.

Don VINCENZO SIMION

5. Fogliamanzillo Fr. Salvatore

Nato a Torre Annunziata (NA), il 5 aprile 1924

Entrato ad Amalfi (NA), il 12 marzo 1937

Noviziato a Barza d'Ispra, dal 12 settembre 1939

Prima Professione a Barza d'Ispra, il 12 settembre 1941

Professione Perpetua a Barza d'Ispra, il 12 settembre 1945

Morto a Como, Casa Divina Provvidenza, il 6 ottobre 2014

Sepolto nel cimitero di Montano Lucino (CO)



Fratel Salvatore Fogliamanzillo (o, come tutti eravamo soliti chiamarlo, frater Manzillo) era nato a Torre Annunziata, in provincia di Napoli, il 5 aprile 1924, da Salvatore e da Angela Zurlo. Qualche settimana dopo, esattamente il 28 giugno seguente, viene portato al fonte battesimale della parrocchia Santo Spirito della cittadina campana e lì diviene figlio di Dio.

Si sposta con la famiglia a Barza d'Ispra e nella parrocchia di San Martino riceve il sacramento della cresima il 6 agosto 1938.

Raggiunto dal carisma che ha visto nella sua concretezza nella vicina casa guanelliana fa il suo ingresso in noviziato il 12 marzo 1939 e dà così inizio al suo cammino formativo come fratello. Emette la prima professione a Barza

d'Ispra il 12 settembre 1941 e la professione perpetua sempre a Barza d'Ispra il 12 settembre 1945.

Agli inizi della sua formazione lo vediamo già in attività. Lo troviamo a Fara Novarese (NO), presso l'Istituto San Gerolamo, dal 1941 al 1945, in quel servizio che risulterà essere una costante della sua missione, ossia come addetto all'azienda degli allevamenti. Più tardi, a Barza dal 1945 al 1947 ed a Vellai di Feltre (BL) dal 1947 al 1949 è responsabile dell'azienda agricola.

Nel 1949 inizia quella che sarà la sua esperienza più significativa: si porta a Como, Casa di Gino, ancora alla guida di una colonia agricola, quella da poco donata dalla signora Grassi in località Lora. In più di 50 anni, fino al 2001, infonde il meglio di sé nel contatto con i buoni figli e nel tessere una fitta rete di rapporti con il contesto circostante.

È senz'altro doloroso lasciare Casa di Gino nel 2001, ma frater Manzillo accetta l'obbedienza e si porta a Cassago Brianza. Nonostante l'età già avanzata non si tira indietro e continua a dedicarsi alla campagna, al fianco dei suoi buoni figli.

Gli acciacchi di salute, sempre più frequenti, lo inducono a mettersi a riposo e nell'aprile del 2014 si porta in Casa Divina Provvidenza, dove può godere di cure attente al suo fisico. Questo però risulta essere debilitato dal peso degli anni, con le sue inevitabili complicazioni. La morte lo coglie nel primo pomeriggio del 6 ottobre 2014.

Fratel Manzillo apparteneva a quella gloriosa schiera di fratelli che formavano il braccio operativo della nostra Congregazione. E l'aspetto più meraviglioso del suo lavoro fu che educò molti ragazzi diversamente abili a lavorare con fatica la terra, e ad attenderne poi con gioia i frutti: opera altamente educativa, secondo la pedagogia pratica di Don Guanella.

Manzillo poi fu sempre buon samaritano. Ne sanno qualcosa i nostri ragazzi di Casa di Gino i quali, colpiti dalle sfortune della vita, quali l'abbandono dei genitori o i limiti fisici ed intellettuali, hanno trovato in lui un padre, un fratello, un amico, che li ha sempre aiutati e benvoluti. Egli ne ha fasciato le ferite, li ha caricati sulle sue spalle, perché tutti potessero essere felici nel realizzarsi secondo le proprie capacità.

Ma non solo i ragazzi di Casa di Gino, ma anche molti altri hanno trovato in lui un amico pronto a risolvere i problemi personali. E da dove gli veniva questa capacità risolutiva? Dalla rete di amici, collaboratori e benefattori che sapeva tessere, ai quali riversava le sue attenzioni e dai quali sapeva trarre benefici a favore dei bisognosi. Era un "trafficone", ma un buon trafficone che *sapeva farsi amici con la iniqua ricchezza* (Lc 16, 9).

Così lo ricorda un confratello che con lui ha trascorso molti anni alla Casa di Gino: *«Personalmente ricordo con stima e affetto questo confratello con il quale ho vissuto più di dieci anni assieme alla Casa di Gino. Al primo approccio*

sembrava burbero e critico nei confronti dei confratelli che non entravano nel suo schema “di religioso guanelliano”, ma poi si faceva in quattro per aiutare le persone e soprattutto i confratelli, sorpassando a volte il limite del lecito. Amava la Congregazione e voleva bene alla Casa dove viveva, sacrificandosi all’inverosimile. Tra le persone da aiutare sceglieva sempre i più disperati e i più scapestrati sfidando alle volte non solo il parere della Comunità, ma anche la legge civile. Persona difficile e contraddittoria, ma sempre disposta a servire il bisognoso. Guanelliano estremo, ma con un senso profondo del servizio agli altri. Religioso critico verso la Congregazione, ma sincero nella vocazione religiosa guanelliana che concepiva come “darsi tutto agli altri”».

Negli ultimi mesi della sua vita ha mostrato alcuni aspetti esemplari della sua personalità che ha sempre coltivato: il saluto cordiale, che manifestava il garbo e l’interesse verso le persone; la sua incessante preghiera, fino all’ultimo momento, fin quando le forze hanno consentito. Anche questa frutto di una vita offerta totalmente a Dio ed ai fratelli.

Don DAVIDE PATUELLI

6. Rizziero Sac. Giuliano

Nato a Costa di Rovigo (RO), il 29 dicembre 1924
Entrato a Fara Novarese (NO), il 2 ottobre 1935
Noviziato a Barza d’Ispra, dal 12 settembre 1940
Prima Professione a Barza d’Ispra, il 12 settembre 1942
Professione Perpetua a Barza d’Ispra, il 12 marzo 1948
Sacerdote a Milano, il 27 giugno 1948
Morto a Com,o Casa Madre, il 9 novembre 2014
Sepolto nel Cimitero Monumentale di Como



Don Giuliano mi ha molto facilitato questo momento in cui, in rendimento di grazie a Dio, mi accingo a presentare il percorso della sua vita. In camera sua, infatti, in bella mostra sul suo tavolo, ha lasciato una busta con scritto in caratteri ben visibili “**Testamento Spirituale**”, accuratamente riposto entro un pieghevole dove egli stesso ha segnato, con termini latini, tappe, durata e impegni ministeriali che di volta in volta ha ricoperto nella sua lunga vita.

Don Giuliano nasce a Costa di Rovigo il 29 dicembre 1924, da Angelo e Rondina Maria. Nella Parrocchia di S. Giovanni Battista di Costa, il 18 gennaio 1925, riceve il battesimo.

All'età di due anni, nel 1927, la famiglia si trasferisce a Busto Arsizio dove Don Giuliano trascorre la sua infanzia, per entrare poi a 11 anni, nel 1935, nel Seminario guanelliano di Fara Novarese.

Qui compie, con ottimi risultati, gli studi ginnasiali, al termine dei quali, nel settembre del 1940, entra in noviziato a Barza d'Ispra e due anni dopo, il 12 settembre 1942, emette per la prima volta i voti religiosi nella famiglia dei Servi della Carità.

Dopo aver concluso gli studi liceali, nel 1944 all'età di 20 anni, passa a Cassago dove, mentre svolge il ministero di assistenza ai ragazzi del collegio, compie anche gli studi di teologia. Sono anni in cui emergono da una parte il suo carattere gioviale e allegro, a volte bizzarro e poco predisposto per la disciplina, e dall'altra le sue doti nel campo degli studi dove appare insieme alla curiosità e alla facilità di apprendimento una particolare dote di memoria.

A 24 anni viene ordinato Sacerdote a Milano e la prima obbedienza lo destina ad Amalfi dove rimarrà fino al 1953, nel suo cronoprogramma segna come mansione ricoperta ad Amalfi: VIGIL. Sono 5 anni in cui è dedito contemporaneamente all'assistenza dei ragazzi e all'iniziale esperienza dell'insegnamento.

Nel 1953 inizia una fase importante della sua vita che lo vedrà impegnato nell'insegnamento per ben 31 anni: per 18 anni nel Seminario di Anzano del Parco come PROFESSOR, poi dal 1971 al 1976 a Barza d'Ispra come DOCTOR e, infine, a Fara Novarese fino al 1986 come MAGISTER (... c'è molta simpatica ironia e leggerezza nella scelta dei termini...).

Sono gli anni in cui molti confratelli lo ricordano come un insegnante preparato ma anche originale nel saper infarcire la pesantezza dei programmi scolastici con trovate simpatiche e divertenti, applicando metodi di verifica improntati a molta benevolenza. Lui stesso dice nel suo testamento spirituale *«per un po' di anni ho dato a molti cari alunni briciole di cultura, elargendo però soprattutto saggezza di bontà e di comprensione»*. Dei suoi cari alunni, molti dei quali poi divenuti confratelli, si ricorderà sempre fino agli ultimi anni con molto affetto. In camera sua – quasi un museo di ricordi – sono molte le foto che lo ritraggono con gruppi di alunni fin dai primi anni di assistenza a Cassago.

Nel 1984 inizia una fase in cui si rende disponibile per esigenze particolari di breve durata: lo troviamo perciò CAPELLANUS a Fratta per un anno, CONFESSOR a Tirano per un altro anno, e poi nel 1986 MINISTER ed ADIUTOR a Como nella Casa Madre.

Da Como non sposterà più la sua residenza. Da Como, infatti, svolgerà poi il suo servizio come Cappellano non residente a Stimianico presso le nostre

Suore e poi in due fasi successive ad Albese, in un impegno che lo vedrà in gioco con determinazione e fedeltà, fino a pochi mesi orsono. In queste ultime esperienze, con ironia e forse un po' di amarezza, si indica, nel suo cronoprogramma, come CAPELLANUS di volta in volta QUIETUS... SOLITARIUS... PEREGRINUS... In questa ultima caratteristica, ricordata da lui con auto-ironia anche la sera prima della sua morte definendosi come “*uno che ha fatto un po' lo zingaro*”, Don Giuliano amava indicare il segreto della sua longevità e del suo buon stato di salute.

Ci piace ricordarlo ora come un pellegrino che ha raggiunto la meta dalla quale ci dice, come scritto nel suo Testamento Spirituale citando Dante «*A tutti un bell'arrivederci, in quella vita integra d'amore e di pace... dove il gioir s'insempra...!!*».

Sul fronte del pieghevole, su cui ha segnato le tappe della sua vita, ha anche lasciato scritto, citando Don Guanella: «*mie ultime parole... Fa' il bene e lascia dire!*».

Don MARCO GREGA

3F PHOTOPRESS

Viale di Valle Aurelia, 105
00167 Roma - Tel. 06.3972.4606
E-mail: tipo@3fphotopress.it

Stampato nel mese di ottobre 2015